

Camila Gastelumendi Gonçalves

**CONCEPÇÕES DE POBREZA E VOLUNTARIADO ENTRE
VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS.**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Área de Concentração Práticas Sociais e Constituição do Sujeito, Linha de Pesquisa, Gênero, gerações e diversidades. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Professora Dra. Mara Coelho de Souza Lago.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gastelumendi, Camila

CONCEPÇÕES DE POBREZA E VOLUNTARIADO ENTRE
VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS. /

Camila Gastelumendi; orientadora, Mara Coelho de Souza Lago -
Florianópolis, SC, 2014.

110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Desigualdade. 3. Pobreza. 4. Voluntariado. 5.
Políticas Públicas. I. Coelho de Souza Lago, Mara. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Psicologia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Mara Coelho de Souza Lago, que me acolheu e conduziu neste percurso acadêmico com doçura, firmeza e inspiração.

Ao grupo de orientandos/as de Mara Lago, cuja variedade de olhares e apontamentos cuidadosos contribuiu nesta produção ao longo dos dois anos de pesquisa. Em particular a Dove Paulo pelos sonhos de produção acadêmica-humanitária e pela amizade.

À professora Maria Juracy Toneli pela oportunidade de imersão na graduação em Psicologia, por meio do estágio docência na disciplina Práticas Psicossociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos, experiência que contribuiu para a realização desta pesquisa.

Às minhas colegas da turma do mestrado –Josi (Ana), Tainá, Raquel, Tielly e Felipe– pelos mutirões de produção acadêmica e culinária, pela alegria, pela partilha de frustrações e pelas oportunas perguntas.

À coordenação, vice coordenação, colegiado e secretárias do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, por esclarecer minhas dúvidas e me ajudar resolver questões administrativas. A CAPES pela bolsa de pesquisa.

Às instituições de combate à pobreza e seus voluntários e voluntárias por doar generosamente seu *tempo interno* para esta pesquisa.

Aos meus pais, Guida e Eduardo, e minha irmã, Gabriela, por estarem sempre presentes (mesmo em outro país) confiando e apoiando este processo. A família Gonçalves Koerner, em particular a Tia Belinha, pela apoio e o carinho para “avançar”. Aos amigos e amigas peruanos que me acompanharam virtualmente.

Ao Rodrigo pelo amor, a diversão, a amizade, a inteligência, o apoio permanente e pelo Tucu-tucu, nosso neném, que me lembra o tempo inteiro que está por vir...

Ao oceano Atlântico, ao vento sul, à chuva e ao sol, por me permitirem mergulhar em mais uma onda nesta vida.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta reflexões a partir de uma análise das concepções de voluntários e voluntárias de duas instituições de combate à pobreza em Florianópolis, sobre pobreza e voluntariado. Foi realizada utilizando um enfoque qualitativo, de inspiração etnográfica, incluindo observações de campo nas instituições pesquisadas e entrevistas com 10 informantes (voluntários e voluntárias). Realizou-se análise do material recolhido, utilizando aproximações com outras áreas das ciências humanas e sociais. Os resultados evidenciaram que a pobreza foi concebida como uma situação triste, como uma condição de marginalidade e exclusão, ou como uma situação injusta. Adicionalmente, mesmo tendo apresentado críticas à criminalização da pobreza, alguns voluntários e voluntárias manifestaram uma perspectiva culpabilizadora das pessoas nesta situação. Com relação ao voluntariado, três concepções principais foram identificadas: caridade, controle e solidariedade. A análise do material produzido pela pesquisa empírica permitiu perceber a dificuldade de tratar a questão da pobreza de forma isolada ao contexto histórico e social, bem como às práticas e políticas relativas à sua diminuição. Ao mesmo tempo, constatou-se a necessidade de desenvolver teorias e técnicas psicológicas para trabalhar nestes contextos. Finalmente, foram feitas sugestões de aprofundamento para futuras pesquisas, especialmente na questão da relação entre voluntários/as e pessoas assistidas.

Palavras chaves: combate à pobreza; pobreza; voluntariado; solidariedade.

ABSTRACT

This research presents some considerations about poverty and voluntary work, according to an analysis of volunteer's conceptions about these two categories, from two institutions that fight against poverty in Florianopolis. Using qualitative approach, with ethnographical inspiration, that included field diary records and 10 interviews with men and female volunteers were hold. Analysis was made, using contributions of other social and human sciences. Results show three main conceptions about poverty: a sad situation, a marginal and excluding condition, and an injustice situation. Additionally, volunteers present critics to poverty criminalization and, at the same time, showed a guilty perspective towards people in this condition. Voluntary work was conceived as: charity, control and solidarity. Conclusions showed difficulty in treating poverty isolated from its historical and social contexts, and from practices and policies related to its diminution. Also, it was verify the need of develop psychological theories and techniques to deal with this context. Finally, suggestions for further research were made, specially concerning relationship between volunteer and assisted person.

Key-words: fight against poverty; poverty; voluntary work; solidarity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. METODOLOGIA.....	19
1.1 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.....	21
1.2 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA	22
1.3 PROCEDIMENTOS	26
2. POBREZA.....	29
2.1 ORIGENS HISTÓRICAS E SOCIAIS DA POBREZA	29
2.2 CONCEPÇÕES DE POBREZA NA ATUALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS	36
2.2.1 Concepções de pobreza atuais.....	36
2.2.2 Políticas sociais brasileiras	42
2.3 A POBREZA E A PSICOLOGIA BRASILEIRA	45
2.4 CONCEPÇÕES DE POBREZA ENTRE VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS	52
3. VOLUNTARIADO.....	63
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO VOLUNTARIADO NO BRASIL 64	
3.2 PRINCIPAIS CONCEPÇÕES PSICOLÓGICAS SOBRE O VOLUNTARIADO	68
3.3 VOLUNTARIADO E TEORIA DO DOM E DA DÁDIVA	71
3.4 TEORIAS SOBRE A ASSISTÊNCIA	74
3.5 CONCEPÇÕES DE VOLUNTARIADO ENTRE VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	111

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura conhecer e analisar as concepções que voluntários e voluntárias de instituições em Florianópolis atribuem às noções de *pobreza* e *voluntariado*, e refletir a partir dessas concepções sobre estas duas categorias. A motivação para realizá-la está intimamente ligada a minhas vivências pessoais e meu percurso acadêmico.

Sempre me senti parte de um grupo privilegiado da sociedade que tinha acesso à informação, educação, saúde, diversão, possibilidade de pensar o futuro, possibilidade de errar e de aprender. Nasci no Peru e a educação que recebi, assim como as vivências que tive me permitiram oscilar comodamente entre pessoas da elite do país e famílias em situação de pobreza, percebendo-me integrada a um mundo amplo, muitas vezes além das fronteiras do meu país de nascimento.

Nesta introdução, procuro situar-me perto da minha origem a fim de elucidar as motivações para fazer esta pesquisa. Estou morando no sul do Brasil desde fevereiro do ano 2011 e tenho experimentado vivências relacionadas às questões de raça/etnia, diferentes daquelas das quais estava acostumada no Peru. A maioria da população peruana tem traços indígenas e lá sou percebida simplesmente como branca. Sintetizando uma dinâmica ampla e complexa em algumas palavras: o branco, no Peru (e em muitos outros lugares), tem dinheiro, é rico, tem poder, é burguês. Estar alocada nesta posição era desconfortável para mim e procurava diminuir esse efeito permanentemente, usando roupas velhas, por exemplo, falando uma linguagem menos elaborada que as pessoas do meu entorno, evitando usar contatos ou influências para fazer algum trâmite administrativo, escondendo traços “brancos”.

Em oposição a isso, no sul do Brasil, onde há descendentes de açorianos e de alemães com peles muito brancas, já fui chamada de morena. Isso me deu uma sensação de liberdade, de me livrar de uma série de cargas e características que me eram atribuídas a partir do meu aspecto físico, especialmente aquelas carregadas de estereótipos relacionados à burguesia. Ao mesmo tempo, ser chamada de morena despertou em mim um novo olhar com relação aos outros e a mim mesma, um olhar que permitiu perceber cores e matizes que antes ignorava. Em palavras de Tomas Tadeu da Silva (2000) o fato de me perceber de um jeito diferente ao habitual, desestabilizou a identidade racial que possuía, e criou um novo canal de auto-percepção e definição.

Classe, raça-etnia, gênero e geração são marcadores de diferença, como assinalam Adriana Psicitelli (2008) e Conceição Nogueira (2013), articulados pelo conceito “interseccionalidade”, diferenças que procurarei considerar nesta pesquisa, ainda que não tratando especificamente das questões de identidade e gênero, nem de grupos sociais marginalizados. Estes elementos, como aponta Silva (2000) atravessam as vivências de todas as pessoas, são relevantes e devem ser considerados.

Na minha adolescência no Peru às vezes me sentia responsável por realizar atividades que pudessem contribuir para melhorar ou mudar situações que não achasse justas. Foi assim que aos 16 anos realizei minha primeira atividade voluntária formal: fui vigilante eleitoral nas eleições do segundo mandato de Alberto Fujimori. Naquela ocasião, ficou evidente que houve uma fraude nas eleições e Fujimori foi reeleito sem oposição significativa, pois se tratava de um governo aparentemente democrático, mas com práticas ditatoriais. Fiquei, como muitos/as outros/as peruanos/as, bastante incomodada e indignada, já que nessa época eu acreditava firmemente que através deste processo de eleição e da intervenção de organizações não governamentais de vigilância eleitoral (da qual fui voluntária), poderia se recuperar a democracia no país.

Continuei realizando outros voluntariados em distintas instituições como Olimpíadas Especiais, casas de apoio a jovens em conflito com a lei penal, grupos de estudantes da área da saúde em comunidades vulneráveis, entre outros. Também realizei trabalhos voluntários junto a mulheres vítimas de violência doméstica numa instituição que defendia os direitos das mulheres (entre 2006 e 2008). Realizei atendimento psicológico individual em Delegacia das Mulheres e atuava fazendo acolhida emocional na linha telefônica de emergência. Além disso, participei da organização de marchas para reivindicar os direitos das mulheres. Outra atividade voluntária relevante que exerci, foi na função de coordenadora da brigada psicológica de emergência, organizada pelo departamento de Psicologia da Pontificia Universidad Católica Del Perú [PUCP], onde estudava, para realizar intervenções pós-catástrofe junto às famílias afetadas pelo terremoto do dia 15 de agosto de 2007, em Ica, Peru.

A atividade mais marcante que realizei foi quando, junto a um grupo de estudantes universitários, participei da fundação do escritório peruano de uma ONG Latino-americana de combate à pobreza. Desde o

início, no ano 2005, fiz parte da área de voluntariado dessa organização, convocando e formando outros/as voluntários/as. Porém, como todo projeto que recém começa, todos/as fazíamos tudo o que tinha para ser feito. Foi um processo intenso no qual me envolvi muito, chegando a dormir várias vezes nas favelas da periferia da cidade de Lima, nos assentamentos, conversando com muitas famílias que moravam nessa situação, conhecendo-as e sendo conhecida por elas. Envolvi muitos/as voluntários/as neste processo e ao longo de cinco anos convoquei, junto à equipe, quase 7.000 pessoas para participar das atividades dentro da instituição e junto às famílias nos assentamentos humanos. Nos últimos dois anos fui uma das diretoras da ONG, recebendo um salário por meu trabalho.

Após esse trabalho (nessa época eu e a equipe sentíamos que tínhamos que salvar o mundo e a sensação de épico, transcendental e urgente, estava sempre presente), tive que parar para pensar. Esse momento coincidiu com a necessidade de fazer uma pesquisa para obter o grau de licenciada em psicologia na PUCP. Inquietada por várias dúvidas sobre como eram os/as voluntários/as, o que os fazia diferentes dos/as outros/as jovens, pesquisei sobre a personalidade e o enfrentamento ao estresse nestes voluntários e voluntárias. Foi uma pesquisa de caráter quantitativo e os “achados” permitiram estabelecer um “perfil” dos/as voluntários/as. Ao mesmo tempo, comparei meus resultados com grandes amostras de jovens peruanos/as que não realizavam voluntariado e as estatísticas resultantes reforçaram minhas interpretações (GASTELUMENDI, 2010). Aquela pesquisa recebeu um prêmio ibero-americano no ano 2012 – segundo as palavras do jurado avaliador – por seu rigor metodológico e sua objetividade científica. Fiquei contente e surpresa com este reconhecimento acadêmico.

Com aquela investigação cheguei a duas conclusões importantes que não registrei (e sobre as quais não pensei) naquele momento. A primeira foi que um enfoque quantitativo não consegue dar conta da complexidade das relações que se estabelecem entre os/as voluntários/as e as pessoas que atendem, nem da multiplicidade de fenômenos que acontecem nesse encontro. Descrever as características da instituição, o número de voluntários, a quantidade de horas dedicadas ao trabalho voluntário, assim como seus traços pessoais, não me permitiram responder nenhuma pergunta que se aproximasse de compreender o fenômeno como um todo e, pelo contrário, abriram espaços para muitas outras dúvidas, o que foi muito valioso. A segunda conclusão a que

cheguei, foi que eu realmente não tinha conseguido conhecer esses voluntários com meus instrumentos (testes psicológicos de personalidade e de enfrentamento ao estresse) e que seria preciso uma aproximação diferente, se realmente desejasse aprofundar neste tema. Uma aproximação que procurasse ver, escutar, pensar, olhar, perguntar o que essas pessoas tinham a dizer, e mostrar sobre sua atividade voluntária, sobre as concepções com relação a alguns aspectos das realidades que atendiam (tais como a pobreza), ou as ideias que elas tinham sobre as pessoas às quais assistiam.

Nesta dissertação de mestrado, procuro me afastar do paradigma dominante de ciência centrada na pesquisa quantitativa e me colocar numa postura mais reflexiva e crítica, como propõem Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005). Assim, procuro desenvolver uma pesquisa a partir de um enfoque qualitativo, utilizando instrumentos do método etnográfico, sobre os/as voluntários/as que realizam atividades para superar a pobreza, na intenção de problematizar os saberes pré-estabelecidos sobre essas pessoas (saberes reforçados, inclusive, pela minha pesquisa anterior) e tentar desenvolver conhecimentos que permitam novos olhares.

Assim, desde já, esclareço alguns conceitos que acompanharão a escrita desta dissertação. O primeiro termo a ser esclarecido é *concepções*. Entendendo por *concepção* uma noção ou ideia sobre algum aspecto da realidade, composta por definições, representações diversas e significações compartilhadas que se articulam com as ações e práticas relativas a essa concepção. Não é tão abrangente quanto a noção de paradigma¹, e não constitui uma representação social², pois parto da ideia que toda representação é social. A maneira como analiso estas concepções é através de um olhar etnográfico, crítico e comprometido com a realidade, procurando integrar aspectos da psicologia social crítica brasileira e de outras disciplinas das ciências sociais e humanas, constituindo uma aproximação interdisciplinar.

¹ Segundo Thomas Kuhn um paradigma é um pressuposto em base ao qual a ciência opera. São modelos, representações e interpretações do mundo, que fornecem a base para plantear problemas e soluções. Conferir: KUHN, T. A **estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

² A teoria das representações sociais procura compreender a formação do pensamento social (como se formam os conceitos e representações) e as representações como temáticas do discurso público. Conferir Accorsi (2011); Moscovici (apud Accorsi, 2011).

Os outros dois termos que definirei são *pobreza* e *voluntariado*. Na América Latina, segundo a projeção realizada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe [CEPAL], a partir de dados em 18 países da região, 27,9% da população está em situação de pobreza, o equivalente a 164 milhões de pessoas, e 11,5% (68 milhões de pessoas) da população encontra-se em situação de indigência. No Brasil, no ano 2012, 18,6% encontrava-se em situação de pobreza e 5,4%, em indigência (CEPAL, 2013b). Em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, há aproximadamente 52 mil habitantes que moram em assentamentos precários, o que totaliza 13% da população da cidade³, composta por em torno de 420.000 habitantes, como aponta a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (IBGE, 2010).

Muitas mulheres, homens, crianças, população LGBT, idosos/as, pessoas com deficiência, brancos, negros, índios, sofrem por estarem à margem da sociedade, em condição de vulnerabilidade, sem acesso a direitos, excluídos, sem liberdade e sem oportunidades. Estes aspectos refletem diferentes concepções sobre pobreza: pobreza como “vulnerabilidade social”, pobreza como “exclusão e marginalidade”, pobreza como situação de “violação de direitos sociais e civis”, pobreza como “falta de capacidades”, entre outros. Estas distintas concepções estão estreitamente associadas às políticas públicas, sociais e internacionais de combate à pobreza.

Entendo *pobreza* como uma construção social constituída historicamente através do estabelecimento paulatino do modo de produção capitalista⁴. É uma condição na qual não existe, exclusivamente, falta de recursos econômicos, e sim falta de recursos materiais e simbólicos. Não é responsabilidade da pessoa em situação de pobreza estar nesta condição, nem sair dela. A pessoa em situação de pobreza não ocupa a parte inferior de uma hierarquia de valorização social, mas a estrutura do sistema a posiciona deste modo, dificultando-lhe o acesso a serviços, bens, trabalho, futuro e cidadania plena.

No Congresso da Associação Brasileira de Psicologia Social [ABRAPSO] *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*,

³ Conferir em Lago et al., (2012).

⁴ Como isto não quero dizer que acredito que a pobreza é exclusiva do sistema capitalista. No entanto, os aspectos fundamentais como esta se apresenta em nossa sociedade estão diretamente influenciados por este sistema. Este ponto será aprofundado no Capítulo 2.

realizado no ano 2013 em Florianópolis, os/as coordenadores do Grupo de Trabalho [GT] Pobreza e Políticas Sociais, Aline Accorssi, Silvio José Benelli e Helena Beatriz Kochenborger Scarparo, colocam o seguinte na proposta do GT:

Longe de ser apenas um jogo de palavras [as palavras que procuram definir a pobreza], o uso de tais conceitos repercutem nas formas de explicação e compreensão do fenômeno, nas metodologias desenvolvidas para a sua mensuração e, sobretudo, nas políticas sociais que influenciam diretamente o cotidiano das populações atingidas. (ACCORSSI; BENELLI; SCARPARO, 2013, p. 1).

Nesta mesma linha, as práticas das instituições de combate à pobreza são influenciadas não só pela forma como concebem a pobreza, mas também pela forma como as pessoas diretamente envolvidas nas ações de diminuição da pobreza a conceituam, percebem ou definem. De acordo com Rosana de Carvalho Martinelli Freitas (2004) existem concepções que se repetem nas gerações, instituições e políticas, e que contribuem para perpetuar a pobreza. Assim, procurar conceituar a pobreza de forma que contemple todos seus matizes é uma base fundamental para poder procurar reduzi-la.

Múltiplos organismos se dedicam ao combate da pobreza. No mundo há entidades transnacionais, como a Organização de Nações Unidas [ONU], que apresentam programas específicos de diminuição da pobreza, nas suas múltiplas variantes como combate à fome, à mortalidade infantil, à violência, entre outras. Uma pesquisa intitulada *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil* (2010) realizada pelo IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada [IPEA], a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais [ABONG] e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas [GIFE] revelou que no Brasil existem 290 692 entidades sem fins lucrativos, sendo 30 414 dedicadas à área de assistência social. Na região sul há 62 633 dessas organizações, sendo 16 517 do estado de Santa Catarina. Do total de associações brasileiras, 72,2% “não possuem sequer um empregado formalizado. A forte presença do trabalho voluntário e da prestação de serviços autônomos pode explicar, parcialmente, tal fenômeno” (IBGE et. al., 2010, p. 48). Para obter

dados sobre trabalho voluntário em Santa Catarina⁵, realizei uma pesquisa no Portal de Voluntários online⁶ e encontrei um total aproximado de 6.800 voluntários e voluntárias cadastrados/as no sistema, neste estado. Os administradores do portal não tinham certeza de quantas destas pessoas realizavam ações voluntárias permanentemente, porém é um dado que sugere aproximadamente o número de pessoas que participam das atividades voluntárias.

Voluntariado é o nome atribuído na contemporaneidade a um conjunto de ações que têm uma existência tão antiga quanto a humanidade, e que estão relacionadas com realizar uma atividade por espontânea vontade. Realizar uma ação de forma voluntária dentro do grupo familiar, da comunidade, de uma instituição, de forma isolada ou articulada, são possíveis expressões desse voluntariado. Associa-se a termos como “caridade”, “compaixão”, “solidariedade”, “assistência” ou “ajuda” de maneira indistinta nas ciências humanas e nas políticas públicas, como se todos estes termos expressassem a mesma intenção e significado. Especificaremos as particularidades destas categorias e sua relação com o voluntariado, no grupo estudado.

Gostaria de deixar claro que não pretendo individualizar, por meio das falas de cada voluntário/a, os discursos existentes sobre a pobreza, mas sim partir destes discursos locais para construir concepções sobre pobreza e voluntariado, e refletir sobre estas categorias na contemporaneidade.

Diante do exposto, a pergunta de pesquisa foi: quais são as concepções sobre *pobreza* e *voluntariado* de voluntários e voluntárias de Florianópolis e que reflexões podemos desenvolver partindo destas? O **objetivo geral** da pesquisa foi refletir sobre *pobreza* e *voluntariado*, a partir das concepções atribuídas a estas categorias por voluntárias e voluntários das instituições estudadas em Florianópolis.

Para tal, organizei o texto da dissertação da seguinte maneira: após a introdução, trouxe as considerações metodológicas no primeiro capítulo, esclarecendo sobre o tipo de pesquisa, de inspiração etnográfica, trazendo uma descrição das instituições e dos sujeitos de pesquisa e finalizando com apontamentos sobre o processo de análise.

⁵O último cadastro ao que tive acesso foi elaborado há 16 anos e, como as organizações voluntárias são muito dinâmicas, é muito provável que aqueles dados tenham se modificado. Para acessar essa informação, conferir Scherer-Warren (1996).

⁶O site do Portal é: www.voluntariosonline.org.br.

Os Capítulos 2 e 3 são dedicados a desenvolver reflexões teóricas na medida em que realizam a análise do material obtido com a pesquisa de campo.

No *Capítulo 2: Pobreza* primeiro relato as origens históricas e sociais da pobreza para entendê-la na atualidade dentro do modo de produção capitalista. Após isso, coloco as principais concepções de pobreza vigentes, associando-as às políticas sociais brasileiras. Na continuidade, reflito sobre a relação entre a Psicologia brasileira e a pobreza, relação que começa na década dos anos 60 e vai tomando diferentes formas ao longo das décadas seguintes. Por fim, analiso as concepções de pobreza entre voluntários e voluntárias entrevistados/as nesta cidade, sintetizando-as em três grupos: a pobreza como uma *situação delicada e triste*; a pobreza como uma *condição de marginalidade e exclusão social*, e a pobreza como uma *situação injusta*.

O *Capítulo 3: Voluntariado* apresenta uma estrutura semelhante: faço uma caracterização do voluntariado no Brasil, que apresenta uma história e acontecimentos singulares com relação aos outros países da América Latina. Coloco as principais concepções psicológicas sobre o voluntariado na atualidade e algumas possíveis reflexões a partir da perspectiva da psicologia social brasileira. Utilizo teorias de outras ciências humanas para ilustrar a complexidade deste fenômeno; deste modo, incluo a teoria antropológica do dom e da dádiva (MAUSS, 2008/1923) e descrevo alguns paradigmas da assistência fundada nas contribuições de Silvio José Benelli; Abílio da Costa-Rosa (2012) e de Sandra Caponi (2000). Finalmente, analiso as concepções de voluntariado que tiveram destaque entre os voluntários e voluntárias entrevistados/as em Florianópolis: a *caridade*, o *controle* e a *solidariedade*.

A última parte da dissertação contém as *Considerações finais* desta pesquisa, que apresentam os aspectos mais relevantes da mesma: algumas associações entre as concepções de pobreza e voluntariado; uma série de perguntas novas que o processo desta pesquisa me suscitou e, finalmente, apresento algumas sugestões para futuras investigações.

1. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa⁷. Neste tipo de pesquisa são relevantes os processos e experiências que vivenciam os sujeitos de pesquisa, assim como procurar entender o fenômeno estudado nas suas múltiplas dimensões, externas e internas, anteriores e atuais (HERNÁNDEZ et. al., 2006). Para a realização deste trabalho, utilizei aproximações com o método etnográfico, desenvolvido na Antropologia, fundamental nas pesquisas qualitativas e muito utilizado nas ciências sociais/humanas. O método etnográfico procura dar conta da complexidade de significações nas interações sociais em um determinado contexto, como ressaltam Andrea Zanella et. al. (2006). Ao mesmo tempo, esta inspiração no método etnográfico propicia um estudo das subjetividades em uma dimensão social, segundo Claudia Fonseca (1999), permitindo ao/a pesquisador/a conhecer as pessoas no seu lugar de convivência habitual.

Conforme ressalta Clifford Geertz (1978), o método etnográfico requer um esforço mental para realizar uma “descrição densa” do fenômeno social/cultural que se estuda. Este autor esclarece que “o que o etnógrafo enfrenta de fato (...) é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas” (GEERTZ, 1978, p. 19). Para fazer uma etnografia, o/a pesquisador/a deve construir uma leitura de um “manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (GEERTZ, 1978, p. 19). É, portanto, uma atividade que demanda um envolvimento profundo e constante do/a pesquisador/a com os sujeitos e o campo de pesquisa escolhido.

São próprios do trabalho de campo etnográfico a observação participante, com registros em diário de campo e a entrevista, instrumentos que, combinados, confrontados e analisados, permitem visualizar os sistemas que estão por trás das práticas e dos discursos, como propõe Roberto Cardoso de Oliveira (2000). Esse autor ressalta a importância, na realização de pesquisas etnográficas, do trabalho realizado pelo/a pesquisador/a de olhar e ouvir, estando lá, e escrever, estando aqui. Nas palavras do autor:

⁷ Conferir Hernández; Fernandez; Baptista (2006) para uma descrição detalhada sobre pesquisa qualitativa.

Se o olhar e o ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares do trabalho de campo (...) é no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 25).

Os procedimentos de cunho etnográfico foram escolhidos com a finalidade de contribuir para a realização de uma pesquisa no campo da psicologia a partir de uma perspectiva qualitativa e crítica, envolvendo a pesquisadora, sua história e suas impressões. Muitos/as dos/as pesquisadores/as que estudam o fenômeno social do voluntariado a partir de constructos psicológicos, utilizando metodologias quantitativas, com amostras grandes, apresentam uma ideia de sujeito psicológico muitas vezes isolado do contexto social. Os resultados dessas pesquisas ilustram alguns elementos dos/as voluntários/as estudados/as, porém são limitados no que diz respeito às interações com outros aspectos desta ação, como o contexto, os direitos humanos, as políticas sociais, a solidariedade, a interação entre quem ajuda e quem é ajudado, as dinâmicas de poder, entre outros aspectos. Sem pretender abordar todos estes elementos em profundidade, considerarei alguns deles na análise do material obtido nesta pesquisa, para articulá-los com as concepções dos/as voluntários/as e contribuir com sua compreensão.

A pesquisa de campo foi realizada em duas instituições de combate à pobreza em Florianópolis, que incluem participação de voluntários/as. A escolha destas instituições resultou de um longo processo de visitas a distintas organizações não governamentais [ONGs] da cidade. Nesse percurso percebi diferenças interessantes nas organizações, sobretudo no que diz respeito à militância. As instituições cujos/as voluntários/as são pessoas que comungam dos objetivos institucionais (por exemplo, travestis defendendo o direito à diversidade sexual), apresentam posturas políticas claras e uma atitude ativa com relação à problemática e, em muitos casos, constituem-se como movimento social. De outro lado, instituições que trabalham atendendo terceiros/as (de um modo assistencialista, ou não) quase não apresentam um discurso político, de mudança de políticas públicas ou de transformação social, e sim várias ações concretas e pontuais que visam melhoras específicas de uma determinada situação de vulnerabilidade (por exemplo, um voluntário oriundo das camadas médias que ajuda a

organizar alguma atividade natalina dentro de uma comunidade de camadas populares). Visitei instituições dedicadas a diversas questões como sexualidade, AIDS, cantoria e teatro popular, em setores economicamente desfavorecidos, e uma instituição que promove viagens de aprendizagem a comunidades periféricas de diversas cidades da América Latina. Estas organizações podiam se relacionar a questões relativas à pobreza, mas não tinham como parte dos seus objetivos a problematização das situações de pobreza, sua diminuição ou superação.

1.1 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Os nomes das instituições escolhidas serão mantidos em sigilo, pois como a pesquisa é realizada com os voluntários e voluntárias dessas instituições, alguns aspectos pessoais podem associar-se à instituição e revelar a identidade dos/as participantes.

Instituição N° 1: A primeira delas é uma instituição com a qual eu já tinha estabelecido contato no ano de 2011. Esta instituição tem uma matriz que se encontra no Rio de Janeiro e possui unidades em distintos estados do Brasil: São Paulo, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A sede em Santa Catarina está localizada em Florianópolis, no bairro Agrônômica. A instituição tem como objetivo contribuir no desenvolvimento das famílias de crianças em situação de risco social. As voluntárias que participam desta instituição realizam, principalmente, duas atividades: lideram a “Roda de mulheres”, espaço onde as mães das crianças participam, compartilhando experiências pessoais sobre diversos aspectos das suas vidas, com o fim de se apoiarem mutuamente; e fazem o “acompanhamento” das crianças.

Instituição N° 2: Considerei outra instituição sugerida pela diretora da Instituição 1, pois segundo ela informou, essa instituição constitui um dos espaços de combate à pobreza mais antigos e comprometidos da cidade. Tem por objetivo “... o empoderamento de pessoas e coletivos na superação de suas vulnerabilidades, para que se tornem protagonistas na construção de uma vida digna e de um mundo mais solidário e sustentável” (informação obtida do *site* da instituição). O personagem inspirador e líder é um Padre católico que vem trabalhando nesta área há mais de 25 anos. Os/as voluntários/as desta instituição participam nos domingos dos almoços que são servidos aos/as moradores/as de rua no salão da Catedral da Praça XV de

Novembro, no centro de Florianópolis. Alguns/mas desses/as voluntários/as ajudam servindo os pratos, lavando a louça, arrumando o local antes e depois do almoço, e outros/as, que também participam dos almoços do domingo, articulam com restaurantes e mercados para obter os alimentos.

Ao longo do primeiro semestre do ano 2013 realizei observações na Instituição 1 e na Instituição 2. Centrava minhas observações no lugar onde os voluntários e voluntárias desenvolviam suas atividades de intervenção social, a fim de conhecer o ambiente, as interações que estabeleciam com as pessoas que assistiam, na intenção de contextualizar os sujeitos da pesquisa. Registrei em um diário de campo as observações dos ambientes, dos acontecimentos e minhas impressões. Este registro constituiu um elemento importante para reflexões e interpretações dos relatos contidos nas entrevistas.

A partir das observações, escolhi os sujeitos a serem entrevistados. Nesse processo de escolha prestei atenção à relação dos/as voluntários/as com as pessoas assistidas, procurando priorizar aqueles/as que mantinham uma interação mais próxima, estreita e frequente com as pessoas que atendiam. Este pode constituir um viés na escolha dos sujeitos, pois muitos deles realizavam atividades mecânicas, quase sem prestar atenção às pessoas que ajudavam. Assim, priorizar os sujeitos que procuram estabelecer uma relação mais estreita com aqueles/as que atendem, constituiu um dos critérios de inclusão dos/as participantes no estudo. Fui contatando essas pessoas e convidando-as a participarem. Ao marcar o encontro para realizar as entrevistas abertas, expliquei os objetivos de pesquisa, solicitei licença para gravar e pedi que assinassem o consentimento livre e esclarecido [TCLE] (o termo encontra-se no Apêndice 1). Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética de pesquisas realizadas com seres humanos, registrado na Universidade Federal de Santa Catarina com o código CAAE: 15638613.6.0000.0121. No momento de realizar as entrevistas estive atenta à relação que eu mesma ia estabelecendo com os/as entrevistados/as, pois este é um procedimento importante do método etnográfico, que pressupõe o encontro com o outro, ao observá-lo e ouvi-lo, numa relação dialógica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

1.2 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA

Realizei entrevistas com 10 voluntários e voluntárias atuantes nas duas instituições mencionadas. As entrevistas tiveram uma duração entre trinta minutos e uma hora e meia. Na Tabela 1, encontram-se algumas das características dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 1: Sujeitos de pesquisa

Instituição	1	1	2	2	2
Pseudônimo	Rebeca	Léa	Dona Tuca	Cristina	Mila
Idade	46	52	62	53	31
Cidade origem (Tempo em FLN)	São Paulo (10 anos em FLN)	São Paulo (8 anos em FLN)	Tubarão, SC (58 anos em FLN)	Blumenau, SC (39 anos em FLN)	São Paulo (20 anos em FLN)
Estado civil	Separada	Casada	Desquitada e Viúva	Casada	Solteira
Profissão/Ocupação	Psicóloga/Psicanalista	Pedagoga/Aposentada	Funcionária pública/Aposentada	Administradora/Aposentada	Biblioteconomia/Fotógrafa
Filhos	Três: 15, 13 e 9 anos	Duas: 15 e 13 anos	0	Duas: 23 e 21 anos	Um: 11 anos
Ocupação dos pais	Pai: Engenheiro Mãe: Dona de casa	Pai: Engenheiro Mãe: Psicóloga	Pai: Funcionário público Mãe: Dona de casa	Pai: Operário como Gráfico Mãe: Operária em Costura	Pai: Consultor sobre China Mãe: Doutora em Educação
Irmãos/ãs	0	São 8. Ela é 5ª.	São 4. Ela é 4ª.	São 5. Ela é 1ª.	São 5: 3 de mãe e pai, 2 de pai. Ela: 1ª.
Tempo na instituição/Primeiro voluntariado?	2 anos. Sim.	3 ou 4 anos. Sim.	3 anos. Sim.	1 ano e meio. Sim.	5 meses. Não.

2		2	1	2	2	2
Elton	Roberto	Maria Mercedes	Enrique	Luiz		
33	61	42	30	30		
Cascavel, PR (4 meses em FLN)	Florianópolis	San Telmo, CR, Argentina (22 anos em FLN)	Florianópolis	Presidente Prudente, SP (10 anos em FLN)		
Solteiro	Casado	Casada	Solteiro	Solteiro		
Auxiliar de serviços gerais	Médico / Aposentado	Gastrônoma/Ter apeuta	Filósofo/Mes trando	Cientista Social/Recep cionista		
0	Três: 28, 30, 32. Um neto.	Dois: 18 e 15 anos	0	0		
Pai: Não informou Mãe: Não informou	Pai: Funcionário público Mãe: Funcionária pública	Pai: Empresário Mãe: Dona de casa	Pai: Funcionário público Mãe: Funcionária pública	Pai: Bancário Mãe: Dona de casa		
São 5. Ele é o 1º.	São 2. Ele é o 1º.	São 4. 3 por parte de mãe. Ela é a 4ª.	São 5. Ele é o 3º.	São 2. Ele é o 1º.		
4 meses. Sim.	4 anos. Sim.	2 anos. Sim.	2 meses. Sim.	1 ano. Não.		

Os nomes que aparecem na tabela são fictícios para preservar a identidade dos/as participantes. As pessoas entrevistadas estão colocadas na ordem de realização da pesquisa: Rebeca foi a primeira voluntária entrevistada e Elton, o último. Foram entrevistados três sujeitos da Instituição 1 e sete da Instituição 2. Todos/as os/as participantes são voluntários/as ativos/as em ambas as instituições, porém três deles/as apresentam um vínculo adicional ao voluntariado. Luiz havia sido contratado como recepcionista da Instituição 2 alguns meses antes da entrevista e continuou sua atividade voluntária nos domingos. Rebeca, voluntária da Instituição 1, foi contratada nesta instituição para trabalhar na área de profissionalização das mulheres atendidas, alguns dias antes da realização da entrevista. Elton, além de ser voluntário na Instituição 2, morava na Casa de Acolhimento para moradores/as de rua da mesma instituição. No dia da entrevista ele

informou que teria que sair da casa em breve, pois já tinha um trabalho estável e se encontrava sem consumir álcool por alguns meses (na entrevista ele relatou que foi o consumo de álcool que o levou à rua).

Com relação à cidade de origem, só duas pessoas, Enrique e Roberto, nasceram em Florianópolis. Dona Tuca diz sentir-se *manezinha*⁸, pois chegou aos quatro anos e sempre morou aqui. Cristina chegou fazer 39 anos. Outros três participantes (Rebeca, Léa e Luiz) moram na ilha há, aproximadamente, 10 anos. Tanto Mila quanto Maria Mercedes chegaram fazer uns 20 anos, por questões familiares: Mila acompanhou a mãe que veio fazer mestrado e Maria Mercedes veio com o marido, que já trabalhava nesta cidade. Estes dados refletem a permanente migração de brasileiros/as e estrangeiros/as com destino à Ilha de Santa Catarina, onde se situa a maior parte da cidade de Florianópolis, que se estende pelo continente fronteiro (LAGO et. al., 2012).

Com relação à idade, quatro dos/as voluntários/as da Instituição 2 encontram-se entre os 30 e 33 anos, assim como os/as três voluntários/as mais velhos (entre 53, 62 e 61 anos). As três voluntárias com idades entre os 42 e 52 anos participam da Instituição 1. Quase a metade do grupo está composta por pessoas aposentadas, que resolvem dedicar-se a esta atividade voluntária após ter deixado o trabalho remunerado. Como relata Dona Tuca: “Eu trabalhei 30 anos no banco, no antigo BESC, que agora é Banco do Brasil e aí, até então, eu não fazia nada porque não tinha tempo para fazer voluntariado, ou seja, atividade extra, né? De aí foi assim: eu comecei com o voluntariado com o Padre mesmo” (Dona Tuca, 62 anos).

Com respeito ao sexo dos/as pessoas entrevistados/as, seis são mulheres e quatro, homens. Todos os voluntários (do sexo masculino) participam da Instituição 2 e foram procurados propositalmente por mim, para procurar obter diversas posturas sobre as concepções. Todas as voluntárias da Instituição 1 são mulheres, e na sua atividade atendem outras mulheres. Historicamente o papel de *cuidar* tem sido atribuído às mulheres e isso pode se ver nesta prática.

Sobre a raça/etnia dos/as participantes, podemos considerar a maioria como brancos/as, com exceção de Enrique e Elton, que são de raça negra. A colonização do estado de Santa Catarina diferenciou-se do sistema de colonização do país, baseado na mão de obra escrava, em

⁸ Termo utilizado para designar os “nativos” da Ilha de Santa Catarina, descendentes dos colonizadores açorianos (LAGO, 1996).

latifúndios que produziam para a exportação. No sul do Brasil e especialmente em Santa Catarina, predominou a colonização européia em pequenas propriedades voltadas para a produção de alimentos para consumo familiar (LAGO et. al., 2012). Assim, a migração de pessoas brancas é uma característica comum nas cidades dos estados do sul do Brasil, como Florianópolis (LAGO, 1996).

Sobre o grau de instrução, todos/as os/as voluntários/as possuem instrução superior, menos Elton. Este dado coincide com outras pesquisas que revelam que são as pessoas com maior grau de instrução as que realizam voluntariado em contextos de assistência⁹. Na atualidade, a metade dos/as participantes (cinco) realiza algum trabalho remunerado. Um deles, Enrique, é mestrando e tem bolsa.

Com relação ao voluntariado, a maioria dos participantes (oito) realiza sua primeira ação voluntária formal nas instituições estudadas. As três voluntárias da Instituição 1 (Rebeca, Léa e Maria Mercedes) participam desta há mais de dois anos. Os/as voluntários/as da Instituição 2 apresentam tempo de atividade variável, que vai desde os três meses até os quatro anos.

Colocar estes dados permite ilustrar de uma maneira mais clara os elementos singulares de cada um/a dos/as participantes, possibilita associações entre algumas características destes/as e contribui para evidenciar alguns aspectos próprios de cada instituição. Alguns desses elementos serão explorados de forma aprofundada na análise do material obtido na pesquisa de campo.

1.3 PROCEDIMENTOS

A fim de permitir um conhecimento maior sobre as concepções dos/as voluntários/as pesquisados/as sobre *pobreza e voluntariado*, foram consultados os *sites* na internet das duas organizações, foram registradas as observações da pesquisa em um diário de campo e realizadas entrevistas que foram gravadas e transcritas; estas foram entregues aos voluntários/as participantes da pesquisa afim de que possam conhecer como ficou o registro e, se desejarem, acrescentar, mudar ou tirar algum aspecto. Também realizei uma busca no banco de

⁹ Conferir IBOPE (2010); Bekkers (2005).

teses e dissertações da Capes¹⁰ para conhecer se existiam pesquisas atuais que integrassem as duas categorias. Acredito que com estes procedimentos metodológicos me aproximei do objetivo da pesquisa – conhecer e analisar as concepções sobre pobreza e voluntariado entre voluntários e voluntárias de instituições dedicadas ao atendimento de pessoas em situação de pobreza em Florianópolis, para refletir sobre estas categorias.

Com o material coletado realizei o seguinte procedimento: li e reli várias vezes o diário de campo e as entrevistas transcritas, com o intuito de ir me aproximando e aprofundando nas vivências dos/as voluntários/as sobre sua participação na instituição, considerando que as pessoas se constituem através dos seus discursos e na sua interação com os contextos dos quais participam. Na medida em que isso acontecia, comecei a organizar o material em duas grandes temáticas – pobreza e voluntariado. Montei uma tabela com trechos dos discursos dos/as voluntários/as e do diário de campo que correspondiam a cada um desses temas. Novamente, li e reli os discursos contidos nessa tabela, procurando pelas formas de concepção da pobreza e do voluntariado presentes nesses registros. Em alguns casos, priorizei elementos que se repetiam nos relatos das/os voluntárias/os entrevistadas/os. Em outros, considerei a intensidade com que os/as participantes se referiam a certas questões, como quando o discurso estava impregnado de emoção intensa ou era transmitido com um volume de voz mais alto do que o habitual (aspectos que registrava na transcrição). Também considerei, para a realização desta análise, as concordâncias e contradições entre as entrevistas e meus registros no diário de campo, desse modo eu poderia identificar aspectos em conflito ou em tensão presentes nessa realidade e

¹⁰ Numa busca no Banco de Teses da Capes, utilizando as palavras “voluntariado” e “pobreza”, entre 2009 e 2011, encontrei seis resultados dos quais destaco dois, relacionados ao tema desta pesquisa. A dissertação de Renata Paula Costa Trigueiro (2010) discutiu os aspectos convergentes e divergentes nas percepções sobre trabalho voluntário e trabalho remunerado numa instituição de caridade no Rio Grande do Norte, detalhando as percepções dos/as voluntários/as sobre sua ação. Nathalie Beghin (2009) buscou analisar as relações estabelecidas entre o setor público e as empresas privadas que tinham como objetivo o combate à pobreza no Brasil nos últimos 20 anos posicionando-se de maneira crítica, pois para a autora estas alianças despolitizam as questões das desigualdades sociais estruturais. Ambas as posturas são exemplos de posicionamentos atuais sobre o tema, que se encontram em constante debate.

na relação entre o/a voluntário/a e sua prática, assim como preconceitos ou julgamentos meus sobre o campo de pesquisa. Finalmente, também priorizei ou escolhi alguns temas a partir da ressonância que tinham em mim, como pesquisadora desta área, como ex-voluntária ou como cidadã.

As duas temáticas principais e os aspectos que a conformam, foram analisadas e discutidas nos Capítulos 2 e 3. A questão da pobreza foi considerada como o marco geral no qual se pensam e desenvolvem estas ações. As suas concepções estão centradas, principalmente, em três aspectos: a pobreza como uma situação triste; como uma situação de marginalidade ou exclusão; ou como uma situação injusta. O voluntariado praticado com o objetivo de combate à pobreza foi abordado como uma das ações centrais na assistência de pessoas em situação de pobreza, a partir de três óticas: uma assistencial e caritativa, outra controladora ou dominadora, e uma última, solidária ou igualitária, procurando mostrar diferenças na ação e nos discursos nestas óticas distintas. Todos estes elementos são diversos e encontram-se refletidos nas falas e nos registros no diário de campo.

2. POBREZA

A pobreza é um fenômeno mundial que preocupa e ocupa muitas pessoas. Grupos diversos tentam combatê-la e outros tentam mantê-la, constituindo forças opostas que trabalham, de um lado, em prol da sua superação e, de outro, a favor da sua perpetuação (direta ou indiretamente; voluntaria ou involuntariamente). Não existe consenso sobre sua definição, sobre suas formas de medição, ou sobre as maneiras de combatê-la. Os mais diversos interesses econômicos, políticos, sociais e pessoais estão envolvidos nesta dinâmica que não é só dicotômica, mas complexa e difícil de compreender. Às vezes utilizar o termo “complexo” para descrever algum aspecto da sociedade ou da humanidade, permite, justamente, evitar um árduo trabalho de entendimento e compreensão, como apontou Joan Subirats (2013) na conferencia de abertura do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO. Isto posto, neste capítulo procurarei apresentar um panorama geral sobre a pobreza incluindo os seguintes elementos: Origens históricas e sociais da pobreza; concepções de pobreza em geral e a partir das políticas sociais brasileiras; a pobreza e a Psicologia brasileira; concepções de pobreza entre voluntários e voluntárias de Florianópolis.

Parto da ideia base de que a pobreza é uma construção social e histórica, consolidada na forma como a conhecemos na atualidade, no sistema capitalista e neoliberal que está fundado na desigualdade entre as pessoas, no que diz respeito ao acesso a bens materiais e culturais, a oportunidades, a direitos, a reconhecimento, entre outros aspectos. Existem outras formas de organização política e econômica onde a pobreza apresenta maneiras distintas de constituição, mas darei ênfase ao sistema capitalista atual, situando as principais formas de conceber a pobreza.

2.1 ORIGENS HISTÓRICAS E SOCIAIS DA POBREZA¹¹

¹¹ Situo esta pesquisa dentro do âmbito da sociedade ocidental urbana brasileira. Outras formas de organização social (indígena, por exemplo) podem ter, ou não, seus próprios processos de geração dos excluídos ou marginalizados, porém neste item do capítulo relato especificamente as condições históricas e sociais que originaram o estabelecimento da pobreza na sociedade ocidental, capitalista e neoliberal.

A pobreza esteve presente, de modos diferentes, desde o início da constituição das diversas sociedades (FREITAS, 2004). Porém o fenômeno da pobreza não teve sempre a mesma forma, a mesma origem, ou o mesmo desenvolvimento. Para compreender a pobreza na atualidade, numa sociedade industrializada, resulta importante rever a consolidação paulatina do capitalismo. Karl Marx (1978) no livro *O Capital* explica o surgimento das desigualdades sociais como característica das sociedades fundadas na diferenciação de classes sociais. Mara Lago (1996) resume de forma clara a proposta de Marx sobre a estrutura de funcionamento capitalista:

Pela sua própria lógica e organização, o modo de produção capitalista, baseado na separação entre capital e trabalho e tendo como motivação intrínseca a acumulação do capital, pressupõe a divisão da sociedade em classes sociais diferenciadas e antagônicas. (...) Na separação entre capital e trabalho e na valoração desigual da força de trabalho, estão postas as condições para a diferenciação e a hierarquização dos sujeitos sociais (LAGO, 1996; p. 53-54).

Em outras palavras, a própria estrutura do sistema capitalista contém a desigualdade e se sustenta nela. Esta é a base da constituição das classes sociais (burguesia e proletariado), as quais se opõem e complementam. Neste sistema, os donos do capital (os capitalistas, a burguesia) exploram os trabalhadores (o proletariado) a fim de obter a mais-valia, a fonte do lucro do burguês. Este sistema foi explicado inicialmente por Karl Marx em 1867. Através das contribuições deste autor fica claro que a pobreza faz parte de uma realidade social e econômica mais ampla, que deve ser analisada levando em conta a consolidação do sistema capitalista. Evidencia-se que a vida social está subordinada ao modo econômico de produção, gerando inequidade na distribuição da riqueza e a manifestação da “questão social”. Isso quer dizer que a pobreza é uma das manifestações contraditórias que se desprendem da acumulação capitalista que este sistema de produção econômica propõe¹².

¹² Conferir Dantas (2007). Para uma discussão aprofundada sobre “o capitalismo é a causa da pobreza”, conferir Freitas (2004).

Diante disso, mostra-se a impossibilidade de discutir a pobreza atual fora do sistema capitalista. No entanto, utilizar esse modelo para procurar explicar a realidade social e política na contemporaneidade resulta limitado, pois as configurações e reconfigurações políticas foram se tornando cada vez mais complexas, dificultando sua explicação a partir de um único modelo político. Porém a utilização desse modelo constitui uma contribuição ilustrativa para perceber a origem do sistema capitalista, contribuindo para mostrar a permanência de alguns de seus elementos na contemporaneidade.

Um dos primeiros autores a desenvolver teorias sobre pobreza foi o alemão Georg Simmel (que viveu entre 1858 e 1918), no livro *Les Pauvres*¹³ publicado em 1907. Nas suas reflexões procurou explicar uma sociologia dos vínculos, das interações e dos laços sociais a partir do elemento marginalizado da sociedade: o pobre. Na atualidade, muitas das suas concepções continuam vigentes e são utilizadas principalmente na academia. Por não ter acesso ao texto original, pois se encontra numa língua que não domino, baseio-me na síntese que Anete B. L. Ivo (2008) faz sobre esta obra no seu artigo *Georg Simmel e a 'sociologia da pobreza'*, no qual a autora traduz alguns trechos do livro de Simmel para o português. Da síntese apresentada por Ivo, resgato três ideias principais propostas por Simmel: a primeira tem a ver com a postura que o Estado apresenta com relação às pessoas em situação de pobreza; a segunda diz respeito à concepção da sociedade em geral sobre as pessoas nesta situação específica; finalmente, a terceira apresenta a postura do autor, que considera o pobre como cidadão, da mesma forma que os/as outros/as cidadãos/ãs que não se encontram nessa mesma situação.

Com relação ao primeiro ponto, Simmel, ao especificar a ação do Estado com relação aos pobres, assinala que este os assiste com o fim de manter a ordem e o controle social. Tendo os pobres minimamente satisfeitos, evita-se que fiquem “perigosos” para a sociedade (IVO, 2008). Estes terão energia suficiente para sobreviver, mas não a força que se requer para exigir e lutar por condições de vida melhores que estejam além da satisfação de necessidades básicas. Nesse sentido, o auxílio que o Estado oferece aos pobres seria tão só para manter a estrutura social, o modo de produção capitalista fundado nas desigualdades sociais. Diante disso, o autor questiona qual é a noção que

¹³ A versão original foi escrita em alemão, intitulada “*Der Arme*”, no singular.

tem o Estado sobre o bem-estar comum, concluindo que este é pensado desde uma posição centralista, que desconhece os reais interesses daqueles a quem assiste.

Neste ponto resulta relevante pensar na questão de “educar aos pobres”, que pode constituir uma forma de controle. Nesta mesma linha, Jacques Donzelot (1986), realiza uma análise das políticas do Estado francês sobre as famílias em situação de pobreza, do século XVII ao século XX. O ideal burguês do Estado moderno começava a se conformar nos inícios daquela época. Esse Estado utilizava os profissionais – como médicos, educadores, assistentes sociais – para assistir às famílias, normatizando-as, dominando-as e articulando-as com seus próprios interesses.

Essa concepção de Donzelot é uma amostra da crítica colocada por Simmel à intenção do Estado na sua assistência aos pobres. Um Estado que se preocupa, mais do que com o bem-estar e cidadania plena dos seus habitantes, com a manutenção da ordem e do controle social. Na atualidade, na América Latina, estas formas de compreensão e regulação da pobreza ainda estão presentes¹⁴.

Retomando Simmel, a segunda ideia que resgato da síntese de Anete Ivo (2008) sobre o texto deste autor, tem a ver com a forma como o pobre é definido socialmente. Para Simmel o pobre é constituído como tal pela assistência que recebe publicamente da coletividade e que não é capaz de retribuir. Dessa forma, o pobre se mantém numa condição de desigualdade e dependência com relação às outras pessoas. A pessoa pobre não pode colocar-se numa relação de reciprocidade com relação aos outros, o que a exclui e marginaliza. Em palavras de Serge Paugam e Franz Shultheis¹⁵:

Os pobres, por conseguinte, são mais ou menos levados a viver sua situação no isolamento. Eles buscam dissimular a inferioridade do seu estatuto no seu ambiente e mantêm relações distantes com os que estão próximos de sua condição. A humilhação os impede de desenvolver o sentimento de pertencimento a uma classe social

¹⁴ Conferir Freitas (2004).

¹⁵ Estes autores fizeram a Introdução à obra de Simmel *Les Pauvres* (1998/1907), intitulado-a “*Naissance d’une sociologie de lapauvreté*” (Nascimento de uma sociologia da pobreza).

(PAUGAM; SCHULTEIS, 1998apud, IVO, 2008, p. 177).

A questão da impossibilidade que os pobres têm de retribuir o que se recebe, colocada por Simmel, remete-me à teoria da dádiva, desenvolvida pelo antropólogo Marcel Mauss. Este autor no “Ensaio sobre a dádiva” (MAUSS, 2008/1923) relata seus estudos comparativos sobre a troca e os valores entre os indígenas das ilhas Trobriand (Polinésia e Milânésia) e os índios da América do Norte, procurando realizar uma descrição sobre a economia e as lógicas de troca nessas sociedades consideradas então como arcaicas. Destaca que nestas culturas existem três obrigações: dar, receber e retribuir, e descreve que fazem parte de um processo de troca interligado.

Como poderíamos pensar uma aproximação entre a impossibilidade da pessoa em situação de pobreza retribuir a assistência que recebe do Estado e das outras pessoas da sociedade, com a dinâmica de troca – *dar, receber e retribuir* – que Mauss apresenta? A obrigatoriedade na retribuição e a impossibilidade de concretizá-la, coloca ao pobre assistido numa situação de inferioridade. Nesse sentido, a socióloga brasileira Elizabeth Farias da Silva (2013)¹⁶ realiza uma análise das implicações da principal política de combate à pobreza brasileira através do Programa de Transferência Condicionada de Renda [PTCR], o Programa Bolsa Família [PBF]. A autora explica, que o PBF constitui uma política que gera uma pressão às beneficiárias¹⁷, no sentido de cumprirem as responsabilidades e condições que o programa exige, o que constitui uma forma de controle e uma obrigatoriedade de retribuição, muitas vezes difícil de realizar. Desse modo, percebemos

¹⁶Notícia fornecida pela professora Elizabeth Farias da Silva, na palestra intitulada: Programas de Transferência Condicionada de Renda - Caridade e Pobreza como integração e inclusão, no II Colóquio Internacional sobre Programas de Transferência Condicionada de Renda no contexto brasileiro: experiências em Fortaleza e Florianópolis, em agosto de 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.

¹⁷ Só em Florianópolis 96% das responsáveis pela família são mulheres, nesse sentido a maioria das titulares do PBF são mulheres (LAGO et al., 2012). Segundo o *Anuário Estatístico de América Latina y Caribe* (CEPALa, 2013) 80% das famílias mono-parentais da região são lideradas por mulheres. Disponível em www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/51946/Estadisticas_sociales.pdf. Acessado no dia 12 de janeiro de 2014.

que a renda que o Estado *dá* a essas mulheres é *recebida* como uma dádiva a qual devem *retribuir*, como cumprimento das condicionalidades definidas, para poderem manter o benefício (ou a “ajuda”). Poder-se-ia dizer que é uma política centrada no ‘dar’ e no ‘receber’, onde quem recebe fica com uma gratidão enorme e também uma dívida enorme. É uma dinâmica de troca desigual, onde uma das partes exerce o domínio e controle sobre a outra, estabelecendo uma relação de hierarquia e mantendo a composição socioeconômica intacta, sem maiores mudanças estruturais¹⁸. A proposta desta autora oferece um modo de responder à pergunta a respeito de uma possível relação entre a concepção de Simmel sobre a impossibilidade da pessoa pobre, de retribuir o que recebe do Estado ou da sociedade, e a dinâmica de trocas descrita por Marcel Mauss, contidas na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

Finalmente, o último ponto que resgato da síntese que Ivo (2008) realiza sobre o texto de Georg Simmel (1998/1907) é a ênfase que este autor coloca na importância de firmar a condição de cidadã que a pessoa em situação de pobreza tem. Esclareço que, a partir deste momento procurarei utilizar a expressão “pessoa em situação de pobreza” ao invés de “pobre”, pois esta palavra rotula a pessoa numa posição fixa. A pobreza é um fenômeno dinâmico e se espera que as políticas e ações que procuram diminuí-la gerem certa mobilidade socioeconômica, permitindo que a pessoa que se encontra nessa situação num determinado momento, possa não está-lo mais num outro momento. Considero, também, que reduzir a identidade da pessoa a uma característica só (sua condição socioeconômica) é uma postura reducionista e discriminadora. Nesta linha Erving Goffman no livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (2012/1963) aponta que são as pessoas *normais* da sociedade as que instituem o que é *normal* ou *adequado*, estigmatizando ou discriminando aqueles que não se inserem dentro dessa normalidade. Nesta linha acredito que o termo *pobre* funciona de forma estigmatizadora e discriminadora das pessoas nesta situação.

Retomando, Simmel critica a atitude pela qual as pessoas em situação de pobreza são percebidas como elementos “fora” da

¹⁸ Considero que essas mudanças estruturais seriam as que permitiriam uma lógica social, econômica e política que fosse além do sistema capitalista em sua versão neoliberal, dominante na atualidade.

sociedade, que não fazem parte da mesma, que não detém os mesmos direitos, e propõe o seguinte:

Os pobres não são apenas pobres, eles são também cidadãos. Enquanto tais, eles participam dos direitos que a lei atribui à totalidade dos cidadãos de acordo com a obrigação do Estado de prestar assistência aos pobres. (...) a posição que os pobres assistidos ocupam não impede sua integração no Estado, como membros de uma unidade política total (SIMMEL 1998/1907 apudIVO, 2008, p. 175).

Nesse sentido, se o Estado os assiste negligentemente eles teriam que poder recorrer contra o mesmo, na sua condição de cidadãos, a fim de conseguir um tratamento mais adequado (SIMMEL 1998/1907, apudIVO, 2008). Como aponta Freitas (2004), na atualidade esta postura se expressa através do pensador Edgar Morin (1995), que acredita no amor e na fraternidade com relação aos pobres (como postura ética e laica, não como inspiração religiosa). A autora pergunta-se: “Pobres ou pessoas? Simplesmente pessoas (...)” (FREITAS, 2004, p. 29); essa frase resume a noção de “pobre como pessoa”, representação que reconhece a humanidade para além da condição econômica.

Esta linha de raciocínio expressada inicialmente por Simmel inclui a questão dos direitos dos/as cidadãos/ãs, aspecto que chama minha atenção, pois este autor escreve vários anos antes que a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (ONU, 1948) fosse promulgada. Provavelmente foi influenciado pela “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (FRANÇA, 1789), promulgada em 1789 durante a Revolução Francesa, porém, nesta declaração não há nenhum artigo que verse especificamente sobre as pessoas em situação de pobreza e o dever do Estado perante elas. Esta capacidade de considerar a pessoa em situação de pobreza como cidadão, outorga o caráter de relevância e atualidade que Georg Simmel tem em relação a uma postura ética e comprometida sobre pobreza na contemporaneidade.

Na atualidade a questão dos direitos humanos está intimamente ligada às questões do combate à pobreza. É uma noção difundida considerar que pessoas nesta situação apresentam múltiplos direitos humanos, sociais e civis vulnerados. Como coloca o filósofo peruano Miguel Giusti (2012) no seu artigo *El humanitarismo, ¿un nuevo ideal*

moral?, as pessoas em situação de pobreza estariam em condições consideradas inumanas ou de “crime contra a humanidade”, termo que se utiliza para atos como genocídio ou guerras. Acredito que considerar a pobreza neste sentido, convida a agir nas situações de pobreza com a mesma urgência, investimento monetário e seriedade com a qual se age em nome da humanidade, pois há uma multiplicidade de direitos humanos violados nas condições de pobreza. Possivelmente a ideia divulgada no imaginário comum, que responsabiliza aos pobres pela sua situação, é uma força que evita o surgimento da indignação diante destas situações e que se opõe ao desenvolvimento adequado de políticas e ações de enfrentamento a pobreza, aspecto que discutiremos no próximo item deste capítulo.

2.2 CONCEPÇÕES DE POBREZA NA ATUALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Há diversas formas de conceber a pobreza dentro das políticas nacionais e internacionais de combate à pobreza, nas diversas disciplinas do mundo acadêmico e no cotidiano dos cidadãos e cidadãs. Algumas concepções articularam formas de compreender e explicar este fenômeno, as aproximações metodológicas para sua medição e as políticas públicas e sociais para sua diminuição, as quais terão uma influência direta na vida das pessoas que se encontram nesta situação.

2.2.1 Concepções de pobreza atuais

Sem pretender esgotar a multiplicidade de representações sobre pobreza¹⁹, coloco aqui aquelas que considero mais relevantes e que apresentam alguma relação com o entendimento da pobreza no Brasil. Rosana Freitas (2004) na sua tese *A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90*, utiliza as contribuições de Rafael Miralles (1996), que realiza um quadro resumo das representações da pobreza existentes na atualidade²⁰.

¹⁹ Conferir um amplo debate sobre este aspecto em Crespo; Gurovitz (2002); Freitas (2004; 2005).

²⁰ Para acessar o quadro ver Freitas (2004, p. 27).

No quadro se apresentam as múltiplas representações da pobreza e do pobre, integrando teorias e perspectivas diversas na compreensão deste fenômeno social. Não desenvolverei uma descrição exaustiva de seus elementos, mas irei tomando alguns dos seus aspectos ao longo deste capítulo e na análise das entrevistas dos/das voluntários/as. A autora realiza uma síntese dos aspectos comuns da pobreza que contribuem para entender a inter-relação das diversas representações: a) a maioria das concepções (descontando a concepção marxista) acredita que a pobreza é produto do indivíduo nesta situação, e não do sistema econômico; b) para todas as concepções, a pobreza está relacionada com carência de recursos; c) para as diferentes concepções existe a ideia de desenvolvimento x atraso. Sair da situação de pobreza implicaria desenvolver-se; d) o Banco Mundial [BM] e o Fundo Monetário Internacional [FMI] entendem a pobreza de uma forma mercantil, utilizando o critério da renda, principalmente; e) as pessoas em situação de pobreza são aquelas que não conseguem os mínimos necessários de qualquer das dimensões importantes da cidadania, assim, para reduzir a pobreza, haveria que intervir exclusivamente nesse estrato da população (sem pensar na redistribuição) (FREITAS, 2004). A autora conclui:

Portanto, pode-se pensar a pobreza a partir de uma hierarquia econômica, política, social e simbólica, em que os pobres situam-se na parte inferior da hierarquia. E quanto mais tempo durar o estado de pobreza de uma população, mais estabelecida será esta hierarquia (FREITAS, 2004, p. 88).

Por outro lado, Sonia Rocha (2003) considera a pobreza como: “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2003 apudAZEVEDO; BURLANDY, 2010, p. 202). Acredito que esta é uma definição muito sucinta para abranger um fenômeno diverso e vasto, mas colocá-la neste momento pode contribuir para perceber quão difícil é conceituar dito fenômeno. Diferentes autores estruturam o pensamento relativo a este conceito de diversas formas. Neste texto colocarei as principais abordagens e as críticas mais importantes feitas a estas abordagens.

A maioria das concepções utiliza o fator econômico para definir e classificar pessoas e populações como pobres ou não. A concepção de “linha da pobreza” tem sido utilizada por muitos anos. Nela se associa a

insuficiência de renda à “pobreza absoluta” (pessoas que não chegam a perceber os mínimos básicos para a sobrevivência física), à “subsistência”, e “pobreza relativa” (pessoas que não chegam a ter os mesmos níveis da maioria das outras numa determinada sociedade que já garante os mínimos básicos), considerando alguém “pobre” em função do contexto social em que vive, como apontam Darana Azevedo e Luciene Burlandy (2010), Aline Accorssi; Helena Scarpato e Pedrinho Guareschi (2012). Ao mesmo tempo, o valor monetário que as pessoas possuem está relacionado tanto à “indigência” – também chamada “miséria” – (situação de uma pessoa que não chega a cobrir suas necessidades nutricionais básicas) quanto à “pobreza” (pessoa que alcança necessidades nutricionais, mas não outras mais amplas, como habitação, vestuário, transporte, etc.) (AZEVEDO; BURLANDY, 2010).

Apesar de ser ainda amplamente utilizada, esta abordagem apresenta alguns problemas. Em primeiro lugar, utiliza tanto a concepção de cesta básica (necessidades nutricionais) quanto a de renda mínima (ganho monetário suficiente para suprir as necessidades de sobrevivência diária em uma economia de mercado) para realizar comparações e generalizações sobre determinados grupos. Ao operarem baseadas em probabilidades estatísticas, as comparações entre diferentes países resultam pouco confiáveis, pois a cesta básica e a renda variam, assim como também varia o valor da moeda entre os países. O segundo problema diz respeito a que esse modelo não leva em conta a produção feita em casa nem outros consumos que não são comprados (AZEVEDO; BURLANDY, 2010), como os das populações indígenas, rurais e campesinas, que ainda na atualidade apresentam resquícios de uma economia de troca como base na produção para a subsistência familiar, avaliando distorcidamente a realidade dessas pessoas.

Outra das principais abordagens para conceber a pobreza é a “das necessidades básicas”. Para essa abordagem uma pessoa é considerada “pobre” se não consegue acessar bens básicos que atendam a necessidades primárias como habitação, saneamento e educação. Nesta abordagem, começa-se a pensar a pobreza como um fenômeno de múltiplas facetas (ACCORSSI, 2011), pois a renda não é concebida como o indicador principal e são levadas em conta outras dimensões que se inter-relacionam. Assim é possível definir de maneira mais exata, quais são as necessidades básicas de cada grupo no seu contexto particular, considerando por um lado, condições mínimas de consumo

(como comida, roupa, medicamentos) e, por outro lado, serviços essenciais que a sociedade deve promover (como água potável, educação, saúde, etc.). Esses aspectos não são tomados da mesma forma em todos os grupos humanos, ou em cada espaço geográfico de um país²¹.

Finalmente, a terceira das principais abordagens para conceber a pobreza é chamada “abordagem das capacidades”, considerada por alguns autores como mais multifacetada e relativa que as anteriores (ACCORSSiet. al., 2012). Esta abordagem considera a pobreza como privação ocasionada pela insuficiência de renda, mas admite que existe uma ampla diversidade humana, onde há pessoas diferentes, em contextos sociais e culturais diferentes, com necessidades distintas a considerar nessa análise. Para Amartya Sen²² (2000), autor dessa abordagem, a relação entre renda e capacidade é afetada por vários fatores como idade; condição agravada (por exemplo, doença); pela posição que a pessoa ocupa dentro da família; por seu papel sexual e social; pelo local (por exemplo, se há propensão a terremotos); ou pela dificuldade de integração à sociedade (aspecto que se relaciona à renda). O autor adverte que geralmente ocorre confusão entre duas abordagens: a da renda (linha da pobreza) e a das capacidades, pois às vezes se espera que distribuindo renda, aprimorem-se as capacidades, e vice-versa.

Este enfoque inclui um intercâmbio com várias áreas de análise, como filosofia, sociologia, política, entre outras. Desse modo, são considerados outros elementos na avaliação da situação da pessoa. Esta abordagem considera a pobreza como complexa e multideterminada e para compreendê-la e intervir na sua diminuição, sugere: a) conhecer o contexto, pois os determinantes da pobreza podem ser distintos dependendo do lugar, e, b) abordar integralmente os problemas, considerando as particularidades das pessoas (AZEVEDO; BURLANDY, 2010). Em palavras de Amartya Sen, o enfoque das capacidades na análise da pobreza permite:

²¹ Por exemplo: “o acesso à rede de captação de esgoto sanitário em áreas urbanas densamente povoadas é essencial, mas desnecessário em áreas rurais, onde o uso da fossa séptica pode ser adequado” (AZEVEDO; BURLANDY, 2010, p. 203).

²² Filósofo e economista de origem indiano, ganhador do premio Nobel de economia em 1990.

(...) melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins (SEN, 2000, p. 112; grifos do autor).

Resulta difícil encontrar críticas a este modelo de concepção da pobreza, pois esta é a teoria que embasa as análises e propostas de intervenção de diversos organismos multinacionais. Porém, foi possível identificar alguns questionamentos a dito modelo. As principais críticas da abordagem das capacidades centram-se em que esta é considerada uma perspectiva que individualiza a pobreza. Em outras palavras, a responsabilidade pela condição e a possibilidade de mudança recai no indivíduo em situação de pobreza, na sua habilidade para aproveitar as oportunidades e, com sua força de vontade, conseguir modificar sua condição. Este enfoque deixa, assim, de considerar a estrutura total do sistema no qual se encontra a pessoa, para focar-se no indivíduo, no investimento nas suas capacidades para superar a situação de pobreza.

Ana Paula Mauriel (2006; 2010) é uma das questionadoras deste modelo no Brasil. A autora refere que a partir da utilização deste modelo no país: “(...) os esforços recentes têm sido direcionados para medir indicadores comportamentais, ou ‘defasagens’ de habilidades e/ou capacidades que devem ser supridas com treinamento educacional e cultural” (MAURIEL, 2006, p. 53, apudAZEVEDO; BURLANDY, 2010, p. 206). Para esta autora o enfoque das capacidades mantém a estrutura atual da distribuição, sem resolver o problema nem mudar a ordem social estabelecida. Mauriel (2010) também afirma que o modelo: “Ao se concentrar nas capacidades dos indivíduos, passa a considerar características ligadas às pessoas e aquilo que conseguem realizar ou não” (MAURIEL, 2010, p. 175), concebendo os sujeitos como carentes ou incompletos, ao invés de focalizar os esforços nas condições estruturais que mantém as pessoas nessas condições de pobreza.

Outra acadêmica que questiona o uso do modelo das capacidades é Elizabeth Farias da Silva (2013). Esta autora alerta que esta abordagem foi criada para pensar aspectos da pobreza dentro de uma democracia participativa. Considerar este fator resulta relevante no

contexto da América Latina onde houve, principalmente nas décadas 60 e 70 do século passado, governos ditatoriais que de alguma forma corromperam o estabelecimento adequado das democracias representativas e participativas nos países desta região, influenciando nas características de funcionamento governamental e nas possíveis aplicações das políticas públicas e sociais.

Dentro desta configuração de concepções e representações da pobreza, torna-se relevante considerar as que regem os organismos multilaterais de desenvolvimento, pois de alguma forma influenciam nas políticas de assistência social e combate à pobreza de países em desenvolvimento²³. O mesmo termo “combate” resulta de uma concepção militar de superação da pobreza e vem sendo utilizado em oposição a outros como “alívio” (perspectiva médica). Os organismos multilaterais que procuram intervir no desenvolvimento de países da América Latina são principalmente o BM, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID] (FREITAS, 2005). Estas agências apresentam uma estratégia de ação articulada em dois eixos: através das associações e dos organismos não governamentais que podem ser multiplicadores; e fazendo uso da solidariedade, desconhecendo o cumprimento dos direitos sociais e ativando uma rede de cooperação entre os governos, os bancos, as organizações da sociedade civil e os/as cidadãos/as. Para Freitas (2005) resulta importante conhecer seus objetivos, é ainda mais importante conhecer que elementos permitem manter a sua legitimidade de ação. A autora, a partir da pesquisa “A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90” (FREITAS, 2004) que tinha como objetivo analisar a influência do FMI, BM e do BID na constituição da política de combate à pobreza do Brasil e do México, aponta o seguinte:

²³Freitas (2013) aponta que o próprio termo “combate” vem de uma noção “militar” de superação da pobreza, que é utilizada desde os anos 1990s, e que prevalece com relação a outros discursos. Nesta noção, a pobreza é concebida como algo que deve ser combatido e há um público alvo. Outras noções também estão presentes como a noção “médica”, onde a pobreza é vista como algo a ser tratado; se associa ao termo “alívio” da pobreza e há uma relação médico-paciente. Uma terceira noção concebe a pobreza como inerente à condição humana, como parte das relações entre as pessoas. Há uma dinâmica de superior-inferior, nesta concepção.

A partir desta pesquisa, denominou-se essa rede de *rede de convergência*, que depende, em grande parte, da construção permanente de acordos, ou seja, de que os governos continuem a implementar as políticas do Banco Mundial/FMI, do BID e a demonstrar capacidade de impor controle político sobre a sociedade e, em particular, sobre aqueles que se encontram em situação de pobreza, mas com o apoio da sociedade (FREITAS, 2005, p. 8; grifo da autora).

Freitas (2004) explica que em geral a pobreza é entendida pelas agências multilaterais como insuficiência de renda e, baseadas em Sen (2000), como incapacidade de satisfazer necessidades básicas, outorgando pouca relevância a outros elementos que definem a condição da pessoa pobre. As contribuições desta autora ajudam a visualizar a importância de considerar estes aspectos (rede e controle) na constituição das políticas de assistência e combate à pobreza no Brasil.

2.2.2 Políticas sociais brasileiras

As políticas sociais brasileiras e as de combate à pobreza no Brasil estão articuladas às concepções de pobreza do principal modelo que influencia a produção teórica e técnica dos organismos multinacionais que é o modelo das capacidades de Amartya Sen. Diante disso, haveria uma concepção mecânica de combate à pobreza, relacionando-a com “falta de” renda, capacidades ou oportunidades, situação que seria resolvida, por exemplo, pela transferência de renda aos que se encontram numa situação desigual de distribuição monetária. Essa é a base teórica dos programas de transferência de renda condicionada, principal ferramenta das políticas atuais de combate à pobreza no Brasil.

Como o objetivo desta pesquisa centra-se nos discursos dos/as voluntários/as, não detalharei exaustivamente as políticas de combate à pobreza brasileira, porém apontarei como funcionam em nível geral. As principais maneiras de delimitar a pobreza são as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], realizadas nos domicílios. Segundo Candida Dantas (2007), a partir dos resultados se realiza o planejamento de ações para combater a pobreza.

O PBF pretende ser a principal fonte de combate à pobreza e desigualdade social, unificando todos os outros benefícios que o Estado fornecia anteriormente (Bolsa Escola, Auxílio Gás, entre outros). O combate à pobreza está articulado em três eixos: alívio imediato da pobreza através da transferência condicionada de renda; a participação em programas que permitam exercer os direitos sociais, como educação e saúde, que fazem parte das condicionalidades da renda transferida; e a execução de programas complementares, como geração de emprego (LAGO et. al., 2011). Para Freitas (2013)²⁴ esses Programas de Transferência Condicionada de Renda, especificamente o PBF, constituíram uma ajuda importante para as famílias que dele participam, pois contribui em suprir necessidades materiais como permitir que as mulheres chefes de família adquirissem bens para a casa (como máquina de lavar roupa) ou suprissem serviços públicos deficientes (pagar uma consulta médica especializada). Entretanto, esses programas não promovem uma mudança estrutural nas condições destas pessoas nem na organização socioeconômica do conjunto da população brasileira; alguns aspectos mudaram na realidade destas famílias, mas não houve uma transformação, no sentido de uma mudança substantiva que permita uma modificação de classe social, continuando na posição de camadas populares da sociedade.

Nesta linha, alguns autores, se perguntam se é possível pensar que o foco nos PTCR como a opção do Estado brasileiro para combater a pobreza estaria desconsiderando as causas reais e as soluções possíveis da pobreza, pelo incentivo a práticas consideradas por muitos como meramente assistencialistas, mantenedoras da estrutura que gera a diferenciação social.

Ainda no Brasil, há dois temas importantes para conceber a pobreza e suas complexidades: a criminalização da pobreza e a feminização da pobreza. No que diz respeito à criminalização da pobreza, Cecília Coimbra (2006) no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza, realizado no Rio de Janeiro, apresentou uma comunicação relatando as concepções supostamente

²⁴ Notícia fornecida pela professora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas na palestra intitulada: Bolsa Família e as particularidades da implementação do Programa Bolsa Família em Florianópolis, no II Colóquio Internacional sobre Programas de Transferência Condicionada de Renda no Contexto Brasileiro: experiências em Fortaleza e Florianópolis, em agosto de 2013, na Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.

“científicas” que foram embasando, a partir do final do século XIX e inícios do século XX, a criminalização da pobreza no Brasil: “As teorias racistas, o eugenismo, a teoria da degenerescência e o movimento higienista” (COIMBRA, 2006, p. 3) foram algumas das concepções presentes nas elites e governantes daquela época. A partir destas teorias foram tomadas algumas decisões que implicavam o reordenamento da cidade, por exemplo, realocar os pobres na periferia e nos morros, já que tê-los perto do centro da cidade era perigoso, pois podiam “contagiar” aos outros com sua “degeneração moral”. Inclusive, alguns governantes da cidade do Rio de Janeiro pensaram, como ressalta a autora, na “eliminação das favelas sob a ótica da ‘ordem social’, ‘segurança’ e ‘higiene da cidade’” (COIMBRA, 2006, p. 4), concepção que provavelmente continua presente²⁵. Ao final de sua comunicação, a autora conclui:

Vimos (...) como nossas subjetividades vêm sendo produzidas há séculos e cotidianamente no sentido de percebermos como natural e, portanto, aceitar a relação indissociável entre pobreza e criminalidade: onde está o pobre está a violência. ‘Acabando com a pobreza acaba-se com a violência’, reafirma uma vez mais a periculosidade da pobreza sob a maquiagem de luta por políticas públicas estatais que, em realidade, têm sido políticas meramente assistencialistas e compensatórias. (COIMBRA, 2006, p. 10).

A afirmação da autora mostra a tendência em conceber as ações do Estado como paliativas e ressalta a importância de pensar os processos históricos e sociais através dos quais vão se estabelecendo as concepções de pobreza.

A feminização da pobreza foi uma aproximação ao fenômeno da pobreza divulgada nos Estados Unidos na década de 1970, com a publicação do livro *The feminization of poverty: Women, work, and welfare* (1978) da pesquisadora Diana Pearce. Este fenômeno

²⁵ No momento de realização desta pesquisa, o estado do Rio de Janeiro está se preparando para receber múltiplas pessoas para a Copa do mundo 2014. Ações higienistas e eugênicas semelhantes às acontecidas cem anos atrás estão sendo solicitadas, discutidas e postas em práticas.

consiste, segundo Márcia dos Santos Macedo (2008), na concepção de que as mulheres no papel de chefes de família ocupam a posição das “mais pobres” na estrutura social, como se o fato de ser mulher contribuisse para sua permanência nesta posição social. Existe uma “homogeneidade artificial construída em torno das mulheres em situação de chefia (...) que insiste em reforçar um perfil uniforme dessas mulheres” (MACEDO, 2008, p. 389) contribuindo para a invisibilidade das estruturas sociais que as mantêm naquele lugar. Em muitos países as mulheres com filhos e/ou filhas representam a maioria da população pobre e há pouca preocupação pelas causas que levam a esta configuração de desigualdade social. Existe grande quantidade de estatísticas que apóiam amplamente essa relação (mulheres na chefia da família e pobreza) (MACEDO, 2008), porém, há uma variedade de produções acadêmicas que, a partir de diferentes posturas, criticam essa perspectiva homogeneizante e desconsideradora das particularidades. Assim, Macedo (2008) sintetiza essas críticas em três grupos: a) reflexões de aproximações antropológicas sobre famílias monoparentais, focadas na figura da mulher; b) discussão sociológica sobre a terminologia utilizada, suas significações e sua pertinência para a realização das pesquisas (por exemplo, discutem o uso dos termos “chefe de família” ou “responsável principal”); c) estabelecimento de relações entre a posição de chefe de família da mulher com elementos estruturais (como a falta de trabalho ou remuneração), assim como realização de propostas de políticas públicas com o fim de compensar a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, pois a desigualdade salarial somada à discriminação de gênero, geram subemprego e outras injustiças nesse grupo.

Neste item não se pretende esgotar todas as considerações sobre a pobreza, mas entendê-la de modo amplo, como parte de uma organização social, procurando compreender as condições do seu estabelecimento e seu combate e mostrando a multiplicidade de perspectivas e aspectos relativos a este quesito. Diante disso, resulta relevante entender como estes elementos se articulam com a Psicologia, como área de conhecimento.

2.3 A POBREZA E A PSICOLOGIA BRASILEIRA

Inicialmente a Psicologia se consolidou no Brasil como uma profissão a serviço das elites e dos interesses do capitalismo²⁶. A regulamentação da Psicologia no Brasil começa com a Lei 4119/62, convocada pela elite brasileira para “modernizar o país” (BOCK, 2011; p. 1) utilizando seus instrumentos psicométricos com o fim de aumentar os processos produtivos. Nas últimas décadas, alguns acontecimentos históricos permitiram que a Psicologia fosse se constituindo, paulatinamente, como uma profissão mais próxima das camadas populares. Na década dos anos 80, começam a se construir um discurso e um movimento relativo ao compromisso social da profissão, liderado pelo Sindicato de Psicólogos de São Paulo e, posteriormente, pelo Conselho Federal de Psicologia, que procurava considerar as necessidades e particularidades das pessoas que se encontravam nas camadas populares. Além do mais, a redemocratização abriu espaços para debate e discussão sobre os objetivos e interesses da profissão; o ingresso dos psicólogos e das psicólogas no atendimento a população pelo Sistema Único de Saúde [SUS] instituído em 1990, foi outro fator que contribuiu para este direcionamento da profissão para o âmbito social; o ingresso na proteção social básica por meio da participação nas equipes multidisciplinares previstas pelo Sistema Único de Assistência Social [SUAS], e em políticas de combate à pobreza como o PBF, instauradas no governo de Luiz Ignácio Lula da Silva a partir do ano 2004²⁷.

Esses acontecimentos, somados ao fato da expansão da profissão em universidades públicas, permitindo que pessoas de diversas camadas sociais acessassem esses conhecimentos, começaram a gerar mudanças na atuação dos/as profissionais nos últimos vinte anos. Entretanto, existe um importante descompasso que vale a pena relatar. As práticas dos psicólogos e psicólogas estão embasadas, principalmente, na formação universitária que receberam durante a graduação, formação que apresenta escassez de teorias, técnicas e epistemologias psicológicas que possam dar conta de conceber e entender as pessoas em situação de pobreza (BENEVIDES, 2005; BOCK, 2011; OLIVEIRA et. al., 2011). Este paradoxo entre as exigências dos contextos e a falta de ferramentas

²⁶ Conferir em Bock (2011); Pires (2008); Camino (1998).

²⁷ Conferir em Bock (2011); Benevides (2005); Dantas (2007); Oliveira; Dantas; Solon; Amorim (2011).

e teorias para enfrentá-las, tem gerando um movimento compensatório no interior da profissão no Brasil.

Desse modo, diante desta ausência de teorias e da presença de necessidades específicas, algumas alternativas de ação e de conceptualização estão sendo elaboradas pelos psicólogos e psicólogas que, por um lado, trabalham diretamente com a população assistida nos organismos estatais, e por outro, desenvolvem trabalho acadêmico. No que diz respeito às práticas dos/as profissionais da Psicologia, vários relatos descrevem a dificuldade em integrar outras ações ao cotidiano do trabalho, além das psicoterapias individuais. Uma das justificativas relatadas é que esta prática é a que diferencia psicólogos/as de outros/as trabalhadores/as das equipes multidisciplinares do setor da saúde e da assistência, como assistentes sociais ou enfermeiros/as, conforme aponta Jose Marcos de Oliveira Cruz (2009). Outra justificativa seria que o atendimento psicoterapêutico individual é a prática que constitui a identidade profissional dos psicólogos e psicólogas (OLIVEIRA et. al., 2011).

Com relação às questões teóricas que vêm sendo desenvolvidas na academia articulando Psicologia e pobreza, vários/as psicólogos/as pesquisadores/as relatam que na maioria dos estudos são utilizadas concepções de outras disciplinas, como Economia, Sociologia, Antropologia, dentre outras; acontece isso pela falta de modelos teóricos psicológicos para explicar e compreender o fenômeno²⁸. Dantas (2007) ao realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a produção do conhecimento psicológico relacionado à pobreza, identificou que existe um avanço na produção nesta área; que esta produção é heterogênea, dispersa e que dialoga com outras áreas do conhecimento²⁹. Entretanto aponta que ainda é necessário “construir teorias e técnicas inovadoras de trabalho, bem como compreender os limites estruturais da atuação profissional com essas populações” (DANTAS, 2007, p. X).

Nesta mesma linha, numa pesquisa em andamento intitulada “Pobreza: uma nova categoria para a psicologia?”, apresentada por Keyla Mafalda Amorim, Mariana Gonçalves, Marcela Teti e Carmelita Motta (2013) no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO no Grupo de

²⁸ Conferir em Accorssi (2011); Dantas (2007); Dantas; Oliveira; Yamamoto (2010).

²⁹ Para a elaboração da primeira parte deste capítulo, nesta dissertação, também foram considerados autores de outras áreas do conhecimento; este é um exemplo que contribui com os resultados da pesquisa de Dantas (2007).

Trabalho Pobreza e Políticas Sociais, as autoras explicam que a pobreza não é uma nova categoria para a Psicologia, pois esta profissão vem se aproximado das camadas populares deste a década dos anos 70 do século passado. Entretanto ressaltam que, ao mesmo tempo, constitui, sim, uma nova categoria social, no sentido de que recentemente começa a ser discutida teoricamente.

As autoras (AMORIMet al., 2013) apontam que ao longo destas décadas os psicólogos e psicólogas vem se aproximando do tema pobreza, especificando que 45% destes/as profissionais estão no campo da política de assistência social, cuja principal preocupação é o enfrentamento à pobreza. A pesquisa revela que este encontro entre a Psicologia e a pobreza tem sido mais expressivo nas seguintes áreas: Políticas Sociais, Psicologia Social Comunitária e Psicologia Positiva. Dentro das Políticas Sociais, os psicólogos e psicólogas representam 15% dos profissionais da área de Assistência Social e precisam gerar conhecimentos próprios com relação a esta temática; desse modo utilizam uma abordagem técnica de risco e de vulnerabilidade social, proposta pelo sociólogo Robert Castel em “Gestão de risco” (1987).

Na área da Psicologia Social Comunitária utilizam-se referências da psicologia social da América Latina, como Ignácio Martin Baró ou MartizaMontero. Também se usa o modelo das capacidades proposto por Amartya Sen, as teorias de desenvolvimento comunitário de Paulo Freire e reflexões a partir da tradição marxista. No que diz respeito à Psicologia Positiva, a principal categoria psicológica estudada é a resiliência, estudada a partir de um enfoque centrado no indivíduo. Estas colocações refletem a diversidade de perspectivas na aproximação da Psicologia com os estudos sobre pobreza no contexto brasileiro na atualidade. Aponta também para o crescente apelo à interdisciplinaridade, postura bastante incentivada na academia brasileira³⁰.

Aline Accorssi (2011), psicóloga, doutora em Psicologia Social e pesquisadora sobre pobreza, no ano 2011 defendeu a tese “Materializações do pensamento social sobre a pobreza”, cujo objetivo era conhecer os impactos psicossociais que a situação de pobreza produz nas pessoas que a vivenciam. A autora relata que procurou estabelecer um olhar psicossocial e crítico, ao longo da escrita, pois “(...) a pesquisa

³⁰ Exemplos dessa tendência podem encontrar-se nos Anais do Simpósio Internacional sobre InterdisciplinaridadenoEnsino, na Pesquisa e na Extensão – Região Sul, realizado em 2013 em Florianópolis (www.siipe.ufsc.br/anais).

científica, quando crítica, desafia poderes instituídos dentro e fora do mundo acadêmico e é com este tipo de pesquisas” (ACCORSSI, 2011, p. 20) que nos aproximamos do mundo como ele é. A autora realiza uma síntese de entrevistas realizadas com mulheres chefes de família, a maioria delas beneficiárias do PBF na cidade de Porto Alegre e, a partir destas, elabora um modelo das representações sociais sobre a pobreza. Considera neste modelo dois aspectos: o primeiro, o aspecto socioeconômico, está relacionado com a falta em geral de trabalho, de estudo, etc., com estigmas e preconceitos, e considera a pobreza como um problema social e individual. O segundo aspecto, é o moral e cultural, que apresenta uma conotação positiva da pobreza, relacionando-a com força e riqueza espiritual, onde há elementos como valores, religião, felicidade, etc. A pobreza é considerada por estas mulheres como um problema individual. Este é o único modelo sobre a pobreza no âmbito psicológico brasileiro que encontrei até o momento e ilustra a concepção de pobreza a partir das pessoas que estão nessa situação, contribuindo em apontar alguns aspectos do fenômeno.

Entretanto, destaco que futuras linhas de discussão sobre a Psicologia e pobreza devem ser desenvolvidas a fim de capacitar os/as profissionais na sua ação com estas populações e aprofundar nas reflexões acadêmicas sobre este quesito. Várias propostas já foram apontadas por alguns/as autores/as e autoras. Por exemplo, Ana Bock (2011) coloca que há algumas exigências para a Psicologia como desenvolver ferramentas de trabalho (técnicas e teóricas) para realizar ações junto a pessoas das camadas populares. Propõe também realizar pesquisas constantemente, pesquisas que procurem conhecer e dar explicações sobre a realidade social estudada. Finalmente, aponta que a prática psicológica e o compromisso social devem ir juntos, a fim de defender, promover e desenvolver as políticas públicas, as quais não são só para pessoas “pobres”.

Nessa mesma linha, Regina Benevides (2005) critica a postura presente na formação dos psicólogos e psicólogas, onde há uma separação entre clínica e política. Argumenta que essa separação ocorreu, em parte, pela influência “do discurso sobre o sujeito (...) acompanhado no campo das práticas psi, de um processo de despolitização destas práticas” (BENEVIDES, 2005, p. 21), em que este sujeito era concebido como o sujeito das investigações positivistas, que não consideravam seu contexto social. Como consequência desta concepção, a realidade fica cindida entre uma dimensão externa, que

seria o social e o político, e uma realidade interna, o sujeito ou indivíduo. Esta configuração traz repercussões na teoria e prática psicológica. A autora propõe, então, uma articulação entre clínica e política, por meio da inclusão da ideia de modos de produção de subjetividade, de experimentação, de construção e de criação de si e do mundo, deixando de lado a noção estática e fixa de indivíduo neutro, alheio aos processos sociais e culturais que o constituem. Segundo Benevides (2005) essa nova postura permite uma análise crítica da realidade instituída, aspecto que promove a transformação social e o desenvolvimento da profissão neste quesito.

Outras duas pesquisas contribuem em apontar desafios da Psicologia atual ao trabalho com camadas populares. Por um lado, a pesquisa de José Marcos Oliveira Cruz (2009) realizada em Sergipe com o objetivo de investigar como o/a psicólogo/a se insere na política de assistência social. Por outro lado, João Paulo Macedo e Magda Dimenstein (2009), estudaram noções e práticas de cuidado em psicólogos/as atuantes nas políticas sociais do SUS e do SUAS, e suas interfaces com a gestão da vida do governo e o contexto bio-político contemporâneo. Além das especificidades de cada trabalho, os autores e autora de ambas as pesquisas confirmaram que o principal desafio para a Psicologia neste âmbito de atuação encontra-se nas universidades. Segundo os/a autores/a, as universidades deveriam promover reflexões críticas sobre a realidade e discutir temas como políticas públicas, vulnerabilidade social, desenvolvimento comunitário, entre outros. Dessa forma, afirmam, os/as profissionais estarão mais qualificados/as para lidar com as demandas que aparecerem nos seus contextos de atuação (CRUZ, 2009; MACEDO; DIMENSTEIN, 2009). Esse conhecimento, que deve ser incluído na formação dos/as futuros/as psicólogos/as, deve ser produzido a partir de pesquisas e reflexões nesta área, procurando gerar questionamentos nos saberes já estabelecidos, os quais têm sido insuficientes para lidar com as demandas presentes nas situações de pobreza.

Considerando os aspectos acima mencionados, e apoiando-me em algumas propostas de Amorim et. al. (2013), posso concluir que as linhas de discussão que a Psicologia como ciência e profissão no Brasil precisa desenvolver para dar conta de se inserir teórica e praticamente no campo da pobreza, seriam: a) procurar qualificar as universidades no sentido de formar aos/às futuros/as psicólogos/as e atuais professores/as destas para que possam desenvolver um olhar crítico e analítico sobre a

pobreza e tentar estabelecer as condições para produzir conhecimento psicológico nesta área; b) refletir sobre o conceito de pobreza servindo-se de outras áreas do conhecimento, pois deve se estimular a “construção de um novo arsenal teórico, técnico e metodológico para o trabalho em Psicologia com a população pobre [que] (...) deverá lançar mão do conhecimento de outras disciplinas, áreas e ciências” (DANTAS et. al., 2010, p. 109); c) debater a noção de comprometimento político e social, procurando historicizar e desnaturalizar a noção de pobreza a fim de deixar de individualizá-la e de culpabilizar os sujeitos por esta condição, ampliando, deste modo, a visão do fenômeno e a prática profissional.

A psicologia social crítica e comprometida gestada no Brasil após a redemocratização do país, evidencia um compromisso com as camadas populares da sociedade e procura gerar conhecimentos e técnicas que trabalhem com as pessoas nesta classe social. Peter Spink (2013, 2012) aponta que nas pesquisas com este olhar, estudamos juntos, conversamos juntos no dia a dia procurando incluir as diferentes influências das psicologias sociais, valorizando as conexões com outras ciências humanas e sociais. Existe sempre uma preocupação pelo “social” e por fazer que as intervenções e pesquisas contribuam para este âmbito, desde as mais diversas perspectivas. Segundo Lílian Rodrigues da Cruz e Betina Hillesheim (2013) as práticas da psicologia social a partir dos anos 1980, tiveram muitas críticas às ações em comunidades de tipo assistencialista. Esta perspectiva contribui à crítica das ONGs e das intervenções realizadas por estas, assim como da prática do voluntariado. Ante isso, considero importante procurar manter esse olhar preocupado e comprometido com a sociedade, ao mesmo tempo que pesquise instituições de voluntariado, pois não necessariamente estes dois elementos estão em oposição. As intervenções realizadas por voluntários e voluntárias, também podem constituir intervenções que desenvolvam “a autonomia das comunidades através da conscientização” (CRUZ; HILLESHEIM, p. 182), como defendem as psicologias sociais.

Ressalto que não encontrei um modelo teórico psicológico sobre a pobreza que cumpra com as necessidades deste momento da pesquisa. Ao mesmo tempo, não é propósito desta pesquisa propor um modelo, mas sim, a partir de um olhar etnográfico e crítico, conhecer e analisar as concepções de pobreza entre voluntários e voluntárias de Florianópolis, que realizam ações de combate à pobreza. Realizarei esta

análise considerando os aspectos teóricos, históricos e metodológicos sobre a pobreza expostos até este momento. Passo, então, a descrever e analisar as concepções de pobreza relatadas pelo grupo em estudo.

2.4 CONCEPÇÕES DE POBREZA ENTRE VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS

Na introdução coloquei a forma como estou entendendo o termo *concepção*. Por outro lado, no capítulo metodológico descrevi a forma como foram analisadas as entrevistas com os voluntários e voluntárias das instituições pesquisadas e os registros nos diários de campo. Esses dois aspectos anteriormente colocados foram considerados para a identificação das concepções de pobreza.

Não procuro fixar estas concepções exclusivamente dentro de algumas das representações de pobreza previamente colocadas, ou dentro dos modelos de compreensão da mesma (linha da pobreza, modelo das necessidades básicas, modelo das capacidades, etc.), pois não é propósito deste trabalho encaixar aos sujeitos de pesquisa em teorias já existentes. Procuro, como a metodologia etnográfica propõe e a partir das minhas vivências como pesquisadora, isentas, na medida do possível, de julgamento, conseguir identificar as concepções que vão se estabelecendo no campo de pesquisa e nas falas dos voluntários e voluntárias.

Antes de relatar as concepções, é importante retomar a questão dos grupos de pessoas assistidos pelas instituições pesquisadas. A pesquisa foi realizada em duas instituições. Na Instituição 1, são atendidas principalmente mulheres, chefes de família, que têm algum/a filho/a com doença crônica, e que se encontram numa situação de “risco social”. Os voluntários e voluntárias da Instituição 2, fornecem almoço aos domingos a moradores e moradoras de rua de Florianópolis num salão na Catedral na Praça XV de Novembro, no centro da cidade. É importante ressaltar que as concepções de pobreza que os/as voluntários/as destas instituições apresentam, provavelmente estão sendo influenciadas pelo contato frequente com as pessoas nessas duas diferentes situações de pobreza.

As três principais concepções sobre pobreza identificadas foram:

- a) considerar a pobreza como uma situação crítica, complicada e triste;
- b) como uma situação de marginalidade e exclusão social; c) como uma

situação injusta. Há outros aspectos que não constituem categorias de análise, mas que resultam importantes trazer uma vez que estão relacionados às concepções de pobreza dos/as entrevistados/as. São estes: a crítica à criminalização da pobreza, e a responsabilização/culpabilização das pessoas em situação de pobreza.

Com relação ao primeiro dos aspectos sobre a pobreza, esta é concebida como uma situação *crítica, complicada e triste*. Duas das três voluntárias que foram entrevistadas na Instituição 1, descreveram a situação das mães, chefes de família, que são atendidas nessa organização, de uma maneira semelhante. A voluntária Léa (52 anos), branca, olhos azuis, educadora aposentada, casada e mãe de duas filhas, que participa da instituição como voluntária por mais de três anos, coloca:

Elas vivem uma vida muito dura. E... uma vida de conflito muito grande (...) elas vivem uma vida em que elas têm o que elas vivem de verdade, real, e o que elas gostariam de viver (...) O que elas vêem na TV, o que elas vêem na vida fora da casa delas e o que elas vivem na casa delas (...). Então eu acho que esse é um conflito no tempo inteiro. (Léa, 52 anos).

Nesta vinheta é possível perceber uma tentativa da voluntária de procurar se colocar no lugar das pessoas que atende, mulheres de camadas populares. Imaginar essa brecha que existe entre a realidade que elas vivem e a realidade que elas percebem nos programas e propagandas da televisão, representa uma forma de mostrar as diferenças entre o modelo ideal de vida, preconizado pela burguesia e as camadas médias, e a forma na qual estas mulheres vivem. Freitas (2004) aponta que o termo pobreza pode ser constituído como um termo pejorativo, pois suas condições encontram-se muito longe do ideal dos vencedores e felizes das classes médias. Provavelmente a voluntária Léa faz parte da parcela da população que vive de acordo com essas condições ideais, reconhecendo o “conflito o tempo inteiro”, que as mulheres atendidas vivenciam diariamente, procurando colocar-se no lugar delas para entendê-las. Freitas (2004) expõe claramente este ponto:

Na verdade, ao se passar da pobreza como forma modesta de viver para a miséria, ocorreu a destruição da dignidade e não-aceitação da pobreza. Apresentou-se para as pessoas que estão em situação de pobreza, como único caminho, o modelo de consumo das classes médias dos países industrializados. A mensagem principal do combate à pobreza é “tem-se de produzir e consumir como rico”. (FREITAS, 2004, p. 80).

Por sua vez, Rebeca, também voluntária da Instituição 1 por dois anos, branca, de voz rouca, psicóloga e psicanalista em formação, separada, mãe de três filhos, relata as seguintes ideias com relação à situação na qual se encontram as mulheres que atende:

Então é assim, é uma realidade que é muito triste. Eu vou te falar a verdade: eu me emocionava muitas vezes no início com os depoimentos delas. (...) Porque eu acho que é muito duro, é uma situação muito complicada. E eu acho que a Instituição (diz o nome) de fato, atuando nessas frentes, consegue englobar uma coisa que é do social e que é... que essas famílias, sei lá, se perdem ali no caminho, a própria pobreza, a própria situação, mesmo violência, enfim... (Rebeca, 46 anos).

Ao lhe solicitar que especifique mais sobre sua percepção dessa situação, descreve com maior detalhe, dizendo:

(...) eu nunca fiz uma visita domiciliar, mas nem precisa, eu acho, as fotos dizem tudo, algumas, né? É... É muito complicado, né?: seis num quarto; casa sem banheiro, não é nem uma, nem duas; a outra que o lixo está na porta da casa dela, na porta, na porta (ênfatisa com a voz), quase dentro da casa dela e ela vive ali, com aquele cheiro o dia inteiro. Ou mesmo, como elas mesmas vão falando: “aquele lado do morro é perigoso, porque não sei o que”, “porque a porta fica fechada”, “porque tal hora começa os tiros”, ou “tenho pânico que alguém entre na minha casa”, enfim, ou a outra que escondeu alguém na casa dela, e

tem de tudo, né? Mas são situações complicadas, todas de risco. (Rebeca, 46 anos).

Mostra-se, nesta fala uma comparação implícita entre as condições de moradia e segurança com as quais a voluntária provavelmente está acostumada a viver e a questão de situações de insalubridade e violência próximas destas famílias em situação de pobreza. Rebeca relata essas situações como “de risco”, que é um termo utilizado dentro da instituição para se referir às condições das famílias atendidas. Em algumas ocasiões esse termo é utilizado para se referir às famílias em situação de pobreza, em geral. Nesta linha, Lúcio Kowarick (2009) no seu livro *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica civil*, assinala que essa vulnerabilidade

(...) refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos da cidadania. Entre eles destaca-se a questão habitacional. (KOWARICK, 2009, p. 19).

Na fala da voluntária Rebeca pode se perceber estes elementos. Ressalto que o elemento da “tristeza” que esta voluntária traz na sua fala sobre a situação de pobreza das mulheres que são assistidas pela instituição, mostra um olhar da pessoa pobre como “coitada”, “sofredora” ou “vítima”, postura que “minimiza, ignora ou nega tanto as potencialidades (talvez porque seja possível pensar que pobre rima com impotência) como os capitais (porque se pensa que não tenham mais valor, senão algum valor econômico) ou as possibilidades” (FREITAS, 2004, p. 35) da pessoa em situação de pobreza de superar esta condição, infantilizando-a. Entender a pobreza como “triste” é um reflexo da ativação de um sentimento pessoal, que desconhece as condições geradoras e mantenedoras da estrutura social desigual, e apela, exclusivamente, ao sofrimento do sujeito pobre e indefeso (e da voluntária).

Outro aspecto descrito nas falas dos voluntários e voluntárias constitui em considerar a pobreza como uma *situação de marginalidade e exclusão*. Cristina (53), voluntária da Instituição 2 há um ano e meio, doutora em gestão de pessoas, formada em administração, aposentada,

casada e mãe de duas filhas, relata o seguinte sobre a situação dos/das moradores/as de rua:

E... Eu gostaria de dizer excluídos, mas eu acho que não é abrangente suficiente. (...) Eu diria que é uma situação à margem da sociedade, sem dúvida nenhuma. Porque se excluíram ou foram excluídos simultaneamente, seja lá de que jeito, como é que eles escorregaram para a rua, mas eles vivem a margem da sociedade. Eles são invisíveis, sim. Eles só ficam um pouco visíveis quando a mídia os coloca num noticiário, quando alguma coisa muito grave acontece na cidade com a comunidade e os moradores de rua, vamos dizer assim, atrapalham algum processo, eles são vistos. Então eu digo que vivem à margem da sociedade e são invisíveis, tá? (Cristina, 53 anos).

Numa linha semelhante, Dona Tuca (62 anos), mulher branca, de estatura baixa, funcionária pública aposentada, viúva, também voluntária da Instituição 2 há anos, relata:

Eles não têm assim, oportunidade para nada, para nada, nem para entrar assim num bar tomar um café, eles são proibidos de entrar! O pessoal não deixa entrar. (...). E é assim, “ah querida, mas tu enche eles de dinheiro” [as coordenadoras da Instituição 2 pedem aos/às voluntários/as para não dar dinheiro aos/às moradores/as de rua], mas, ai meu deus! Não é a questão de encher eles de dinheiro, é a questão que ninguém vai dar oportunidade para eles. Tu acha que alguém vai dar a oportunidade de empregar uma pessoa dessa na sua casa? Não vão. Não vão. (Dona Tuca, 62; grifos meus).

A questão de entender a pobreza como à margem da sociedade, parte possivelmente da ideia base de que existe um eixo central, dominador; formas de ser, estar, agir e consumir, associadas a este eixo central, do qual os/as moradores/as de rua não fazem parte, na ótica destas voluntárias. A nível teórico, os estudos sobre “marginalidade” começaram na América Latina em torno dos anos 1950 e 1960,

expressando diversas formas de entender “o pobre urbano” a partir de metodologias e análises distintas. A noção de marginalidade, compõe um “sistema estável cujo equilíbrio beneficie alguns precisamente graças à exploração explícita ou implícita de outros” (PERLMAN, 1977 apudFREITAS, 2004, p. 41).

Para estas voluntárias esta condição de marginalidade não permite a estes moradores de rua serem vistos, nem ouvidos, nem empregados, só são considerados quando de alguma forma interferem no funcionamento do sistema. A voluntária Cristina também fez referência ao termo “exclusão”, o qual tem relação com ruptura de laços sociais e enfraquecimento da coesão (FREITAS, 2004)³¹.

A terceira concepção tem a ver com perceber a pobreza como uma *situação injusta*. Só uma das pessoas entrevistadas apontou este aspecto explicitamente, porém acredito que seja relevante, pois apesar de não constituir um número expressivo, faz parte das concepções apresentadas por estes voluntários. Enrique, voluntário da Instituição 2, ao responder sobre a situação de pobreza dos/as moradores/as de rua, aponta

É sub-humana, né? É incrível... É degradante porque assim, ter um teto é (...) o tipo de coisa que ninguém deveria carecer, sabe? Então... ter que... ter que ver as pessoas nessa situação é humilhante, sabe? (...) Não é justo! /*mostra expressão facial de estar bravo ou indignado*/ (Enrique, 30 anos).

Enrique é um voluntário exigente com suas ações. Ao longo da entrevista mostrou insatisfação com a situação na qual moram os/as moradores/as de rua, que são as pessoas a quem ele fornece almoço nos domingos na Catedral da cidade. Ao mesmo tempo, mostrou-se descontente com as possibilidades reais disponíveis de mudar a situação dessas pessoas, exclusivamente a partir da sua ação voluntária. Este voluntário nasceu em Florianópolis, é negro, alto e magro, cursa mestrado na área de Filosofia e envolve-se ativamente no movimento da população de rua. Esta noção de injustiça apresentada por ele é um

³¹ Para aprofundar a discussão sobre exclusão, conferir Castel (apud FREITAS, 2004).

aspecto que remete à discussão sobre os direitos humanos e a cidadania, colocada no capítulo sobre voluntariado.

Minha forma de entender a pobreza tem relação com esta perspectiva de injustiça que o voluntário traz. Entender a pobreza como uma situação injusta, traz implicitamente a ideia de justiça social, que estaria relacionada com os aspectos da cidadania e direitos humanos, da distribuição igualitária da riqueza e do reconhecimento social. Nancy Fraser (1997), intelectual feminista, aponta que para as pessoas se desenvolverem plenamente na sociedade em condições justas e equivalentes, deve existir uma redistribuição (econômica) e um reconhecimento (cultural) adequados.

No início deste item relatei que há dois aspectos adicionais que contribuem na compreensão das concepções de pobreza dos voluntários. Um primeiro ponto está centrado na *crítica à criminalização da pobreza*. Nesta linha, encontramos dois depoimentos de voluntárias da instituição 2, que realizam ações junto aos/as moradores/as de rua. A primeira delas é Mila, de estatura baixa, branca, loira e de olhos azuis, mãe de um menino de 11 anos, solteira, formada em biblioteconomia e fotógrafa, voluntária dessa instituição há cinco meses. Ela aponta:

Eu acho que... eu gostaria que outras pessoas tivessem essa visão, né? Por exemplo, meu pai uma vez falou assim: “ah cuidado, esses almoços que você vai, esse pessoal aí é perigoso” e eu não vejo isso, sabe? Acredito que, em algum momento, sim. Mas a situação de perigo não é uma situação naquele momento. Naquele momento eu estou auxiliando, eu estou servindo um prato de comida. As pessoas agradecem, as pessoas vêm que a gente está ali para ajudar e não para prejudicar ninguém. Então eu não me sinto em situação de perigo quando estou com eles. Pelo contrario, como eu conheço muitos deles, eu sei que eu posso andar na rua inclusive em horários que meu pai diria que é perigoso e que eu tenho amigos que estão ali (na rua), então eu não acredito que vá acontecer nada, nada de ruim. E eu gostaria que as pessoas tivessem essa visão de que: “essas pessoas não são perigosas”. São pessoas como a gente, mas que estão em outra, numa situação não tão favorável. (Mila, 31 anos).

Numa linha semelhante, Dona Tuca, aponta o seguinte sobre sua experiência com os/as moradores/as de rua:

É tu te sentar para conversar com eles, te igualar a eles, assim, e não ter medo porque, olha, eu ando sozinha na rua, 9, 10 horas da noite e nunca me aconteceu nada, graças a Deus. E qualquer coisa eles dizem “Dona Tuca grita pela gente, que a gente vem te socorrer”. Então é muito bom, é uma coisa muito boa. (Dona Tuca, 62).

Esses dois depoimentos mostram aspectos diferentes aos habituais dos moradores de rua e a ideia presente no imaginário de muitas pessoas da sociedade. Elas partem da sua experiência no convívio com essas pessoas e não de preconceitos estabelecidos através do imaginário coletivo ou dos meios de comunicação de massa. Para Benelli e Costa-Rosa (2012), dentro do modelo de assistência exercida pela elite econômica (que será apresentado no próximo capítulo), empreende-se uma estratégia moralizante da conduta das pessoas em situação de pobreza, por considerá-los criminosos e perigosos. Visam transformar os pobres ociosos em força de trabalho explorável, através de uma relação de tutela e subordinação, prevenindo o aumento da criminalidade. Esta postura é criticada pelas voluntárias nas suas falas, procurando evidenciar que essas pessoas estão naquela posição por causa de um sistema maior que as contém e determina.

Finalmente, o último aspecto sobre a concepção da pessoa assistida tem a ver com *responsabilizar/culpabilizar a pessoa pela sua situação*. Nesta linha há dois depoimentos; por um lado a voluntária Maria Mercedes, de origem argentina, que participa da Instituição 1 há dois anos, de estatura baixa, branca, de cabelos e olhos castanhos, gastrônoma e terapeuta holística, casada e mãe de dois filhos, aponta o seguinte:

Mira, Camila, lo que veo y... bueno, por eso me gusta tanto esta institución, el objetivo realmente para mí tiene más sentido: es ayudar pero empujando a la persona a hacerse cargo de su vida, de lo que es, de lo que elige, de cómo... De despertar la conciencia de que independiente de la situación social, cada uno es co-creador también

de la vida de uno. No el concepto de “tuve la mala suerte de nacer en un morro entonces mi vida va a ser así”. Entonces me parece fundamental la ayuda de, ayudar a cubrir las necesidades básicas, como se hace, con alimentos, con remedios, pero yo soy totalmente contra el, el... como te puedo decir, el paternalismo (Maria Mercedes, 42 anos).

Nessa mesma linha, Elton, voluntário da Instituição 2 há quatro meses, ex-morador de rua, negro, alto, magro, de olhos pequenos, solteiro e trabalhador de serviços gerais, relata o seguinte sobre sair da situação de rua, experiência pela qual passou recentemente:

Só que não é fácil. Ninguém vai pegar ele pelo braço e querer tirar. Vai depender da pessoa. A gente fala: “Aiiiii, meu Deus! Deus esqueceu de mim! Porque é que Deus me deixa sofrer?” Não, deus não te deixa, é você, ele já te deu sua vida, é você. Ele vai ter que andar também, né? Por isso que a Bíblia diz: “Pega tua cruz e anda, caminha, não importa da maneira que estão passando na frente, caminha” (Elton, 33 anos).

Esta questão de responsabilizar a pessoa assistida deixa fora de cena a multiplicidade de elementos presentes na estruturação da sociedade, do sistema capitalista e das classes sociais. Porém, o depoimento do Elton, ex-morador de rua, que está vivenciando a saída da rua, mostra que o fator da vontade individual pode ser um elemento a considerar, mas não é o único. Assim, pensar na saída da pobreza por conta exclusivamente do esforço e da vontade da pessoa nesta situação, é um olhar individualizador que se centra num elemento só de toda a rede social, econômica e cultural que sustenta a pobreza, como foi apresentado no início deste capítulo.

Assim, a partir desta pesquisa, encontramos três concepções principais da pobreza: a) situação crítica, complicada, triste; b) situação de exclusão e marginalidade; c) situação injusta. Estas articulam-se com discursos e representações da pobreza no Estado, na igreja e nos meios de comunicação. Outros elementos relevantes presentes no discurso dos voluntários que contribuem para estas concepções são a crítica à criminalização da pobreza e a culpabilização dos pobres pela sua condição.

As concepções destes voluntários e voluntárias estão intimamente relacionados com a atividade que desenvolvem, assim como com outros aspectos das suas vidas. Nesse sentido, resulta importante estabelecer um marco teórico para compreender o voluntariado no contexto brasileiro, as principais teorias para entendê-lo, e partir delas conhecer e analisar quais são suas concepções sobre voluntariado. Assim, passamos ao terceiro capítulo desta dissertação: Voluntariado.

3. VOLUNTARIADO

O voluntariado é um conjunto de práticas contemporâneas composto de processos de ajuda às pessoas que necessitam algum tipo de assistência. Há diversas formas pelas quais o voluntariado se concretiza no contexto brasileiro. Existem diferentes maneiras de classificar o voluntariado, dependendo da atividade que se realize, do meio através do qual seja feita, do número de horas dedicadas, do tipo de ajuda que se dá, entre outros fatores. Por exemplo, o Instituto Voluntários em Ação (2013)³² divide o voluntariado em quatro grupos: voluntariado presencial (realizado em organizações sem fins lucrativos destinando tempo a alguma ação concreta), online (através da internet), empresarial (por meio de programas de responsabilidade social empresarial) e microvoluntariado (contribuindo, através da internet, com alguma informação pontual). Esta classificação não contempla, por exemplo, as ações que realizam professores/as aposentados/as nas universidades ou escolas, nem o voluntariado de jovens e adultos relacionado a movimentos sociais. Porém, não é propósito desta dissertação explorar todas essas maneiras de participar, por vontade própria, em alguma atividade. Nesta dissertação o foco centra-se no voluntariado dedicado ao combate à pobreza, excluindo os outros tipos de voluntariado expressivos na atualidade.

Para situar o voluntariado apresento uma descrição da desenvolvimento dessa prática e das políticas brasileiras relativas a ela. Após isso, descrevo as principais concepções psicológicas que explicam e descrevem a ação voluntária, procurando estabelecer uma maneira de entendê-la sob a ótica da psicologia social crítica brasileira. Seguidamente, utilizo a teoria do dom e da dádiva do antropólogo Marcel Mauss que coloca as bases conceituais que contribuem na compreensão deste fenômeno na atualidade. Incluo reflexões a partir da ótica dos maussianos³³ contemporâneos. A seguir, coloco apontamentos teóricos sobre as origens, desenvolvimento e atualidade de paradigmas de assistência às pessoas em situação de pobreza, realizados por

³² Para mais informação consulte <http://blog.voluntariosonline.org.br/os-diferentes-tipos-de-voluntariado/>

³³ O M.A.U.S.S. é a sigla do Movimento Anti-Utilitarista das Ciências Sociais criado pelos seguidores de Marcel Mauss. Este grupo mantém-se ativo em diversas partes do mundo, entendendo e analisando fenômenos humanos, sociais e econômicos a partir da ótica da teoria do dom e da dádiva.

diversos autores que pesquisam no Brasil como Sandra Caponi (2000), Sílvia José Benelli e Abílio da Costa-Rosa (2012). Por fim, realizo uma análise das concepções de voluntariado entre voluntários e voluntárias de Florianópolis, a partir das entrevistas, as observações em diálogo com elementos teóricos e contextuais colocados neste capítulo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO VOLUNTARIADO NO BRASIL

Para tratar sobre o voluntariado resulta importante situá-lo dentro do denominado terceiro setor. Segundo Joana Aparecida Coutinho (2011) o terceiro setor foi “a forma encontrada pela ‘sociedade civil’ para preencher a lacuna deixada pelo Estado no atendimento das demandas sociais” (COUTINHO, 2011, p. 33) diante da crise do modelo do Estado de bem-estar social em países ocidentais e o surgimento do Estado neoliberal, na década de 1990. Nesse sentido, *terceiro setor* é o nome utilizado para designar as atividades que realizam os cidadãos que não pertencem nem ao primeiro setor, que é o setor público que deve fornecer à população a satisfação das necessidades básicas; nem ao segundo setor (setor privado), que atua no âmbito do mercado com fins lucrativos e é conformedo pelas empresas (INSTITUTO VOLUNTÁRIOS EM AÇÃO, 2010). As atividades e ações do terceiro setor geralmente são realizadas em instituições que podem ser religiosas, fundações, associações de beneficência, cooperativas de trabalhadores e organizações de voluntários (COUTINHO, 2011). As organizações voluntárias apresentam diversos objetivos institucionais, relacionados, em geral, com mudanças e transformações sociais em algum campo³⁴.

Nesse sentido, existe um grande número de iniciativas da sociedade civil ocupadas em intervir em prol da diminuição da pobreza e em mudar esse aspecto da realidade. Essas estão constituídas principalmente por organizações não governamentais (ONGs), que

³⁴ No banco de teses da Capes, utilizando o descritivo “voluntariado”, encontrei uma pesquisa sobre a produção acadêmica brasileira com relação ao terceiro setor entre 1994 e 2009. O autor, Rodrigo Vieira (2011), quantificou 574 pesquisas, entre dissertações e teses, principalmente nas áreas de Administração, e Contabilidade, assim como Direito, Serviço Social e Sociologia. Segundo o autor, foram poucas as produções na área da Psicologia relativas a esta temática.

agem prestando serviços ou apoiando tecnicamente o planejamento e execução de atividades de cunho social, trabalhando em conjunto com o setor privado ou o governo de turno (INSTITUTO VOLUNTÁRIOS EM AÇÃO, 2010). Algumas destas instituições tem se constituído a partir de lutas e reivindicações de diversos movimentos sociais. Com relação às conquistas desses grupos específicos, Anette Ivo (2008) relata o seguinte:

A perspectiva de mudança na realidade social desses segmentos, por suas lutas e movimentos sociais, constitui expressão de uma cidadania conquistada e da superação de “lugares rígidos” no âmbito do corpo social. (...) No Brasil, a organização de muitos segmentos da cidadania em movimentos sociais, a exemplo da luta pela terra no Brasil, da luta por moradia, constitui formas de superação desse lugar de “subalternidade” de muitos segmentos das classes populares em condições de pobreza, permitindo-lhes o acesso a várias políticas públicas e a direitos sociais (IVO, 2008, p. 178).

Nem todas as organizações que se articulam para defender os direitos sociais dos cidadãos estão associadas a movimentos sociais. Algumas delas são impulsionadas pela caridade cristã ou pelo desejo de dar ajuda de algumas pessoas da elite. Estas particularidades serão tratadas mais detidamente nos próximos segmentos deste capítulo.

Uma série de processos sociais e políticos gerou as condições para o surgimento de várias organizações sociais num mesmo período. A passagem do Estado de bem estar social ao Estado neoliberal foi uma dessas condições, que aconteceu tanto no Brasil quanto no resto do mundo, em épocas semelhantes. No primeiro, existia uma política de bem-estar social, chamada *welfareState*, na qual o Estado estava encarregado dos cidadãos, das suas necessidades e sua organização. Consistia numa mudança do antigo Estado liberal, focado nas elites, para um “estado para todas as classes, o Estado fator de conciliação, o Estado mitigador de conflitos sociais e pacificador necessário entre o trabalho e o capital” em palavras de Paulo Bonavides (2009/1959, p. 185). Concretamente, esta política de estado brinda aos cidadãos educação, saúde, emprego, previdência social, ou seja, os direitos sociais básicos. Simon Schwartzman (2004) descreve que nos países da

Europa, desde tempos medievais, existia uma relação estreita entre a caridade do Estado, a disciplina e o assistencialismo, que o Brasil procurou reproduzir.

Em comparação a este sistema político (o Estado de bem-estar social), no Estado neoliberal a política está centrada no recuo deste protecionismo ao cidadão e os interesses voltam-se para a produção capitalista. A política passa a priorizar a economia e os interesses da elite – com empresas e poder – passam a dominar o Estado, constituindo o chamado “Estado mínimo”. É neste novo cenário, que foi se definindo melhor durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1990, que começam a surgir múltiplas organizações que procuram suprir as faltas e deficiências do Estado com relação a questões sociais. Francisco de Oliveira chama este processo de “onguização” da política social, no qual se dispersam vários “microcentros de organização do social” (OLIVEIRA, 2007, p. 41). Nesta nova configuração política, as necessidades das populações mais carentes vão ficando em mãos de organizações filantrópicas e de voluntariado, as quais vão suprimindo as insuficiências do aparelho estatal.

Algumas entidades estatais e não governamentais foram criadas entre as décadas de 1970 até os dias de hoje no Brasil. A Legião Brasileira de Assistência foi constituída por Rosane Collor de Mello, esposa do presidente Fernando Collor de Mello, funcionando entre 1979 e o início da década dos 90, com a finalidade de articular programas de assistência à população e coordenar o Programa Nacional do Voluntariado. A partir da descoberta de diversas irregularidades no governo de Collor de Mello, incluindo corrupção na Legião Brasileira de Assistência, o governo cai e a Legião deixa de assistir. Anos depois, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, cria-se a Comunidade Solidária presidida pela primeira dama Ruth Cardoso, com a ideia de adequar-se às exigências do voluntariado moderno, que tinha mudado nas últimas décadas. Ruth Cardoso é uma antropóloga acadêmica, que era crítica com as formas anteriores de lidar com a assistência a partir do governo, desse modo procurou estabelecer uma forma nova de regular o voluntariado³⁵. No ano de 1997 começam a ser criados os centros de voluntariado no Brasil e em 1998 se estabelece a Lei N° 9.608, chamada “Lei do Voluntariado”. Nesta lei, o

³⁵ Conferir em *Manual de Voluntariado SESC* (www.Sesc.com.br/mesabrasil/cartilhas/manual_voluntarioaio.pdf) e em *Portal Voluntários Online* (www.voluntariosonline.org.br).

voluntariado é definido como “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educativos, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade” (BRASIL, 1998, p. 1).

No texto da lei pode se perceber que se promove a empregabilidade de pessoas em situação de marginalidade social como “jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas (...), [ou] jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego” (BRASIL, 1998, p. 1), pois a instituição pode fornecer um auxílio financeiro de R\$ 150,00 aos voluntários e voluntárias em retribuição por suas ações. Estas considerações fazem sentido dentro de uma lógica neoliberal de regulação do mercado e do capital. Desse modo se aumenta a responsabilidade dos indivíduos da sociedade sobre seu próprio desenvolvimento social, recuando as atribuições do Estado no fornecimento de serviços básicos e satisfação das necessidades mínimas para uma cidadania digna.

Pesquisas com relação ao voluntariado no Brasil mostram que os voluntários e voluntárias representam uma proporção expressiva da população. No ano 2013 a fundação britânica CharitiesAidFondation [CAF] publicou a maior pesquisa sobre caridade no mundo intitulada *World Giving Index 2013: A global view of giving trends* (em português: *Índice Mundial de Doação: Uma visão global sobre as tendências de doação*) que procura revelar tendências de doação no mundo. Através de entrevistas nas que se perguntava se no mês anterior a pessoa tinha ajudado algum estranho, realizado algum voluntariado ou doado dinheiro, a fundação identificou que o Brasil encontrava-se entre os 10 países que mais realizava voluntariado no mundo (CAF, 2013). No ano 2011, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística [IBOPE] publicou uma pesquisa nacional sobre este tema, revelando que de cada quatro pessoas maiores de 16 anos, uma delas fazia ou tinha feito algum voluntariado, somando um total de 35 milhões de pessoas, número que equivale a 25% da população brasileira. Dessas pessoas 53% eram mulheres e 47% homens, e a maioria encontrava-se na faixa dos 30 aos 39 anos de idade. A participação estava concentrada principalmente em instituições religiosas (49%), instituições de assistência social (25%) e associações de bairro (12%) (IBOPE, 2011).

No estado de Santa Catarina, encontrei ao redor de 50 instituições cadastradas que incluíam a participação de voluntários e voluntárias³⁶. Do total de instituições cadastradas no ano 2011, mais da metade (55%) contava com a participação de mais de 60 voluntários na sua instituição, o que equivale a cerca de 1650 voluntários e voluntárias na região. Outra instituição que registra o voluntariado no Brasil é o Instituto Voluntários em Ação. Em comunicação pessoal com a instituição me informaram que existem 58.711 voluntários e voluntárias cadastradas no seu portal e, desses, 6.800 são de Santa Catarina. Porém isto não necessariamente reflete o número de pessoas fazendo voluntariado ativamente na atualidade (por exemplo, eu estou cadastrada nesse sistema e não realizo nenhum voluntariado). Até o momento esse é o dado local mais atualizado que pude identificar, pois resulta difícil achar registros precisos sobre este quesito.

3.2 PRINCIPAIS CONCEPÇÕES PSICOLÓGICAS SOBRE O VOLUNTARIADO

Num artigo elaborado a partir de uma pesquisa anterior³⁷, realizei um levantamento das principais concepções psicológicas que estudam e procuram explicar o voluntariado. Nesta parte do texto colocarei alguns trechos daquela pesquisa, que traduzirei do espanhol ao português.

Como apontei naquele texto, no âmbito da psicologia diversos autores³⁸ explicam o voluntariado e o trabalho voluntário como uma tendência à conduta pro-social, definida como o comportamento socialmente desejável que beneficia a outra pessoa ou a sociedade. As distintas abordagens teóricas desta disciplina concebem o fenômeno a partir de diferentes enfoques, segundo William Glassman e Marilyn Hadad (2008), autores que realizaram uma síntese das principais perspectivas teóricas da Psicologia sobre o tema. Na perspectiva psicodinâmica e biológica, estas condutas estariam motivadas por um hedonismo ético, que trata de envolver-se num comportamento moral (por exemplo, altruísmo) já que gera algum benefício na diminuição da

³⁶ Informação obtida do Portal Transparência, conformado para cadastrar as instituições de assistência em Santa Catarina: www.portaltransparencia.org.br/#/sobre-o-setor.

³⁷ Para acessar o artigo completo, conferir Gastelumendi; Oré(2013).

³⁸ ConferiremBekker (2005); Elshaug; Metzger (2001); Glassman; Hadad (2008).

ansiedade (segundo a perspectiva psicodinâmica) ou na manutenção da herança genética (na perspectiva biológica). Por outro lado, os modelos cognitivos sugerem que as condutas pró-sociais são aprendidas a partir da imitação, influenciadas por esquemas mentais sobre as interações sociais e relacionadas ao juízo moral. A abordagem humanista, que Abraham Maslow (1968)³⁹ desenvolveu, é a única que explica as condutas pró sociais a partir do altruísmo genuíno, princípio em que as pessoas ajudam às outras sem um benefício pessoal, tão só impulsionadas pela empatia e pela necessidade de auto-realização. Esta última abordagem apresenta uma visão mais positiva e esperançosa que as anteriores (GLASSMAN; HADAD, 2008).

Algumas destas linhas teóricas desenvolvem mais investigação do que outras. As perspectivas mais positivistas da psicologia tem constituído um campo de múltiplas pesquisas empíricas. Na prática, a maioria destas centra-se em conhecer alguns aspectos dos voluntários e voluntárias, ou seja, daquelas pessoas que realizam as condutas pró-sociais (FINKELSTEIN; PENNER; BRANNIK, 2005). Os aspectos comumente estudados nesta população são as motivações, os traços de personalidade utilizando o modelo dos cinco grandes fatores e as características sócio demográficas. Com relação aos resultados no que diz respeito aos traços de personalidade, autores⁴⁰ que realizaram uma meta-análise conferiram que há características de personalidade comuns nas pessoas que realizam voluntariados diversos, como empatia, sociabilidade, cuidado e ajuda às outras pessoas. Além destes resultados, um grande número de pesquisas sobre personalidade⁴¹, feitas com o modelo dos cinco grandes fatores (COSTA; MCCRAE, 1998), identificaram índices altos nos traços Agradabilidade e Extroversão. O primeiro dos traços descreve pessoas generosas, confiáveis, sensíveis e tolerantes; o segundo, Extroversão, faz referência a pessoas afetivas, que gostam de conversar, ativas, alegres e dinâmicas (COSTA; MCCRAE, 1980 apudBEE, 1997; KLEINKE, 2007).

Na pesquisa realizada, procurei identificar os traços de personalidade através do MIPS (MILLON, 2001), um teste psicológico que procura categorizar os sujeitos a partir de suas metas motivacionais,

³⁹ Conferir em MASLOW, A. **Introdução à Psicologia do Ser**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1968.

⁴⁰ Conferir em Elshaug; Metzger (2001); Bekkers (2005).

⁴¹ ConferiremBekkers (2005); Elshaug; Metzger (2001); Penner; Finkelstein (apud BEKKERS, 2005).

modos cognitivos e relações interpessoais. Apesar de ter podido identificar traços de personalidade comuns nos voluntários e voluntárias, em comparação a jovens que não realizavam voluntariado, revelando tendências interessantes (como estilos de enfrentamento ao estresse adaptativos, ou traços de personalidade comuns entre os voluntários, mas que divergiam dos jovens não voluntários⁴²) ao interior deste grupo, os resultados não contribuíram para o entendimento global destas pessoas e suas ações com relação às pessoas assistidas, nem ao fenômeno do voluntariado em si. Foi assim que decidi continuar pesquisando este tema, mas a partir de uma perspectiva qualitativa e de um olhar psicológico mais crítico e dialético.

Desse modo, coloco alguns pontos de partida que permitem me aproximar do voluntariado, desde a perspectiva da psicologia social crítica brasileira e da América Latina, a fim de compreendê-lo além das fronteiras de uma perspectiva psicológica individualizante e, talvez, reducionista. Estudar o voluntariado em contextos de combate à pobreza requer uma aproximação que considere ambos os fenômenos como integrados a um sistema social maior, concebendo tanto os/as voluntários/as quanto as pessoas em situação de pobreza, como dentro dessa realidade, sem cindir o contexto social e político da individualidade. Pensar o voluntariado neste sentido contribui para pensar ao sujeito que realiza esta ação como conectado a um contexto que o constitui, e que ele/a constitui também. Nesse sentido, a postura de análise do fenômeno e da realidade é crítica e promotora da transformação social, pois se consideram múltiplos elementos na composição da situação⁴³. Ana Bock (1999)⁴⁴, autora que participou no movimento nacional da Psicologia voltada ao compromisso social, aponta que esta profissão para estar socialmente comprometida deve ser avaliada em relação a suas possibilidades de transformar as condições de vida das pessoas. Segundo a autora uma intervenção comprometida tem três condições: procurar a transformação social da realidade; afastar-se do modelo médico procurando desenvolver intervenções voltadas à prevenção e promoção da saúde, e realizar intervenções pensadas criticamente com relação à realidade social na qual o/a profissional se encontra (BOCK, 1999).

⁴² Conferir em Gastelumendi (2010).

⁴³ Conferir Benevides (2005).

⁴⁴ Bock (1999).

Esta pesquisa não trata de uma intervenção, porém estes princípios permitem orientar a aproximação da pesquisadora ao campo e da escrita da pesquisa. Ao mesmo tempo, estes aspectos podem ser considerados para pensar o voluntariado em contextos de combate à pobreza, a partir dos discursos dos voluntários e voluntárias sobre *pobreza* e *voluntariado*, articulados a outras concepções presentes nas ciências humanas e sociais.

3.3 VOLUNTARIADO E TEORIA DO DOM E DA DÁDIVA

Diante das concepções atuais de voluntariado considero importante procurar estabelecer um ponto para explicar as origens das práticas cooperativas e de ajuda. Para tal, partirei dos estudos do antropólogo Marcel Mauss.

Marcel Mauss (2008/1923) no livro *Ensaio sobre a dádiva* relata seus estudos comparativos sobre a troca e os valores entre os indígenas das ilhas Trobriand (Polinésia e Milânésia) e os índios da América do Norte, procurando estabelecer uma descrição sobre a economia e lógicas de troca nessas sociedades consideradas arcaicas. Mauss (2008/1923) destaca que nestas culturas existem três obrigações: dar, receber e retribuir, que fazem parte de um processo de troca interligado. Nas tribos, os chefes têm a obrigação de dar para comprovar que estão “assombrado[s] e favorecido[s] pelos espíritos e pela fortuna” (MAUSS, 2008/1923, p. 113), caso contrário estes são desprestigiados e desvalorizados pelo grupo. Ao mesmo tempo, há uma obrigação de receber, onde a pessoa, ou grupo, não tem o direito de rejeitar o presente. Não receber “é manifestar que se tem medo de retribuir, é recear ser rebaixado quando não se retribui. Na realidade é estar já ‘humilhado’” (MAUSS, 2008/1923, p. 115). Finalmente, “a obrigação de retribuir dignamente é imperativa” (MAUSS, 2008/1923, p. 116), pois quem não retribui perde sua liberdade e fica escravo de uma dívida.

Para Mauss, e principalmente para seus seguidores, este modelo pode ser utilizado para compreender e analisar nossos sistemas atuais. Na apresentação do Jornal do Mauss on-line (www.jornaldomauss.org), Paulo Henrique Martins, comenta que o Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), associação estabelecida na França em 1981, utiliza as propostas teóricas de Mauss com o intuito de fortalecer uma oposição ao sistema hegemônico de economia mercantil que é

abase do modo capitalista de produção, promovendo uma perspectiva, justamente antiutilitarista das relações humanas e da sociedade. Os maussianos procuram questionar os pilares da sociedade de consumo, tomando como base outras posturas teóricas como as de Marcel Mauss ou Georg Simmel, entre outros intelectuais, procurando valorar conceitos como o dom, a participação democrática, a economia solidária e plural, o reconhecimento e a solidariedade⁴⁵. Nesse sentido, são valorizadas diversas ações da sociedade civil, como o voluntariado.

Nesta perspectiva, Alain Caillé (2002) define o dom como “toda prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social” (CAILLÉ, 2002, p. 142), definição muito próxima a de voluntariado colocada em linhas anteriores. Para este autor, a tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”, é universal e constitui a base das relações prévias ao estabelecimento do sistema capitalista e do mercado, presentes até os dias de hoje:

Ao lado da circulação dos bens e serviços do mercado, ao lado da circulação garantida pelo Estado sob a forma da redistribuição, há com efeito um imenso continente socio-econômico mal percebido no qual bens e serviços transitam em primeira instância através dos mecanismos do dom e do contra-dom. (CAILLÉ, 2002, p. 10).

Caillé (2002) relaciona o dom às associações voluntárias atuais em geral. Considera aquelas que se dão não só entre os familiares e os membros da mesma comunidade, mas também as de pessoas que não se conhecem mas participam juntas em prol de uma causa que as une. As organizações do terceiro setor, principalmente as de voluntariado, constituem, então, espaços contemporâneos de circulação da dádiva, como aponta Rinaldo Zaina Júnior (2005) no resumo da sua dissertação na área de Hospitalidade. Caillé (2002), insistindo na importância da dádiva para a coesão das sociedades, afirma:

Em certo sentido, só há duas grandes maneiras de *construir sociedade*, de criar um vínculo social

⁴⁵ Informação acessada do www.jornaldomauss.org/periodico/?page_id=33, no dia 14 de janeiro de 2014.

(...): a violência de cima para baixo ou a ad-sociação (...), sendo evidentemente concebível qualquer mistura das duas. O dom é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo. (CAILLÉ, 2002, p. 152-153, grifos do autor).

Por outro lado, Paulo Enrique Martins (2008), pesquisador brasileiro e editor do *Jornal do M.A.U.S.S. na América Latina*, no seu artigo intitulado *De Levi-Strauss a M.A.U.S.S.- Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais: Itinerários do Dom* evidencia que a teoria do dom, ao longo dos anos, passou por diferentes momentos, sendo criticada e deixada de lado em alguns, e retomada e valorizada em outros. Diante dessas vicissitudes, Martins propõe que:

(...) no dom há uma teoria da reciprocidade aberta e flexível, que permite revelar a complexidade das motivações presentes na ação social, que favorece resgatar a experiência e o valor da ação intersubjetiva, que favorece, ainda, articular o saber comum e o saber científico e que, por fim, valoriza o cotidiano sem desprezar as articulações entre os planos micro e macro (MARTINS, 2008, p. 108).

Diante destas afirmações que asseveram a pertinência do dom e da dádiva na compreensão do voluntariado na atualidade, pesquisei no Banco de Teses da Capes a existência de trabalhos atuais sobre voluntariado que utilizassem a teoria do dom e da dádiva de Mauss. Com os descritores “Mauss” e “voluntariado”, entre 2005 e 2011, encontrei cinco resultados (três dissertações e duas teses). A tese de Vilma Soares de Lima Barbosa (2010), orientada por Paulo Henrique Martins, estudou duas organizações cujas ações centravam-se em apoiar crianças com câncer, através do trabalho com voluntários/as. Na sua dissertação, Aline Cristina Mendes (2008) pesquisou sobre a circulação da dádiva nos vínculos entre voluntários/as e pessoas assistidas. Por outro lado, Mônica Perin Diez (2008) buscou compreender o trabalho voluntário das doulas⁴⁶ e sua relação com as mulheres atendidas num hospital, à luz da teoria do dom. Marta Cristina Nunes Moreira (2005)

⁴⁶ As doulas são mulheres que dão apoio a outras mulheres antes, durante e após a gestação.

estabeleceu o percurso de 14 instituições da sociedade civil e a relação com famílias em situação de vulnerabilidade social e pobreza, considerando como marco teórico a concepção da dívida na modernidade. Finalmente, Rinaldo Zaina Júnior (2005) partiu do “Ensaio sobre a dívida” de Marcel Mauss, para compreender elementos da hospitalidade numa ONG budista. Quase a totalidade destas produções procura analisar as relações estabelecidas entre os/as voluntários/as das instituições estudadas com as pessoas ou populações assistidas, constatando a pertinência da utilização da teoria do dom nestas análises⁴⁷.

Do mesmo modo como Martins (2008), Caillé (2002) e os outros pesquisadores brasileiros que utilizaram a teoria de Mauss, acredito que a teoria do dom e da dívida oferece elementos para pensar as relações entre os voluntários e as voluntárias e as pessoas que assistem. Porém, as questões do terceiro setor, do voluntariado, da filantropia e da solidariedade, não podem ser pensadas a partir duma postura ingênua nem idealizadora. Problematicar as ONGs não é fácil para mim, devido a que desde muito nova participei em instituições filantrópicas, quase sempre com muito compromisso e dedicação. Procurarei, então, através de outras vozes, apresentar uma visão crítica do serviço que estas instituições prestam, a fim de enriquecer as análises posteriores.

3.4 TEORIAS SOBRE A ASSISTÊNCIA

Na atualidade há teóricos e teóricas que estudam os processos de assistência às pessoas em situação de pobreza. Estes não fazem referência à teoria do dom e da dívida, mas articulam questões relevantes relativas a outras áreas do conhecimento. Na área da psicologia, Silvio José Benelli e Abílio da Costa-Rosa (2012) formulam um conjunto de concepções sobre a assistência as crianças e adolescentes no Brasil no artigo “Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos”, produto

⁴⁷ Realizei uma busca no Portal de Periódicos da CAPES, encontrando cinco artigos com os descritores “Mauss” e “Voluntariado”, entre 1989 e 2010. Somente um deles resultou relevante para esta pesquisa, sendo um artigo escrito por Marta Cristina Nunes Moreira (2010), autora de uma das teses encontradas na primeira busca, sobre reflexões teóricas posteriores à realização da sua pesquisa.

da pesquisa de pós-doutorado em Psicologia social do primeiro autor. Eles definem paradigma como um modelo teórico organizado internamente que permite compreender a realidade de uma forma coerente. Partem da hipótese que os paradigmas determinam e orientam as políticas e as ações relativas à assistência. Embasam suas análises em um enfoque institucional crítico e emancipador, utilizando instrumentos analíticos da Psicologia Social, do Materialismo Histórico, da Análise Institucional e de Michel Foucault. Nesta perspectiva, mostram os seguintes paradigmas no campo da assistência social: a) a assistência social como ação religiosa (caridade), b) a assistência social da elite econômica (filantropia), c) a assistência social como promoção humana, d) a assistência social como clientelismo assistencialista do poder público, e) a assistência social como política do Estado. Finalmente, os autores propõem o paradigma do sujeito cidadão, como uma possível alternativa dialética aos anteriores.

Cada uma dessas concepções representa uma maneira de conceber e agir com relação às pessoas assistidas, especificamente crianças e adolescentes. Na primeira (da ação religiosa), a fé cristã, o mandato de amor ao próximo, as boas obras de misericórdia e outras recomendações da doutrina cristã baseadas na ideia de socorrer ao próximo nas suas necessidades (corporais ou espirituais), constituem as obrigações que guiam as ações neste paradigma. Segundo os autores, estas práticas estariam alinhadas à manutenção das estruturas políticas e sociais da atualidade, realizando uma análise acrítica da realidade, mantendo a atenção no plano individual e tomando os problemas sociais também como se fossem unicamente individuais. Os autores apontam que

Os efeitos assistenciais e éticos promovidos são o assujeitamento, a alienação sociopolítica, a consciência ingênua diante da realidade, ocultando a exploração da classe trabalhadora pelo capitalismo, escamoteando a luta de classes e fomentando a harmonia social por meio de estratégias assistenciais paliativas individuais e focalizadas, cuja capacidade não tem revelado conseguir mais do que de suprir o alívio imediato da situação do sujeito (...) (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, p. 620-621).

A assistência social da elite econômica, chamada de filantropia, constitui a segunda classificação de assistência identificada pelos autores Benelli e Costa-Rosa (2012). Este paradigma está inspirado no humanismo entendido como “amor à humanidade”. Sua constituição começou quando a igreja foi se separando do Estado (deixando a caridade exclusivamente aos espaços religiosos), e a elite burguesa foi se organizando em grupos que agiam socialmente. A filantropia é entendida como uma maneira de contribuir ao desenvolvimento social e às mudanças positivas, sem necessidade de incluir a intervenção do Estado, que é percebido como incompetente na execução das suas políticas públicas para lidar com as questões sociais. Dentro deste paradigma encontram-se várias ações que procuram “consertar” os costumes das camadas populares, pois se acredita que a pobreza é um fenômeno individual, produto da conduta de cada um. Desta forma, ao consertar ou mudar suas condutas, a pessoa sairia da situação de pobreza. Pequenos grupos da elite, então, criam instituições que operam isoladamente com uma lógica moralizante, culpabilizadora dos pobres e criminalizadora da pobreza, procurando transformar as crianças e adolescentes em situação de pobreza em “homens de bem”, ao serviço da sociedade e seus interesses. Como apontam os autores, a participação de voluntários e voluntárias, que não requerem profissionalização, é comum neste tipo de intervenções, e estes/as atuam sem consciência da realidade social e de suas próprias ações que em múltiplas ocasiões, contribuem para manter a estrutura social que gera exclusão.

A terceira classificação é a da assistência social como promoção humana. Neste, encontram-se alguns grupos religiosos que pertenciam ao paradigma da caridade (o primeiro relatado), que foram influenciados por ideais relativos aos direitos humanos e sociais das pessoas. Esta concepção procura dar uma oportunidade de “humanização” às pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio de ações socioeducativas. Assim: “O objetivo maior do trabalho de promoção humana seria educar o homem para a convivência com o outro, impulsioná-lo a se organizar para ter força reivindicadora (...) e incentivá-lo à partilha de bens com vistas à comunhão e à participação” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, p. 626). Para os autores, a técnica empregada está baseada na transmissão de informação sobre os direitos individuais das pessoas, reproduzindo de modo semelhante as técnicas socioeducativas empregadas pelo paradigma da caridade. O voluntariado é ainda mais expressivo no paradigma da promoção humana; esta prática é descrita

como “ingênua, bem-intencionada, religiosa, espiritualizada, integradora, conservadora, reformista e pouco crítica, buscando promover a harmonia social. (...) Atua no nível do senso comum, sem planejamento e de modo pouco profissionalizado” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, p. 626), sem muita crítica à ordem social instituída e promovendo o assistencialismo e a subordinação.

Outra forma de assistência social é, para os autores, a do clientelismo assistencialista do poder público. Este tipo de assistência caracteriza-se pelo uso do dinheiro e do poder público para favorecer ao seu governante de turno. Esta postura se iniciou no Brasil durante a época colonial, quando as terras e os poderes pertenciam quase exclusivamente a um grupo de pessoas. Nestas condições os governantes legitimavam seu domínio sobre o resto da população, favorecendo alguns conhecidos e familiares. Alguns políticos foram descobrindo que destinar dinheiro às pessoas em situação de vulnerabilidade era uma prática que rendia frutos no nível eleitoral. Com frequência as esposas dos presidentes foram as que ocuparam os cargos de liderança nas instituições que promoviam os projetos e programas para as pessoas pobres, estabelecendo o “primeiro damismo”⁴⁸. As pessoas nestas entidades consideram estar fornecendo uma ajuda e vão provocando dependência nos assistidos, por meio das doações e soluções concretas. Também concebem a pobreza como uma situação natural ou normal, estigmatizando os pobres. Consideram unicamente a noção de favor ou ajuda, e não a de direito, realizando ações paternalistas que subordinam e infantilizam os pobres (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012).

A quinta forma de assistência social é a de política de Estado. A fundamentação deste paradigma encontra-se na Política Nacional de Assistência Social [PNAS], que apresenta o Estado como o órgão principal na proteção de todo cidadão brasileiro. Os programas desta política nacional estão integrados no Sistema Único de Assistência Social [SUAS] que pretende consolidar o enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais. Prevê uma participação conjunta do Estado e da sociedade civil organizada incluindo os cidadãos, promovendo uma ação descentralizada e participativa. A Constituição Federal garante a assistência social por parte do Estado e sua ação se articula através dos Centros de Referência da Assistência Social [CRAS] e dos Centros de

⁴⁸ Atuação na área da assistência da “primeira dama”, esposa do governante.

Referência Especializado em Assistência Social [CREAS]. Nesta linha, os autores apontam:

O discurso oficial afirma que pretende promover o atendimento dos direitos sociais individuais como dever do Estado e da sociedade, visando a erradicação da pobreza, mas notamos que ele continua sendo permeado por uma visão naturalizante dos problemas sociais e do fenômeno da pobreza. Não se nota qualquer ensaio de aprofundamento da análise crítica da produção histórica e social da miséria e da pobreza pelo modo capitalista de produção (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, p. 634).

Para os autores, a figura do trabalhador neste contexto ainda não está totalmente definida, pois se acredita que deve ser um profissional comprometido e sacrificado pela causa social, portanto não requer remuneração significativa, nem capacitação e profissionalização, já que “aparentemente qualquer um pode ser trabalhador/educador social” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, p. 637). Alguns efeitos das práticas e concepções deste tipo de assistência social seria a manutenção da ordem social através da ação inclusiva e “harmônica” do Estado que, de alguma maneira, estaria diminuindo a força reivindicatória dos movimentos sociais. Segundo os autores, estas práticas são psicologizantes e diminuem a dimensão política do problema, apresentando um discurso oficial pouco crítico e transformador.

Como se pode observar, para Benelli e Costa-Rosa (2012) os cinco tipos de assistência às pessoas em situação de pobreza citados apresentam limitações, algumas relativas às concepções, outras às ações, outras aos seus efeitos. Diante disso, os autores propõem um novo modelo, baseado na Educação Popular de Paulo Freire e nas práticas originadas a partir da Reforma Sanitária (agora expressadas no Sistema Único de Saúde [SUS]): o paradigma do sujeito cidadão. Com relação à Educação Popular, esta é definida como uma prática que produz conhecimento baseado na realidade, com metodologias que incentivam a participação e estimulam a ação política transformadora, promovendo anseios de justiça e igualdade, entre outros. No que diz respeito à Reforma Sanitária, a luta no campo da saúde permitiu a participação dos/as cidadãos/ãs nas distintas etapas dos projetos e suas instituições,

criando espaços para incluir os interesses e necessidades de setores da população que estiveram historicamente à margem das decisões. Ambos os aspectos (Educação Popular e Reforma Sanitária), incentivam o diálogo, a conexão com a realidade, com aspectos históricos, e promovem uma maneira dialética de lidar com as questões relativas à pobreza. Desse modo, a assistência social pode ser planejada de forma crítica, como um direito do cidadão e da cidadã. Os autores propõem que a ação neste paradigma consistiria em um processo constante de reflexão crítica e dialética sobre a teoria e a prática, buscando contribuir com o exercício integral da cidadania das pessoas em qualquer condição socioeconômica. Finalmente explicam que este paradigma deveria “apontar para a transformação social, para o incremento da qualidade de vida e para a singularização subjetiva. Conquistar a cidadania implica um processo político de produção de subjetividade” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, p. 647).

As contribuições destes autores permitem ilustrar diversas formas de assistir às pessoas em situação de pobreza. Vários aspectos destes paradigmas continuam vigentes e atuantes na contemporaneidade, expressando-se de formas diversas e influenciando diretamente de diferentes maneiras nas políticas, concepções e vivências das pessoas nesta situação, e indiretamente nas vivências e concepções dos outros cidadãos e cidadãs. As práticas de voluntariado e as pessoas que exercem esta ação não estão, no entanto, isentas da influência destes paradigmas nas suas concepções sobre sua própria prática e sobre a pobreza. Na análise destas concepções, que será apresentada nas próximas páginas, resultará evidente a coexistência de discursos e práticas de assistência neste grupo pesquisado para este trabalho de dissertação.

Outra pesquisadora cujas contribuições no campo da assistência resultam relevantes é a filósofa Sandra Caponi, de origem argentina. Sandra Caponi (2000) no seu livro *Da Compaixão à Solidariedade: uma genealogia da assistência médica* realiza uma análise do desenvolvimento histórico dos conceitos compaixão, piedade e solidariedade, a partir de contribuições de autores como Hannah Arendt, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault. A autora propõe que as intervenções caritativas que pretendem auxiliar, parecem reproduzir formas de dominação e submissão da população carente, contribuindo no controle destas pessoas e da sua situação. Mostra a solidariedade como uma opção que está fora desta dinâmica caritativa, já que se

encontra comprometida com os direitos dos cidadãos e com seu reconhecimento como plurais e únicos. Porém esclarece que estas modalidades de intervenção (caridade e solidariedade) encontram-se relacionadas uma à outra, influenciando-se mutuamente.

Com relação à compaixão a autora explica, a partir de uma análise histórica, que as formas de intervenção pretendiam controlar e normalizar as populações que precisavam ser assistidas através do discurso da compaixão piedosa, ou da caridade. Dentro desta lógica, existia uma pessoa que integrava características de bondade e entrega aos necessitados. Consistia na imagem da mulher, boa e “santa”, que ajudava os outros⁴⁹. Nesta ajuda, estabelecia-se uma relação desigual, assimétrica, tingida de dívida e gratidão, que reforçava a submissão dos assistidos. A motivação da pessoa em ajudar, estaria relacionada ao alívio do seu próprio mal-estar ao presenciar a situação de vida precária da pessoa assistida, sem pensar nas possíveis consequências da sua ação caritativa⁵⁰. De uma maneira contundente, a autora coloca:

⁴⁹ Uma discussão ampla em torno do gênero e da assistência é desenvolvida por diversas autoras feministas contemporâneas como Joan Tronto, Carol Gilligan, Adriana Psiciteli, dentre outras. Thereza Montenegro (2003) realiza uma análise de diferentes posturas teóricas que procuram elucidar a participação expressiva de mulheres na área dos cuidados e a assistência. Para esta autora, a perspectiva maternalista é a principal teoria para explicar este fenômeno; a ideia é que as mulheres utilizam as mesmas habilidades e aprendizagens da casa (como o cuidado aos outros) nas profissões que realizam e, posso acrescentar, para as atividades voluntárias das quais participam. Outras perspectivas que a autora recolhe apontam que a participação da mulher nestas atividades de cuidado permitiram desenvolver nelas um senso de pertencimento e aceitação social; por outro lado assinalam que contribuem em manter uma posição de inferioridade e submissão, pois não ocupam papéis no que se requeiram decisões relevantes ou liderança; finalmente, Montenegro (2003) encontra que a participação das mulheres nestas atividades podem estar influenciadas por motivações pessoais como o altruísmo, por um desejo de reciprocidade ou por um senso de responsabilidade.

⁵⁰ A teoria psicanalítica oferece uma aproximação semelhante com relação às motivações que guiam as ações filantrópicas. Freud (1930), em *O Mal-estar na Civilização* já destacava como a constituição da sociedade procurou inibir a agressão, instaurando o sentimento de culpa. O desejo de ajudar estaria vinculado, a partir do olhar psicanalítico, por um amor narcísico, mais do que por uma preocupação genuína com relação ao objeto (o outro). Para uma discussão profunda sobre este quesito, ver Ferrari (2008).

O que fazemos no momento de realizar um ato de caridade é libertar-nos de um sentimento de dor que é absolutamente nosso, a dor que inspira o espetáculo da miséria, e o que fazemos, então, é libertar-nos desse padecimento. (...) Na verdade, o problema aparece quando elevamos essa compaixão – que sabemos inútil e ineficiente, que reconhecemos como um pobre instrumento para suprir qualquer necessidade – ao nível de uma categoria moral ou social, quando acreditamos que é capaz e eficiente a ponto de nos construir como agentes ‘morais’, ou quando pretendemos fundamentar nela uma ordem social justa. Esquecemos que a justiça só pode ser compreendida conjuntamente com a equidade e a imparcialidade. E que as diferenças que o compassivo reforça dificilmente podem produzir relações fundadas na equidade, até pela simples razão de que a compaixão não tem por objetivo transformar as condições materiais que conduzem à desigualdade (CAPONI, 2000, p. 19).

Considero importante ressaltar o aspecto da relação que se estabelece entre a pessoa que dá a ajuda e aquela que é ajudada, pois neste encontro há uma multiplicidade de forças que legitimam a superioridade de um sobre o outro, reforçando a diferença e desigualdade das duas pessoas. Há uma relação de assimetria entre aquele beneficiado e aquele benfeitor que entrega (um gesto, uma ajuda, um bem, etc.). Este aspecto nos remete a dinâmica de troca apresentada por Mauss (2008/1923), onde a pessoa que recebe fica com a dívida de retribuir o presente, posição que pode se tornar humilhante na impossibilidade de retribuir.

Caponi (2000) também ressalta que sentir compaixão ou piedade por alguém é uma forma de caracterizar esse outro como carente, ou sujeito de alguma debilidade, que só pode sair dos seus problemas com a ajuda da pessoa compassiva. Assim, se estabelece um encontro que, por um lado, “engrandece” a pessoa que brinda a ajuda e, por outro lado, “diminui” aquele que a recebe. “Por meio dessa dissimetria, anula-se toda reciprocidade, porém, se alimenta, ao mesmo tempo, uma necessidade de reconhecimento” (CAPONI, 2000, p. 25) daquele que ajuda.

Com a finalidade de introduzir a questão da assistência baseada na solidariedade, Caponi (2000) utiliza contribuições de Hannah Arendt a partir de uma perspectiva genealógica, refletindo sobre a incongruência de pensar a compaixão no âmbito político. A *polis* grega era o espaço de liberdade e de diálogo entre iguais. A satisfação das necessidades humanas básicas e a violência eram vivenciadas nos espaços privados, pois eram considerados fenômenos pré-políticos⁵¹. Assim, lidar com o sofrimento e a miséria de alguma pessoa, é uma ação que não poderia estar contemplada no espaço político. O uso da compaixão para enfrentar essas carências e sofrimentos implica deixar de lado o diálogo e a argumentação, atuando unicamente por meio da solução específica de dada carência, utilizando a força, a vontade ou a pena de quem ajuda.

Desse modo, Arendt propõe uma opção alternativa à compaixão (sentimento individual), que seria a solidariedade. Este elemento permitiria dar ênfase aos interesses das pessoas em situação de infortúnio, a partir de uma posição que reconhece o outro como igual, universaliza a dignidade humana, promove os direitos de todos e todas, e deixa de lado a procura de um alívio emocional, que é o que motiva as ações piedosas. Nesta perspectiva solidária, Arendt considera também o aspecto plural da humanidade, ressaltando que não se trata de tornar todo o mundo “igual”, mas pegar como ponto de partida as diferenças. Então, coloca-se o respeito pela pluralidade e a dignidade acima do sentimento de pena ou compaixão:

A solidariedade pertence ao âmbito da ética, a partir do momento em que só pode existir entre aqueles que se reconhecem como participantes de uma comunidade intersubjetiva de agentes morais. É por isso que uma assistência fundamentada na solidariedade, ainda que possa prescindir do ‘amor pelos que sofrem’, nunca poderá prescindir de uma preocupação desapaixonada por seus direitos (CAPONI, 2000, p. 45).

A partir desse olhar genealógico, uma das diferenças principais entre a assistência focada na compaixão e a assistência desde uma perspectiva solidária, seria a forma como a pessoa que assiste se

⁵¹ Para conhecer essa discussão de modo mais completo, conferir em Arendt (1983).

aproxima do assistido. Na primeira forma de assistência, a pessoa ajudada está colocada numa posição de objeto, carente e incompleta, cuja situação de excluída, ou ‘coitada’, incomoda. Na perspectiva solidária de assistência, esse outro assistido também é livre, pode opinar e pode rejeitar a ajuda, mas encontra-se numa situação desfavorável que deve ser modificada porque não é justa. Há, então, um teor diferente, uma motivação distinta, um objetivo distinto e, por tanto, um modo de intervir diferente.

Pensarmos nas diferenças do tipo de intervenção (caritativa ou humanitária) é o primeiro passo para estar atentos às interferências na estrutura social que estiverem acontecendo. Resulta relevante considerar que os mesmos critérios que guiam as intervenções do início do século XVIII estão presentes na atualidade, tanto nas políticas de Estado quanto nas instituições de caridade ou de desenvolvimento social. São estes os critérios de gerar o bem-estar geral, de solucionar urgências, de promover a felicidade, entre outros (CAPONI, 2000; BENELLI; COSTA-ROSA, 2012).

No segmento a seguir, analiso quais são as concepções de voluntariado entre voluntários e voluntárias que realizam ações de combate à pobreza em Florianópolis, a través da participação em distintas instituições. Como foi apontado, encontrei elementos que fazem parte dos diferentes tipos de assistência apresentados, e procurarei, neste estudo exploratório, analisar estes elementos a partir de um olhar dialético e crítico.

3.5 CONCEPÇÕES DE VOLUNTARIADO ENTRE VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS

Na introdução deste trabalho já defini a forma como utilizo o termo concepções. Partindo dessa noção e a partir da análise das entrevistas realizadas com os/as 10 informantes, baseada nos relatos contidos nos diários de campo e, finalmente, da elaboração teórica ao longo da pesquisa, procurei estabelecer algumas concepções sobre o voluntariado presentes neste grupo. Como coloquei no capítulo metodologia, as concepções identificadas surgiram considerando a frequência com a qual algumas temáticas apareciam, a intensidade com que eram trazidas pelos/as informantes, e também com a implicância que eu, como pesquisadora, tinha com determinados aspectos do tema

estudado. A correspondência ou contradições entre as entrevistas e minhas observações registradas no diário de campo, também foram consideradas para estabelecer concepções destacadas nessa análise.

Deste modo posso apontar que existem três principais concepções sobre o voluntariado entre os voluntários e voluntárias das duas instituições pesquisadas em Florianópolis. A primeira delas será chamada de *caridade*, a segunda de *controle* e a terceira de *solidariedade*. Não pretendo que estas concepções constituam uma síntese das formas contemporâneas de voluntariado no combate à pobreza em Santa Catarina no sul do Brasil, pois esta pesquisa não realiza uma aproximação representativa deste grupo, mas pretendo que este estudo exploratório permita fornecer elementos para pensar esta prática na atualidade, complexificando sua compreensão.

A primeira concepção identificada foi a da *caridade*. Um intenso discurso relacionado à religião e ao catolicismo pode ser identificado nas falas dos voluntários. Acontece com maior expressividade na Instituição 2, dirigida pelo Padre, aspecto que não resulta estranho diante das características deste líder. Uma das participantes desta instituição, Dona Tuca (62 anos), de estatura baixa, de cabelo curto e cinzento, viúva, aposentada, voluntária da instituição faz três anos, relata o seguinte:

Meu Deus!! Eles são gente igual à gente! Eles são nosso irmãos, né? Não são de sangue, mas perante a Jesus Cristo eles são nosso irmãos. Então, porque eles não tiveram a mesma sorte do que a gente, a gente vai excluir? Não né? Eu acho que não é por aí, né? (Dona Tuca, 62 anos).

Pode-se perceber que a motivação de ajudar para esta voluntária, está centrada na ideia de igualdade diante dos olhos de Deus, como se houvesse uma entidade superior vigiando as ações de bondade dos seres humanos.

A categoria *caridade* nem sempre está explicitamente relacionada a questões sobre religião ou cristianismo, mas também a sentimentos que aparecem diante do sofrimento alheio, como foi referenciado no texto de Caponi (2000). A pessoa que assiste percebe a pessoa ajudada como débil ou em falta, ativando, em alguns casos, um sentimento de culpa que a impulsiona a atuar. Dona Tuca conta que ela é questionada

pelos líderes da Instituição 2 por entregar dinheiro, que não é a postura da instituição:

Ai dei o café para a guria. Então é assim, entendesse? É muito crítica mesmo [a situação dos moradores de rua], muito. E é assim, “ah querida, mas tu enche eles de dinheiro”, mas, ai meu Deus, não é a questão de encher eles de dinheiro, é a questão que ninguém vai dar oportunidade para eles. Tu acha que alguém vai dar a oportunidade de empregar uma pessoa dessa na sua casa? Não vão. Não vão. (Dona Tuca, 62 anos).

Outra entrevistada da Instituição 2, chamada Mila (31 anos), branca, de loira, de olhos azuis, solteira e mãe de um menino de 11 anos, formada em biblioteconomia e voluntária faz cinco meses, relata o seguinte sobre sua participação na instituição:

Eu me sinto muito bem quando eu estou fazendo isso. É sensação de felicidade mesmo, de saber que... Até pela reação das pessoas, né? O sorriso que, muito deles... são pessoas que a gente vê que, geralmente quando a gente chega, são pessoas que estão ou tristes ou chateadas, e que na hora que saem já estão com outra expressão no rosto. Isso, isso é o que faz valer a pena. (Mila, 31 anos).

Mila faz referência ao seu sentimento de “alívio” e alegria que se gera ao ajudar essas pessoas e quão motivador e significativo isso é para ela. Por outro lado, Dona Tuca (62 anos) também mostra uma perspectiva semelhante, que evidencia a relevância desta atividade no seu bem-estar pessoal:

Do voluntariado, assim, eu posso dizer que eu estou muito feliz, mesmo. Saio dali, como eu falei para você com a alma lavada. Saio feliz, feliz mesmo, assim, sabe? (...) Então é muito bom, é uma coisa muito boa. Tem gente que, assim, vive em psicólogo, em psiquiatra: vai fazer um voluntariado pra ver, não precisa de nada. Eu já, na minha, eu já passei fases bem difícil, no

entanto eu nem senti, por causa do que? Do voluntariado. (Dona Tuca, 62 anos).

Nesta mesma linha, Rebeca (46 anos), psicóloga, psicanalista em formação, mãe de três filhos, separada e voluntária da Instituição 1 há dois anos, aponta que é difícil entender o voluntariado de uma forma só; que ela não concordava muito com fazer trabalho voluntário pois sempre o via como um espaço assistencialista, mas que finalmente entendeu que está relacionado com a vivência, as necessidades e desejos de cada voluntário/a e coloca um exemplo:

Essa é uma questão muito complicada, eu acho, para te falar a verdade. Eu nunca curti muito o trabalho de voluntária porque acho que tem um perigo muito grande de ele ser um trabalho assistencialista. Tem um perigo não, ele é na maioria das vezes. Grande, boa, várias instituições, o voluntário é... entende isso que eu quero dizer? Uma coisa mais assistencialista, mesmo. Enfim... Eu tenho muitas dúvidas sobre o lugar do voluntário porque eu acho que pode trazer uma implicação diferente, mas... depende né? Depende da pessoa, depende de como ela chega, de qual é o objetivo dela com esse trabalho, porque também vai do objetivo de cada uma. Tem gente que, de fato, sei lá, está num momento de crise, né? Que nem uma amiga contou uma vez, bom separou, foi fazer trabalho voluntário na ACIC que é a associação dos cegos, e ela ia lá e lia para eles. Bom, foi um canal que encontrou também para lidar ali com a angústia, com as questões dela, mas eu... pois é, tenho dúvidas. Eu acho que pode ficar frouxo, entende? De perder as pessoas com mais facilidade. (Rebeca, 46 anos).

Esta voluntária aponta, então, que cada pessoa teria um objetivo pessoal ou uma motivação para realizar um voluntariado e que, uma vez conquistada ou resolvida a questão, a pessoa iria embora, deixaria a instituição. Este aspecto está relacionado à questão emocional que impulsiona e mantém o/a voluntário/a atuante numa causa, assim como ao sentimento de pena ou tristeza relacionado à ação caritativa.

Um aspecto que considero relevante mencionar dentro desta concepção é a presença de um líder carismático, inspirador e guiador das ações. Esta forma de funcionamento inspirado num líder tem relação com a constituição do cristianismo a partir da imagem de Jesus Cristo e seu sacrifício para salvar a todos os seres humanos (IGREJA CATÓLICA, 1999). A literatura sobre caridade não menciona este aspecto, mas a partir da análise do campo e das entrevistas nesta pesquisa, este aspecto revelou-se como fundamental. Nesta linha, Roberto (61 anos), médico funcionário público aposentado e voluntário da instituição 2 faz quatro anos, ao lhe perguntar sobre a motivação que o mantém nesta ação voluntária, refere:

Eu acho, primeiro, porque eu acredito demais no trabalho desse Padre que está na frente de todo esse serviço, esse trabalho, que é o Padre. Eu acho um cara... Para mim... eu brinco de que ele é O cara. Ele é fantástico. Eu acho que é de uma seriedade, um empenho, uma capacidade, uma doação... ímpar. E eu vejo com que empenho ele está sempre nas frentes, procurando as melhorias para esse povo, melhorias na questão do morro, sabe? É um cara que extremamente... que a gente deposita confiança nele. A gente acompanha o serviço dele. E não é brincadeira: é mais de praticamente 30 anos a serviço disso, desse povo, para melhorar um pouco, resgatar a cidadania, a autoestima, eu acho que isso convence a gente. (Roberto, 61 anos).

Nesta mesma linha, em uma das primeiras visitas nesta instituição, registrei no diário de campo algumas homenagens feitas ao Padre durante seu aniversário. Dona Irene, coordenadora da Casa de Acolhimento da Instituição 2, ao pegar o microfone diante das pessoas que comemoravam o aniversário do Padre no salão da Catedral, disse as seguintes palavras:

Aqui há muitas pessoas diferentes reunidas para comemorar o aniversário do Padre. Há pessoas com carro, e outras que não têm carro; há pessoas que tem apartamento ou casa e outras que não têm, há pessoas com curso superior, e outras que não, mas todas estamos aqui porque amamos este

homem. Amamos tanto ele que se tivéssemos que lutar por algo que ele nos propunha, o faríamos todos juntos, sem pensar duas vezes. (Dona Irene, 46 anos. Registro N°11).

As pessoas concordavam e expressavam muito carinho e respeito pelo Padre, que estava atento, participativo e contente. Diante dos cumprimentos e parabéns o Padre pegou o microfone e disse:

Estou comemorando meus 49 anos. Eu cheguei à Florianópolis com 24, isso quer dizer que mais da metade da minha vida morei aqui. Várias vezes pensei em voltar para minha cidade, mas continuei ficando, ficando e ficando. Acho que foi porque eu tive uma experiência mística muito importante, que me mostrou o caminho que devia seguir junto a vocês, os moradores de rua. Era na época em que levava sopa, no inverno frio, do lado do Camelô. Todos tinham bebido sopa e fiquei só com uma concha. Não podia levar essa concha para casa e comecei a procurar alguém para que a bebesse. Até que achei uma pessoa, coberta em papelão e uma coberta, dormindo. O acordei e falei ‘eu tenho uma concha de sopa e não quero levá-la de volta para casa, você aceita?’. Ele terminou de acordar, bebeu e falou ‘esta sopa é corpo pro meu corpo’ e voltou a dormir. No dia seguinte acordei para fazer minha oração às 5:30 da manhã (Vocês que me conhecem sabem que acordo nesse horário). Na hora de fazer a comunhão tive uma experiência mística: a voz de Deus falava para mim ‘este corpo é corpo para teu corpo’. Nesse momento lembrei da fala do morador de rua da noite anterior e entendi que minha missão era trabalhar sempre junto aos moradores de rua. Porque vocês são uma denúncia viva que mostra que o sistema não funciona, que está errado, que faz bem para alguns e muito mal para muitos outros. (Padre, 49 anos. Registro N° 11).

O Padre comentou mais algumas questões. A intensidade da reação das pessoas e o comovedor e comprometido discurso do Padre

me envolveu e me senti muito emocionada de estar participando dessa comemoração. O carisma do Padre e sua inspiração me envolveram também.

A questão da liderança carismática de alguma forma também está presente nas falas e no ambiente da Instituição 1. Desde meu primeiro contato com esta organização percebi a importância de Bernarda, fundadora da instituição em Santa Catarina. No ano 2011 eu estava num encontro catarinense sobre o terceiro setor e comentei com a pessoa do meu lado sobre a palestra que tinha acabado de terminar, especificamente sobre dois pontos com os quais discordava, que eram o uso do voluntariado para diminuir despesas nas empresas e o olhar de “coitadinhos” que o palestrante apresentou sobre as pessoas carentes. A pessoa do meu lado concordou com meus questionamentos e se apresentou: era Bernarda. Conversamos um pouco e combinamos que participaria de uma reunião da instituição para apresentar meu trabalho no Peru sobre voluntariado. Durante o intervalo do encontro muitas pessoas se aproximavam dela elogiando seu trabalho na instituição e parabenizando-a por ter ganho um prêmio de boas práticas. Duas semanas depois fui à reunião apresentar meu trabalho e percebi quão importante ela era na tomada das decisões e na motivação da equipe. Um ano depois voltei para realizar esta pesquisa e Bernarda não trabalhava mais ali, mas muitos elementos lembravam dela, como fotos nas paredes junto às famílias e membros da equipe (funcionários e voluntários), como falas sobre ela nos corredores, ou como citações explícitas sobre o que ela queria para o futuro da instituição. Essa imagem inspiradora, apesar da ausência da pessoa física, ainda continuava vigente. Léa, na sua entrevista, apontou: “*A Bernarda é uma pessoa muito especial... ela é a [diz o nome da instituição]. E agora que está começando a sair, mas ela ainda é*” (Léa, 52 anos).

A segunda concepção encontrada sobre a ação voluntária que estes participantes trouxeram foi o *controle*. Encontrar ou delimitar esta categoria não foi fácil, pois de alguma maneira eu concordava com as falas que refletiam esta postura, pensando que realmente o voluntariado devia atuar desse modo controlador. Porém, através do questionamento dos meus próprios preconceitos sobre esta atividade, consegui enxergar a existência desta categoria nos discursos. Nesta concepção encontramos aspectos sobre a necessidade de normalizar e educar os sujeitos que estão sendo assistidos. Ilustra-se claramente este aspecto com os seguintes trechos das entrevistas:

Vinheta 1:

Claro que não é só dar comida. A gente tenta embutir na cabeça deles que eles têm que batalhar por uma melhora de vida, que (ininteligível) acho que a grande intenção desse nosso encontro é tentar conscientizá-los que eles precisam realmente mudar de vida, ter um canto descente para morar, não fazer da sarjeta da calçada o travesseiro deles. (Roberto, 61 anos).

Vinheta 2:

Eles vêm com hábitos de acumuladores, eles vêm com hábitos de sujeira, eles vêm com hábitos de maltrato, maltrato em tudo sabe? (...) Um dia... talvez... Muitos tiveram sua casa que tinha essa rotina, mas desaprenderam. Então tudo, tudo que tu possas imaginar... É como educar crianças no corpo de um adulto. (...) Existe uma rotina que a gente meio define com eles, que é uma rotina de divisão de tarefas e tal, mas que precisa tu tar em cima, lembrando porque aquilo tudo passa assim, sabe, porque na rua pode ficar para amanhã. (Cristina, 53 anos).

Cristina é uma administradora aposentada, doutora, voluntária de Instituição 2 faz um ano e meio. Ela diz que é muito organizada, pois é filha de alemães e esposa de japonês. Coordena (voluntariamente) os grupos que fornecem o almoço na Catedral da Praça XV de Novembro nos domingos, e os grupos que fazem a limpeza após o almoço, mas também participa na Casa de Acolhimento da instituição, realizando atividades com os/as moradores/as que se encontram temporariamente habitando a Casa.

Com relação ao aspecto do controle, um dos autores que permite conceituar esta forma de “assistência” é Jacques Donzelot (1986), em seu livro *A polícia das famílias*, publicado na França em 1979. No capítulo intitulado *O Complexo Tutelar*, o autor descreve o surgimento das providências relacionadas ao trabalho social, cujas intervenções se centram nos contextos das classes populares. A preocupação principal desta área era cuidar das crianças, procurando evitar que entrassem na delinquência, então havia um estudo profundo das configurações

familiares, apoiado nos saberes psiquiátricos, sociológicos e pedagógicos, principalmente. Nesta linha o autor pergunta se o trabalho social seria uma forma do Estado para controlar e dominar os/as cidadãos/ãsna suas vidas privadas. Segundo Benelli e Costa-Rosa (2012), Donzelot (1986) procura mostrar como o Estado tentava enquadrar socialmente aos trabalhadores pobres, afim de cumprirem com as necessidades modernizadoras do sistema capitalista. Neste contexto, haveria uma culpabilização das pessoas e famílias pela sua própria situação de pobreza e, ao mesmo tempo, pela superação dela através do seu próprio esforço.

Penso que estas intervenções voluntárias poderiam ter relação com essa postura. Desse modo, “embutir na cabeça deles que precisam mudar de vida” (Roberto) ou “educar crianças no corpo de um adulto” (Cristina), são formas de conceber a ação voluntária de combate à pobreza como uma forma de educação, normalização e adaptação das pessoas nesta situação, às normas da cultura dominante.

Com certeza é possível estabelecer articulações entre a concepção *caridade* e a concepção *controle*. Nesta linha Caponi (2000) expõe o seguinte sobre os projetos filantrópicos do início do século XX:

De fato, todos os projetos filantrópicos desse período se caracterizam pela ambiguidade. Se, por um lado, se apresentam como uma forma de assistência caridosa dirigida aos necessitados, por outro, se apresentam como dispositivos de controle e coerção social (CAPONI, 2000, p. 27).

A terceira concepção encontrada sobre o voluntariado entre as pessoas entrevistadas, trata-se da *solidariedade*. Categorizar este ponto resultou difícil, pois quase não houve elementos nas falas dos/as voluntários/as que evidenciassem este aspecto. Porém, minha postura como pesquisadora e como alguém que de alguma forma acredita que no voluntariado existe a possibilidade de um encontro genuíno entre humanos, contribui na consolidação desta concepção: o voluntariado como uma ação solidária entre iguais. Houve uma intenção explícita da minha parte de resgatar nas falas dos participantes elementos que pudessem evidenciar uma concepção solidária do voluntariado, no sentido apontado por Caponi (2000) a partir do pensamento de Hannah Arendt: de reconhecimento da pessoa assistida como sujeito digno de

direitos, diferente, diverso, com vontade, capacidade de decisão, desejos e subjetividade.

As falas de dois entrevistados permitem ilustrar este aspecto. Elton (33 anos), alto, negro; nasceu em Cascavel/PR, morou na rua por quatro anos devido ao consumo de álcool e à rejeição da família, e atualmente é voluntário da Instituição 2, servindo o almoço nos domingos aos moradores de rua, na Catedral da Praça XV de Novembro, no centro da cidade. No momento da entrevista tinha conseguido se manter abstinente por três meses e estava trabalhando com carteira assinada faziam cinco meses.

Eu me espelho neles. Pou! Eu já passei por aquilo ali. “Meu Deus! Não deixa eu cair naquilo ali de novo. Tira ele dali”. É uma rotina muito forte! Vou te falar. Hoje em dia quem está na rua ou é por desprezo de família (...) Entendeu? Então a gente se sente muito, muito orgulhoso de poder ajudar porque a gente já foi ajudado... Certo que a gente não está livre daquela rotina, mas a gente já foi ajudado. (Elton, 33 anos).

Neste trecho da entrevista de Elton, pode se perceber uma identificação do voluntário com as pessoas que ajuda, e um sentimento de pertencimento ao grupo ajudado. A relação que estabelece com essas pessoas é diferente das dos outros voluntários e voluntárias, pois compartilha, de algum modo, uma história semelhante e próxima.

Enrique (30 anos) é mestrando em filosofia. Nasceu em Florianópolis e morou toda vida no Centro da cidade, bairro de camadas médias. É negro, alto e magro. Sua postura diante da sua ação voluntária é humilde e nos poucos meses que tem como voluntário na instituição, procura observar para entender qual é a melhor maneira de ajudar:

Bom, eu, à princípio eu estou mais observando, ouvindo, aprendendo com eles, e tentando descobrir alguma maneira de ajudar. Mas, basicamente eu auxilio lá nos almoços no que for preciso: lavo louça, ajudo a servir na mesa ali os pratos, enfim. Ou servindo suco pra eles, o que for preciso. É basicamente o que eu faço lá: qualquer necessidade prática que acontece no momento eu estou lá para ajudar. Quanto às outras atividades,

como eu falei, estou mais escutando o que tem sido feito pelos moradores de rua, assim, em termos mais práticos, no sentido de realmente transformar a realidade deles. Algo que seja muito mais que oferecer uma refeição por semana. Eu sei que os voluntários fazem muito mais do que isso, mas eu ainda não consegui entender como eu posso colaborar nisso, então por enquanto estou mais ouvindo. (Enrique, 30 anos).

Ele relata mais um pouco como está participando das atividades, vendo o trabalho do grupo engajado no movimento de população de rua⁵² como um movimento atuante, que pode ser apoiado:

Tem gente que está envolvida no movimento como eu ou alguns outros, que não são moradores de rua, mas a ideia não é levar uma solução pronta, pelo menos é isso que eu espero que seja, espero que não seja isso. E isso que eu observo deles: não é levar uma solução pronta, assistencialista. É fazer com que eles mesmos corram atrás daquilo e tentem mudar sua própria realidade, então são os moradores que fazem aquilo acontecer, são os moradores de rua que fazem aquilo acontecer. E assim, eu vejo muitos moradores lá fazendo isso: envolvidos com o movimento e correndo atrás. (Enrique, 30 anos).

Para finalizar as reflexões com relação à solidariedade, trago uma citação de Caponi (2000) que sintetiza de uma forma apropriada a concepção:

A solidariedade precisa, para poder existir, do respeito, da admiração, do reconhecimento do outro como alguém capaz de reclamar, aceitar ou negar assistência. A pessoa sujeita a uma necessidade não reclama ser protegida. Não quer nem o olhar piedoso, nem o isolamento: ela exige poder inserir-se em uma rede de vínculos em que

⁵² Para mais informação sobre o movimento, acessar movimentoruasc.org.br.

seja reconhecida como um igual em orgulho e dignidade (CAPONI, 2000, p. 95).

Assim, considero que as concepções de voluntariado trazidas pelos voluntários e voluntárias destas instituições em Florianópolis permitem ilustrar a variedade de perspectivas e olhares sobre o mesmo fenômeno. Houve uma tendência maior nos voluntários e voluntárias em considerar sua intervenção na linha da caridade ou do controle, aspectos que, como apontaram alguns autores, contribuem em perpetuar condições de pobreza. Apontar para intervenções em contextos de pobreza relativas à solidariedade aparece como um desafio, tanto pela pouca expressividade de elemento nas falas dos/as voluntários/as, quanto pela longa tradição de assistência e voluntariado centrados na moralização, infantilização e dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa procurei contribuir para reflexionar sobre dois aspectos específicos de uma prática voluntária em contextos de combate à pobreza. Questionei os/as voluntários/as em suas ações, nas suas concepções, nas suas emoções, desejos, motivações e expectativas. Explorei suas concepções sobre *pobreza* e *voluntariado*, o que constitui o objetivo desta pesquisa, e apresentei as análises e compreensões que foram possíveis alcançar até o momento, sem pretender estabelecer conclusões definitivas.

Sobre o voluntariado e assistência, resulta interessante perceber a coexistência de discursos às vezes contraditórios dentro da mesma instituição estudada. Isto permitiu de alguma maneira desconstruir o que se conhece como voluntariado em geral, contribuindo para perceber matizes diversos nesta prática, sem idealizá-la nem condená-la a priori. De alguma maneira, minhas experiências prévias como voluntária e coordenadora de voluntariado me permitiram perceber que não era possível falar de um único “voluntariado” nem de uma única “pobreza”. Essa intuição fazia parte do meu desejo de pesquisar este tema e, através da realização desta pesquisa, consegui perceber, vivenciar e refletir diversos voluntariados (em combate a pobreza) e diversas pobreza, através do contato com os voluntários e voluntárias e de seus relatos.

A metodologia escolhida, de tipo qualitativo e com utilização de ferramentas etnográficas, contribuiu para a realização desta pesquisa e para me aproximar de cumprir o objetivo. Acredito, que muitos temas trazidos por eles/as relativos a sua prática voluntária em contextos de pobreza, não puderam ser abordados. Tive que fazer escolhas e deixar de lado alguns aspectos que poderiam ter enriquecido as discussões. Porém, esta dissertação é um dos primeiros passos para ir me constituindo como pesquisadora; futuramente posso continuar desenvolvendo as outras temáticas e procurando contribuir com pesquisas na área da psicologia.

A revisão teórica sobre o voluntariado, o dom e a dádiva, e a assistência, permitiu perceber quão antigas são as origens destas práticas voluntárias, assim como quanto muitos desses discursos permanecem vigentes. Acredito que conceber o voluntariado como uma forma atual de uma dinâmica de troca e de inter-relações presentes nas sociedades não ocidentais, como apresentada pela teoria do dom, contribui com a ideia de que o sistema capitalista e neoliberal não conseguiu cobrir todos

os aspectos da vida humana, e algumas práticas sociais, como o voluntariado, conseguem escapar do olhar mercadológico, utilitarista do capitalismo neoliberal. Este, porém, é um discurso que não achei em nenhuma das entrevistas, nem nos registros no diário de campo, sobre o qual teria sido interessante aprofundar.

A partir das concepções encontradas nos discursos dos voluntários e voluntárias sobre o voluntariado (*caridade, controle e solidariedade*) pergunto-me como seriam ou onde estariam as diferenças nas formas de intervenção que cada tipo de assistência apresenta? Como poderíamos identificar ou promover políticas e práticas centradas na solidariedade e no reconhecimento do outro como sujeito, deixando de promover as que são hierarquizadoras, ou que geram submissão e dependência dos assistidos? Para responder estas perguntas são necessárias outras pesquisas, mas posso sugerir que uma das formas para perceber o tipo de intervenção que se está executando é justamente se perguntar sobre ela na prática, e não agir sem pensar nas possíveis consequências e repercussões das ações voluntárias. Parar para pensar, perguntar-se, refletir, não agir exclusivamente motivado/a pelo sentimento da compaixão, da tristeza, do nojo, da pena...

Com relação à pobreza, houve uma tendência em conceber “a pobreza” e “o pobre” como parte de um mesmo conjunto; ou seja “pobreza” igual a “pobre”. Isso, do meu modo de ver, resultou numa limitação, pois conseguir separar esses dois conceitos (e realidades) teria enriquecido a compreensão do fenômeno. Isto me faz lembrar a afirmação de um senhor com quem conversei uma vez numa favela de Lima: “catador de lixo é visto como lixo”. No momento de realizar as entrevistas não houve da minha parte consciência deste aspecto e as respostas sobre a pobreza e “o/a pobre” eram aceitas da mesma forma, sem perceber que perguntar sobre essa separação teria sido fundamental para a elaboração posterior da dissertação. O fato de separar “pobre” de pobreza seria uma postura ética de reconhecimento do aspecto humano do sujeito, independentemente de sua condição social, postura com a qual me identifico, concordo e procuro agir no meu dia a dia.

As concepções encontradas sobre este quesito – *pobreza como situação triste, pobreza como situação de exclusão e marginalidade, e pobreza como situação injusta* – constituem primeiras aproximações a estas noções no discurso destes/as voluntários/as. Nesta pesquisa, não pretendi aprofundar estes elementos, mas sim, mostrar as possíveis concepções em torno da pobreza no grupo estudado. Linhas de análise

mais extensas podem desenvolver-se em cada uma destas concepções, a partir de perspectivas teóricas diferentes, em futuras pesquisas.

Segundo Telma Souza (2013) a hegemonia liberal e democrática da atualidade se mantém, em parte, pela fixação da noção de marginalizados e excluídos. Algumas ações podem contribuir para incluir essas pessoas, mas muitas delas acabam reforçando sua exclusão. Considero que a crítica à criminalização da pobreza presente nos discursos de algumas das voluntárias entrevistadas, resultou um ponto interessante no sentido de que essa crítica poderia estar refletindo uma tendência contra-hegemônica, diante daquela perspectiva hegemônica de considerar os pobres como perigosos, violentos e potencialmente criminosos, noções que se instauraram no Brasil na virada do século XX, acompanhando políticas higienistas e eugênicas. É claro que criticar a criminalização da pobreza isoladamente não é um elemento suficiente para contribuir em gerar outra postura diante das pessoas em situação de pobreza, mas de alguma maneira permiti gerar fissuras nessa concepção já naturalizada. Nesta linha, a relação destas voluntárias e dos outros voluntários da Instituição 2, com o Movimento de População de Rua de Santa Catarina, a nível político, assim como a relação com as políticas públicas do estado, constitui um dos aspectos que podem ser aprofundados em futuras pesquisas.

Com relação à culpabilização das pessoas em situação de pobreza por estarem nesta condição, elemento também presente nas entrevistas, posso considerar que é uma questão delicada, pois há múltiplos aspectos que contribuem para manter o sujeito alocado nesta condição, e múltiplos outros aspectos que ajudam a que a supere. De acordo com Lílian Rodrigues da Cruz e Betina Hillesheim (2013), tanto o PBF, quanto nos documentos que orientam o trabalho dos psicólogos em contextos de assistência, existe essa tendência: “o próprio documento enuncia que os usuários são, em determinada medida, responsáveis pela condição (...), sendo que, mediante seus esforços individuais esses podem superar a pobreza” (CRUZ; HILLESHEIM, 2013, p. 189). Acredito que diante dessa tendência, que se soma às reportagens televisivas sobre pessoas específicas que são exemplos de superação da condição, resulta fácil alocar o problema da solução da pobreza em cada indivíduo isoladamente, esquecendo da estrutura social que a produziu e a mantém. Ter um olhar atento a esta postura é, assim, necessário em todos os níveis de discussão e intervenção.

Ao longo das reflexões e redações deste trabalho, tive que realizar um esforço permanente por separar a pobreza do seu combate, ou seja, por separar a pobreza do voluntariado, neste caso. Em muitos momentos pensei em realizar um capítulo para integrar ambos os conceitos, e depois outro, que integrasse as análises de ambos os conceitos, pois estavam intimamente relacionados no início: “voluntariado em combate à pobreza” é uma frase só, uma atividade só, um conceito só. Porém, para fins investigativos resultou melhor realizar essa separação: voluntariado por um lado e pobreza por outro.

Diante disso, há um elemento que considero poder integrar o voluntariado e a pobreza de uma forma produtiva: a *relação* entre o/a voluntário/a e a pessoa assistida. No ponto em que dois seres humanos se juntam, acontece um encontro que pode ser visto de múltiplas formas e que constitui a base desta relação. Perguntei aos/as voluntários/as se consideravam que existia(m) diferença(s) entre eles/as e as pessoas que assistiam. Após ter feito as entrevistas, descobri que um termo mais apropriado teria sido *desigualdade*, pois a classe social é um fator determinante na relação. Houve respostas diversas, que podem sintetizar-se assim: os/as voluntários/as percebem diferenças nas condições materiais; por outro lado, apontam que não existem diferenças; não fazem menção à diferença, mas sim ao fato que há igualdade no aspecto emocional; e, finalmente apontam que existe uma série de diferenças que implicam e mexem diretamente com os/as voluntários/as. Duas falas sobre este último ponto são ilustrativas:

Vinheta 1:

Pesquisadora: Entre você e o jeito que você vive e as coisas que você tem, e entre eles, o jeito que eles vivem e as coisas que eles tem, há diferenças. Como você lida com essas diferenças?

Cristina: Com dificuldade. É com dificuldade! Eu acho que essa é a coisa mais pontual que eu posso te dizer. Porque eles fazem eu o tempo inteiro... ... eles fazem o tempo inteiro eu me deparar com aquilo que eu não quero ver. Certo? Eles fazem eu o tempo inteiro lidar com as minhas mazelas e com as mazelas da humanidade inteira. (Cristina, 53 anos)

Vinheta 2:

E essa diferença de classe social é um mundo tão diferente assim, que força a gente a sair do... do cômodo, assim. Quando a gente está com pessoas da nossa classe social, a gente tem uma conversa parecida, assim, tudo é mais fácil, as pessoas são educadas, as pessoas têm ideias boas e conhecem coisas interessantes... Tudo é mais fácil. Agora com quem é mais pobre geralmente é uma pobreza também de cultura, eles são mais grosseiros assim no trato, e tudo isso vai levando a gente a repensar assim, né? E... é muito enriquecedor, né? Até porque eles são mais desafiadores, no sentido de... eles não tem muito a oferecer, assim, para você. Os amigos da mesma classe social eles oferecem coisas, assim, oportunidades para você e coisas, assim. As vezes quem é mais pobre não... é uma mão... sem recompensa assim, sem recompensa material, né? (Luiz, 30 anos).

Estas duas vinhetas trazem aspectos sobre a intensidade do encontro e da relação que se estabelece o/a voluntário/a, e as pessoas a que assistem, aspecto que pode ser desenvolvido numa futura pesquisa.

Esta investigação me permitiu ter mais certeza da impossibilidade de procurar estudar ou tratar sobre a pobreza como fenômeno isolado da organização social, das concepções sobre esta e da estrutura econômica. Como esta condição é inerente à estrutura que vivenciamos, pretender entender a pobreza por si só, resulta limitado e rígido. Dessa mesma forma, pensar a pobreza como responsabilidade exclusiva daqueles que se encontram nesta situação, é a outra face da mesma moeda, pois esta postura desconsidera todo o sistema gerador e mantenedor das pessoas na situação de pobreza. Proponho que as instituições que trabalham com questões de combate à pobreza, incluindo voluntários/as ou não, ofereçam espaços de reflexão sobre a própria prática e as próprias concepções dos participantes a respeito de suas próprias ações e sobre a pobreza, pois podem estar reproduzindo e mantendo hierarquias e estruturas de poder através de suas práticas.

É neste ponto que cabe à Psicologia, como ciência e profissão, perguntar-se mais por este tipo de problemas sociais, que envolvem tanto ao sujeito socialmente constituído, quanto a sociedade constituída por sujeitos, grupos, interesses... Aspectos todos relativos a esta ciência

humana. Adentrando-se neste fenômeno social, considerando os aspectos históricos e sociais que o compõem, somados a uma visão do sujeito em inter-relação e afetação constante, a Psicologia poderá continuar desenvolvendo conceitos próprios e teorias, que permitam um maior diálogo com outras ciências humanas e sociais. Desse modo, pode-se desenvolver um vocabulário comum para tratar questões relativas à pobreza e às pessoas nesta situação.

Finalmente, como todo processo que chega a seu fim, redigir estas considerações finais me permite rever o percurso da pesquisa e perceber que as minhas vivências de campo e meus registros, permitiram uma aproximação maior com os sujeitos de pesquisa, podendo estabelecer um laço mais íntimo o que permitiu chegar no momento das entrevistas com maior abertura e disposição, tanto minha quanto dos/as voluntários/as. Ao mesmo tempo, acredito que posso me arriscar em concluir que foi possível alcançar o objetivo de pesquisa, que era refletir sobre *pobreza* e *voluntariado* a partir dos discursos de voluntários e voluntárias de Florianópolis. Finalmente, considero que as concepções encontradas nos discursos geram em mim uma ilusão grande sobre as infinitas possibilidades destas práticas, sobre as múltiplas formas de entender a pobreza e procurar sua superação, e sobre o valioso e conflituoso que podem ser os encontros entre os seres humanos.

BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BEGHIN, N. **Parcerias e pobreza no Brasil**: as contradições dos arranjos realizados entre entidades governamentais e empresas privadas para combater a pobreza no Brasil dos últimos 20 anos. Brasília: Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p. 292. Tese de Doutorado, Política Social.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 609-660, dez 2012. ISSN 1678-5177.

BENEVIDES, R. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-25, ago 2005. ISSN 1807-0310.

BEKKERS, R. Participation in Voluntary Associations: resources, personality or both? **Political Psychology**, v. 26, n. 3, p. 435- 459, jun 2005. ISSN 0162-895X.

BRASIL (1998). Lei N° 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

BOCK, A. Psicologia e Políticas Públicas, 2011. Disponível em: <http://www.crp04.org.br/CRP2/File/Ana%20Bock%20-%20%20PsicoPol%C3%ADticasP%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 1 out 2013.

BOCK, A. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, jul-dez 1999. ISSN: 1678-4669.

BONAVIDES, P. **Do estado liberal ao estado social**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAMINO, L. Direitos humanos e psicologia. In: COIMBRA, C. et. al.(Orgs). **Psicologia, Ética e Direitos Humanos**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1998.p. 39-63.

CAPONI, S.**Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.**O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CASTEL, R.A **Gestão dos Riscos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CHARITYAIDFOUNDATION.World Giving Index 2013: **A global view of giving trends**.2013. Disponível em: www.cafonline.org/PDF/WorldGivingIndex2013_1374AWEB.pdf. Acesso em: 23 jan 2014.

COIMBRA, C. Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza. In: **I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**. 2006, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto54.pdf. Acesso em: 10 jan 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE.**Anuário Estatístico de América Latina y Caribe 2013**.2013a. Disponível em: www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/51946/Estadisticas_sociales.pdf. Acesso em: 19 jan 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE.**Panorama Social da América Latina**. 2013b. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/51767/P51767.xml&xsl=/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 12 jan 2014.

COSTA, P. T., Jr.; MCCRAE, R. R. Six approaches to the explication of facet-level traits: Examples from Conscientiousness. **European Journal of Personality**, v. 12, p. 117-134, 1998.

COUTINHO, J. A. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CRESPO, A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **REA-eletrônica**, v 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

CRUZ, J. M. de O. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). **Psicologia em foco**, v. 2, n. 1, p. 11-27, 2009.

CRUZ, L. da; HILLESHEIM, B. Por uma crítica das práticas psicológicas na assistência social: tantas coisas podem ser mudadas... In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. (Orgs.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da ABRAPSO/Edições do Bosque/NUPPE/CFH/UFSC, 2013. p. 181-194

DANTAS, C.; OLIVEIRA, I. de; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e pobreza no Brasil: produção do conhecimento e atuação do psicólogo, **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 104-111, 2010.

DIEZ, M. P. **O trabalho das doulas voluntárias do Amparo Maternal à luz da teoria da dívida moderna**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2008. Dissertação de Mestrado, Ciência social.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ELSHAUG, C.; METZER, J. Personality Attributes of Volunteers and Paid Workers Engaged on Similar Occupational Tasks. **Journal of Social Psychology**, v. 141, n. 2, p. 752-763, 2001.

FERRARI, R. **Voluntariado: uma dimensão ética**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2008. Dissertação de Mestrado, Psicologia.

FINKENSTEIN, M. A. ; PENNER L. A. ; BRANNICK, L. T. Motive, Role Identity, and Prosocial Personality, **Social Behavior and Personality**, v. 33, n.4, p. 403-418, 2005.

FONSECA, C. Quando cada casa não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, p.58-78, 1999.

FRANÇA. Presidência da República. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1979. Disponível em: http://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html. Acesso em 10 out 2013.

FRASER, N. De la redistribución al reconocimiento? Dilemas en torno a la justicia en una época “postsocialista”. In: **Iustitia Interrupta. Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”** (pp. 17-54). Santa Fé de Bogota: Universidad de los Andes. Facultad de Derecho. 1997

FREITAS, R.de C. M. **A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Tese de Doutorado, Sociologia Política.

FREITAS, R.de C. M. A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo entre o Brasil e México nas décadas de 80 e 90, In: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**, ago 2005. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz do Maranhão. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Rosana_de_Carvalho_martinelli_Freitas.pdf. Acessado em: 20 jan 2014.

FREUD, S. **O Mal-estar na Civilização**. Porto Alegre: L&PM, 2010. (Obra original publicada em 1930).

GASTELUMENDI, Camila **Afrontamiento y personalidad en un grupo de voluntarios de una institución de lucha contra la pobreza de Lima**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2010. Tesis de licenciatura inédita, Facultad de Letras y Ciencias Humanas, Psicología Clínica.

GASTELUMENDI, Camila; ORÉ, B. Personalidad y afrontamiento en voluntarios peruanos de lucha contra la pobreza. **Revista de Psicología PUCP**, v. 31, n1, p. 67-98, 2013.

GEERTZ, C.A **interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIUSTI, M. El humanitarismo, ¿un nuevo ideal moral?, **Isegoría, Revista de Filosofía Moral y Política**, v. 46, p. 151-165, enero-junio, 2012.

GLASSMAN, W. E.;HADAD, M.**Psicologia: abordagens atuais**. Porto Alegre: Artmed, 4 ed., 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2012. (Obra original publicada em 1963).

HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C.; BATISTA, P.**Metodología de la investigación**. México D.F.: McGraw-Hill, 4ed, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jan 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA et al. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**, 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes_/2010/fasfil.pdf. Acesso em: 20 jan 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA **Projeto Voluntariado Brasil 2011**, 2011. Disponível em: www.redebrasilvoluntario.org.br/pesquisa/. Acesso em: 15 jan 2014.

IVO, B.L. A. Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”, **Cadernos CRH**, Salvador, v. 2, n. 52, p. 171-180, 2008.

JÚNIOR, R. Z. **Hospitalidade no contexto de uma organização do terceiro setor e de inspiração religiosa**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2005. Dissertação de Mestrado, Ciências sociais.

KLEINKE, C.L. What Does It Mean to Cope? In MONAT, A.; LAZARUS, R.S.; Reeve, G. (Eds.) **The Praeger Handbook on Stress and Coping**. Westport: Praeger. 2007. p. 289-308.

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LAGO, M. C. de S. **Modos de vida e identidade: Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LAGO, M. C. de S et. al. **Táticas locais e estratégias internacionais: Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 293-300, 2009.

MACEDO, M. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória e um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza, **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008.

MARTINS, P. H. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais: itinerários do dom, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 105-130, 2008.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MAURIEL, A. P. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, 2010.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008. (Obra original publicada em 1923).

MENDES, M. C. **A circulação da dádiva no terceiro setor: estudo de caso da ONG Operação Mobilização**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2008. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais.

MILLON, T. **MIPS: Inventario de Estilos de Personalidad de Millon**. Madrid: TEA Ediciones S.A, 2001.

MONTENEGRO, T. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres, **Revistas de Estudos Feministas**, v. 11, n.2, p. 493-508, 2003.

MOREIRA, M. C. N. **Dádiva da saúde: sociabilidade e voluntariedade na construção do associativismo nas “RES”**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2005. Teses de Doutorado, Sociologia.

MOREIRA, M. C. N. Dimensões do associativismo voluntário no cenário das relações entre saúde, pobreza e doença, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 917-924, 2010.

MORIN, Edgar. **Mis demonios**. Barcelona: Kairós, 1995.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias Feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais, **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, p. 408-412, 2005.

NOGUEIRA, C. A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. (Orgs.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da ABRAPSO/Edições do Bosque/NUPPE/CFH/UFSC, 2013.p. 227-248.

OLIVEIRA, I. et. al. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. spe., p. 140-149, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Direitos Humanos**, 1948 Disponível em: http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf. Acesso em 10 out 2013.

PIRES, M. C. S. Políticas públicas e psicologia. Uma nova relação sob o paradigma democrático. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 133-156, 2008.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

SCHERER-WARREN, I. **Organizações voluntárias em Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil**. Florianópolis: Insular, 1996.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPINK, P. In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. (Orgs.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da ABRAPSO/Edições do Bosque/NUPPE/CFH/UFSC, 2013. p. 11-14.

SPINK, P. Quem faz as psicologias sociais? **Psicologia & Sociedade**. v.24, n. 3, p. 494-498, 2012.

SOUZA, T. A Psicologia Política como prática articulatória na democratização da sociedade brasileira. In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. (Orgs.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da ABRAPSO/Edições do Bosque/NUPPE/CFH/UFSC, 2013. p. 45-60.

SUBIRATS, J. Cambios sociales y estructuras de poder ¿Una nueva ciudadanía? In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELA, A. V.; GESSER, M. (Orgs.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da ABRAPSO/Edições do Bosque/NUPPE/CFH/UFSC, 2013.p. 15-44.

TADEU DA SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____, T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, p. 73-101. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRIGUEIRO, R. P. C. **Percepções das relações entre trabalho remunerado e trabalho voluntário: um estudo com voluntários da pastoral da criança**, 2010. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado, Administração.

VIEIRA, R. **A produção científica brasileira sobre o terceiro setor: uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco de Teses da CAPES**, 2011. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Ciência da Informação.

ZANELLA, A. V. et al. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. **Interações**, v. XII, n. 22, p. 11-38, 2006.

APÊNDICEA – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FIOLOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - MESTRADO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa “Concepções sobre pobreza, voluntariado e diferença em voluntárias/os em Instituições em Florianópolis”, que tem como objetivo conhecer quais são as concepções sobre “pobreza”, “voluntariado” e “diferença”, de voluntárias/os que participam de organizações não governamentais, em atividades que contribuem para o desenvolvimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Conhecer as concepções das pessoas que atuam no voluntariado permitirá ter acesso a informações relevantes sobre a participação de pessoas na promoção de acesso a justiça, a direitos humanos e sociais dos/as cidadãos/ãs atendidos pelas instituições, assim como poderá contribuir para o desenvolvimento de programas sociais e políticas públicas que envolvam populações em situação de vulnerabilidade social.

As principais ferramentas para coletar essas informações serão uma entrevista e a observação permitida de suas atividades como voluntária/o. A entrevista terá roteiro pré definido, mas será uma entrevista aberta e, com seu consentimento, gravada para posterior transcrição e análise. O conteúdo da entrevista transcrita será devolvido para seu conhecimento e as modificações que julgar necessárias serão adicionadas.

Garanto que sua participação não gerará nenhum tipo de desconforto ou risco para você. Você é livre para recusar a dar resposta

a qualquer questão durante as entrevistas ou desistir da participar a qualquer momento, sem ter algum prejuízo. Ao mesmo tempo, sua identidade e dados que possam identificá-lo/a, serão mantidos em sigilo e no anonimato, o tempo todo. As informações da entrevista serão estritamente confidenciais e serão acessadas unicamente por mim, Camila Gastelumendi, pesquisadora principal, e por minha orientadora, a professora Dra. Mara Coelho de Souza Lago, pesquisadora responsável.

Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em Psicologia que realizo na Universidade Federal de Santa Catarina e os dados coletados e analisados, serão posteriormente apresentados em eventos científicos ou periódicos, garantindo sempre o sigilo. Para qualquer informação adicional, você pode me contatar através do e-mail camila.gastelumendi@gmail.com, ou ligar para meu celular, número 9628-7606.

Eu,.....
 ..., declaro que estou esclarecido/a e concordo em participar da pesquisa.

 ____/____/_____
 Assinatura do/a participante

Data:

 ____/____/_____
 Camila Gastelumendi
 Pesquisadora principal

Data:

 ____/____/_____
 Mara Coelho de Souza Lago
 Pesquisadora responsável

Data: